

CRISTIANE BARRONCAS MACIEL COSTA NOVO

tu ris mo

comunitário

UM OLHAR SOBRE A REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS

 *editora*
UEA

Turismo comunitário

Governo do Estado do Amazonas

Wilson Miranda Lima

Governador

Universidade do Estado do Amazonas

Cleinaldo Costa

Reitor

Cleto Leal

Vice-Reitor

editoraUEA

Maristela Silva

Diretora

Socorro Freitas

Secretária Executiva

Síndia Siqueira

Editora Executiva

Samara Nina

Produtora Editorial

Maristela Silva (Presidente)

Alessandro Augusto dos Santos Michiles

Allison Leão

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Maduro

Izaura Rodrigues Nascimento

Jair Max Furtunato Maia

Mário Marques Trilha Neto

Maria Clara Silva Forsberg

Rodrigo Choji de Freitas

Conselho Editorial

Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo

Turismo comunitário
um olhar sobre a Região Metropolitana de
Manaus



Francisco Ricardo Lopes
Diagramação

Bianca Vieira
Karina Santos
Wanessa Ramos
Revisão

Samara Nina
Conversão para e-book

Raquel Ponce
Samara Nina
Thaís Falcão
Finalização

Todos os direitos reservados © Universidade do Estado do Amazonas
Permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte

Esta edição foi revisada conforme as regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Estado do Amazonas

T938
2020

Turismo comunitário: um olhar sobre a Região Metropolitana de Manaus. Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo. – Manaus (AM): Editora UEA, 2020.

119 p.: il.; 21 cm

Inclui bibliografias

ISBN: 978-65-87214-33-7

1. Turismo – Estudo e ensino. 2. Turismo – Amazonas. 3. Turismo – Comunidades. I. Novo, Cristiane Barroncas Maciel Costa. II. Título.

CDU 1997 – 338.48 (811.3)

*editora***UEA**

Av. Djalma Batista, 3578 – Flores | Manaus – AM – Brasil
CEP 69050-010 | +55 92 38784463
editora.uea.edu.br | editora@uea.edu.br

*À minha mãe Lenise e ao meu pai Eudésio (in memoriam) pela
inspiração e por me ensinarem o verdadeiro sentido da vida.*

AGRADECIMENTOS

Agradecer aos que lhe ajudaram ao longo de uma caminhada é, no mínimo, reconhecer o quanto são importantes para você e que, na vida, nada se faz sozinho. Assim, agradeço:

A Deus, por permitir as muitas oportunidades de evolução da vida.

À minha orientadora, Profa. Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz, pelas várias reflexões que juntas fizemos, pela competência e pela ética, e principalmente pelo amadurecimento intelectual que me proporcionou.

Aos meus pais, Eudésio (*in memorian*) e Lenise, pelo dom da vida, pelo reencontro, pelos ensinamentos, pelos exemplos de vida e pelas oportunidades que deram a mim e a minha irmã, Michelle.

Ao meu grande amor, Jorge, que sempre me deu o apoio necessário nas horas em que eu quis desistir, por toda a paciência, pelo carinho e pelo companheirismo.

Aos meus familiares que torceram pela minha vitória, e por entenderem os muitos momentos de minha ausência em família.

À minha amiga Jocilene, pela amizade sincera, pelo carinho, pela atenção, pelas reflexões e angústias compartilhadas. Sua alegria, sua criticidade e seus conhecimentos sobre as comunidades tradicionais da Amazônia me fizeram perceber o quanto ainda se tem por fazer.

Ao senhor João Barros de Moraes, amazônida da comunidade da Costa do Arara, incansável e companheiro, meu guia durante toda a pesquisa de campo por esses rios da Amazônia. Em nome dele, agradeço a todas as comunidades que me receberam de maneira tão especial.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana que contribuíram de maneira significativa para a compreensão dessa Ciência.

Aos colegas da Escola Superior de Artes e Turismo da Universidade do Estado do Amazonas.

Aos colegas da Universidade de São Paulo, em especial, à minha amiga Carolina, que me acolheu e compartilhou comigo diferentes momentos durante o mestrado.

Ao Instituto de Pesquisas Ecológicas e a Fundação Vitória Amazônica pela parceria.

À Universidade do Estado do Amazonas, na pessoa do reitor Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira, pelas oportunidades de qualificação que foram concedidas aos seus docentes por meio de Programas MINTER/DINTER.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), pela concessão da bolsa de mestrado durante o estágio em São Paulo.

E à editora da Universidade do Estado do Amazonas, pela oportunidade de publicar os resultados de minha pesquisa de mestrado em Geografia Humana, realizada na Universidade de São Paulo.

LISTA DE SIGLAS

ALE	Assembléia Legislativa do Estado
AMAZONASTUR	Empresa Estadual de Turismo do Amazonas
APA	Área de Proteção Ambiental
APL	Arranjo Produtivo Local
ASPAC	Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural
BASA	Banco da Amazônia
CADASTUR	Cadastro de Prestadores de Serviços
CAT	Centro de Atendimento ao Turista
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CDSRMM	Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Manaus
CIESA	Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas
FAS	Fundação Amazonas Sustentável
FERMM	Fundo Especial da Região Metropolitana de Manaus
FOPEC	Fórum Permanente em Defesa das Comunidades Ribeirinhas do município de Manaus - rio Negro, rio Amazonas, BR-174 e AM-010
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FVA	Fundação Vitória Amazônica
GIZ	Cooperação Técnica do Governo Alemão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPÊ	Instituto de Pesquisas Ecológicas
MANAUSTUR	Fundação Municipal de Turismo e Eventos
MTUR	Ministério do Turismo
NEAPL-AM	Núcleo de Arranjos Produtivos Locais do Amazonas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMT	Organização Mundial do Turismo
PAREST	Parque Estadual
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PIB	Polo Industrial de Manaus

PIM	Polo Industrial de Manaus
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PSA	Projeto Saúde e Alegria
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
RICANCIE	Red de Comunidades Indígenas en el Alto Napo para la Convivencia Intercultural y el Ecoturismo
RIDE's	Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico
RMM	Região Metropolitana de Manaus
SDS	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEIND	Secretaria de Estado para os Povos Indígenas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAN	Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Planejamento Econômico do Amazonas
SEPROR	Secretaria de Estado da Produção Rural do Amazonas
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SNPH	Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias
SRMM	Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Manaus
TBC	Turismo de base comunitária
UC	Unidade de Conservação
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
WWF	World Wide Fund For Nature
ZFM	Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

PREFÁCIO	12
INTRODUÇÃO	13
1 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: CONCEITUAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO	17
1.1 Breve discussão acerca do conceito de comunidades tradicionais	17
1.2 Contextualizando o turismo de base comunitária	25
1.3 Antecedentes do turismo de base comunitária	35
1.4 Experiências de turismo de base comunitária	40
1.4.1 Uma experiência na América Latina	41
1.4.2 Uma experiência no Brasil	43
2 REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS (RMM): URBANIZAÇÃO E TURISMO EM UMA REGIÃO EM FORMAÇÃO	49
2.1 A Região Metropolitana de Manaus no contexto das Regiões Metropolitanas Brasileiras	49
2.2 Reflexões introdutórias sobre a Região Metropolitana de Manaus	52
2.3 Caracterização sociogeográfica da Região Metropolitana de Manaus	56
2.4 Plano de Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Região Metropolitana de Manaus 2010-2020	70
2.5 Organização do turismo nos municípios da Região Metropolitana de Manaus	73
3 EXPERIÊNCIAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS: ANÁLISE CRÍTICA	79
3.1 Diagnóstico preliminar do universo da pesquisa	79

3.2 Comunidades visitadas e pesquisadas	84
3.3 A visão de comunidade pelas comunidades pesquisadas e sua relação com o turismo	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSITIVAS	106
REFERÊNCIAS	109
ANEXO	117

PREFÁCIO

O crescimento do turismo em importância econômica, no mundo, é fato amplamente alardeado pela mídia assim como por diversos setores da sociedade, entre os quais o Estado.

O turismo, todavia, é muito mais, simplesmente, que uma atividade econômica. Prática social e produtora de espaço, o turismo constitui fenômeno ainda pouco estudado se considerarmos suas dimensões política, geopolítica, cultural e territorial.

É nessa lacuna que se localiza a pesquisa realizada por Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo, desenvolvida ao longo de seu curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH/USP e agora transformada em livro.

A seriedade e a competência com que Cristiane conduziu sua investigação resultaram em um trabalho impecável do ponto de vista de seu rigor acadêmico, revelado pelo uso da teoria, do método e dos conceitos de formas coerente e pertinente.

A polissemia envolvida com o segmento do turismo de base comunitária foi enfrentada com coragem pela autora, que buscou na literatura brasileira e estrangeira livros e artigos que lhe possibilitaram delimitar, logo no início de seu texto, de que objeto, precisamente, tratam as suas reflexões.

Além disso, ter feito da Região Metropolitana de Manaus (recém criada frente às mais antigas RMs do Brasil e a maior do país, territorialmente falando) o seu estudo de caso é outra clara demonstração de coragem da pesquisadora Cristiane, que escolheu e abraçou o desafio de estudar uma região mais extensa que Portugal, embrenhando-se, por diversas vezes, pelos rios da região para ir ao encontro das comunidades estudadas.

A abordagem regional constitui aspecto que deve ser destacado, considerando-se a escassez de estudos regionais sobre turismo no país e, em especial, sobre turismo de base comunitária.

Os trabalhos de campo realizados pela autora permitiram-lhe produzir dados primários sobre o turismo de base comunitária na RMM, os quais podem servir de fonte para pesquisas futuras assim como para eventuais políticas públicas que possam ser formuladas visando o desenvolvimento do turismo na região.

Por fim, destaque-se, ainda, o cuidado com a forma, expresso em uma estrutura que favorece o fluir de suas ideias, por meio de um texto objetivo e claro e por um extremo cuidado com as figuras (mapas, fotografias) que se distribuem pelo texto em perfeita sintonia com o desenvolvimento da argumentação.

Diante do exposto, resta dizer que este livro deve ser leitura obrigatória para estudiosos do turismo no Brasil.

São Paulo, fevereiro de 2015.

Profa. Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz

INTRODUÇÃO

A Amazônia vem passando por um intenso processo de transformações socioespaciais, primordialmente após a abertura de rodovias, particularmente a partir dos anos 1960, e vem sendo vista também como a “última fronteira”, onde parece existir uma natureza intocada, não restando dúvida de que essa imagem perpassa o imaginário de muitos, às vezes estimulada, principalmente por uma “indústria” do turismo que se apoia na venda de imagens idealizadas (GONÇALVES, 2008).

Por outro lado, o turismo vem se fortalecendo e ganhando visibilidade enquanto atividade econômica que é, e tem se configurado nos dias de hoje como uma das alternativas para promover o desenvolvimento econômico de regiões consideradas com potencial turístico, como é o caso da Amazônia brasileira que, com sua extensão territorial e sua sociodiversidade, tornou-se um lugar cobiçado, exercendo verdadeiro fascínio sobre o imaginário dos turistas brasileiros e estrangeiros.

A atividade econômica do turismo pode, todavia, gerar impactos indesejados às comunidades receptoras e aos seus territórios, e para que isso possa ser evitado ou, ao menos, minorado, faz-se necessária, sobretudo, a participação e o envolvimento das comunidades que desejam trabalhar com essa atividade.

Dentre as modalidades do turismo adequadas às características da região estão o ecoturismo e o turismo cultural, por exemplo. Nesse contexto, tem emergido o chamado turismo comunitário, aqui tratado como turismo de base comunitária, por entendermos ser sinônimos, e se constituindo o tema central desta pesquisa, que prevê na sua essência o protagonismo das comunidades no planejamento e execução das atividades turísticas e o recebimento dos benefícios por todos os envolvidos, entendido por alguns autores como uma forma de gestão do turismo

Dados da Organização Mundial do Turismo (OMT) apontam que em 2015, as economias emergentes irão receber mais chegadas internacionais de turistas que as economias avançadas. Os dados apontam o desejo crescente das pessoas em viajar, pois estimam que até 2030 haverá 1,8 bilhões de chegadas internacionais, em todas as regiões do mundo. Dessas chegadas, 58% correspondem a países de economia emergente.

Conforme indicadores apresentados pela Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur), no período de 2003-2010, houve um crescimento anual do número de turistas que visitaram o Amazonas, sendo 2010 o ano com o maior número deles (614 mil). Ainda assim, 2007 foi o ano em que o número de turistas mais cresceu no Estado, 14,76% em relação ao ano anterior (SEPLAN, 2011).

Essas duas constatações, da OMT e da Amazonastur, revelam algumas preocupações relacionadas aos impactos do turismo para as comunidades diretamente envolvidas com essa atividade. Consideramos, assim, importante saber como estão organizadas as experiências de turismo de base comunitária no Amazonas, especialmente na Região Metropolitana de Manaus (RMM), e sua expressão espacial, bem como os fatores que têm impulsionado o seu desenvolvimento.

O Plano Amazônia Sustentável, do Governo Federal, tem entre seus objetivos promover a participação das comunidades locais nos processos de planejamento, gestão

e operação de projetos turísticos, bem como fomentar o desenvolvimento de projetos de ecoturismo de base comunitária (BRASIL, 2008). Além dele, o Governo do Amazonas entende que é necessário desenvolver uma política metropolitana voltada ao turismo de base comunitária (AMAZONAS, 2010).

No Amazonas, algumas comunidades estão adotando o turismo de base comunitária como alternativa econômica, fato que nos chamou atenção para investigar e conhecer melhor suas práticas e entender como elas estão se configurando no território. Algumas dessas comunidades destacam-se internacionalmente por desenvolverem o “ecoturismo de base comunitária”, sendo a primeira experiência entre elas a da Pousada Comunitária Aldeia dos Lagos, no município de Silves, e a segunda, a Pousada Uacari, localizada no município de Tefé, com início de suas atividades no final da década de 1980 e de 1990, respectivamente. Além dessas iniciativas, acreditamos que existam outras experiências de turismo de base comunitária no Amazonas. Com esse intuito, decidimos fazer um recorte no território para identificar e analisar outras experiências, definindo trabalhar com a RMM.

A escolha da RMM se deu por diferentes motivos, tais como pelo fato de ser a mais recente região metropolitana criada no Brasil; pela acessibilidade rodoviária aos municípios; pela preparação desses municípios para receber os turistas da Copa do Mundo de 2014; e, principalmente, pela necessidade de compreender como as comunidades estão organizando o turismo de base comunitária em seus territórios.

No âmbito da RMM, o que observamos é uma nova ordem territorial, espacial, de ocupação e uso do solo, que difere do conceito clássico de região metropolitana. Nesta direção podemos afirmar que a RMM é um caso único no mundo (AMAZONAS, 2010). Embora ela não reúna características de outras regiões metropolitanas brasileiras, ela vem assumindo uma posição estratégica no desenvolvimento do Estado, principalmente a partir da inauguração da Ponte Rio Negro, que liga Manaus ao município de Iranduba e municípios limítrofes (Manacapuru e Novo Airão).

A RMM é integrada pelos municípios de Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manaus (cidade sede), Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva. Ao visitarmos algumas comunidades localizadas nesses municípios, que adotam o turismo como uma de suas atividades econômicas, foi possível identificar algumas influências externas sobre suas práticas. Algumas dessas experiências são geradas a partir de sujeitos hegemônicos, que veem essas comunidades apenas como “objetos de consumo”, gerando assim uma relação assimétrica e de dependência.

Nesse sentido, a pesquisa teve por objetivo geral analisar as experiências de turismo de base comunitária existentes na Região Metropolitana de Manaus, considerando aspectos socioespaciais intrínsecos. E como objetivos específicos, pretendeu-se: caracterizar, a partir das experiências do Brasil e da América Latina, as experiências de turismo de base comunitária do Amazonas, em especial da Região Metropolitana de Manaus; além disso, sugerir mecanismos que colaborem para a implementação de políticas públicas em torno do turismo de base comunitária como uma alternativa para o desenvolvimento econômico e social da Região Amazônica.

As categorias de análise e os conceitos operacionalizados na pesquisa nos colocaram muitos desafios, pois a discussão sobre o turismo de base comunitária e sobre

regiões metropolitanas, tendo como pano de fundo a região Amazônica, encontram-se em construção, havendo, ainda, lacunas e fragilidades.

Trata-se de uma pesquisa caracterizada como quali-quantitativa, bem como exploratória e descritiva. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a coleta em fontes secundárias, a pesquisa de campo e o registro em diário de campo. A pesquisa bibliográfica permeou toda a pesquisa, dando suporte aos aportes teóricos sobre turismo de base comunitária e turismo comunitário, pois consideramos essencial à formação da base teórico-metodológica-conceitual. Em seguida, procedemos à pesquisa de campo, que durou aproximadamente cinco meses, para a obtenção de informações in loco acerca do objeto da análise, quando foi aplicado o formulário (com perguntas abertas e fechadas) junto aos sujeitos da pesquisa, bem como aplicação de entrevista semiestruturada.

As comunidades foram selecionadas a partir da indicação das Secretarias Municipais de Turismo, constituindo-se como sujeitos da pesquisa as lideranças das referidas comunidades, localizadas em área rural ou urbana, dentro dos oito municípios que integram a RMM, perfazendo um total de quarenta e três comunidades identificadas.

Definimos pesquisar uma amostra de quinze sujeitos, e como critério estabelecemos trabalhar com as comunidades formalmente constituídas, ou seja, que estão organizadas por meio de alguma instituição (associação ou cooperativa), e que oferecessem serviços turísticos como hospedagem, alimentação ou venda de artesanato e outras atividades oferecidas ao turista.

As quinze comunidades pesquisadas assinaram o Termo de Anuência Prévia Livre e Esclarecida autorizando a realização da pesquisa, que não acessou conhecimentos tradicionais, apenas analisou a organização do turismo em seus territórios e as relações destes com os outros sujeitos do turismo¹.

O resultado, portanto, apresentado neste livro, traduz a pesquisa e as posições teóricas. Ela está dividida formalmente em três capítulos, a saber:

O primeiro, intitulado Turismo de base comunitária: conceituação e contextualização, apresenta uma breve discussão acerca do conceito de comunidades tradicionais e os dispositivos criados para ampará-las. Em seguida, são apresentados os conceitos de turismo de base comunitária na visão de alguns estudiosos, bem como antecedentes relativos ao mesmo. Por fim, apresentamos e caracterizamos duas experiências de turismo de base comunitária, uma na América Latina, mais precisamente no Equador, e outra no Brasil, no estado do Pará.

O segundo capítulo diz respeito à Região Metropolitana de Manaus, e trata da urbanização e do turismo dessa região em formação. Contextualiza essa região diante das outras regiões metropolitanas brasileiras. Em seguida fazemos algumas reflexões introdutórias sobre a RMM e sua caracterização sociogeográfica. O Plano de Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Região Metropolitana de Manaus 2010-2020 é apresentado em seguida. Finalizando, apresentamos a organização do turismo nos municípios da RMM.

.....
¹ Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas por meio do processo número 044/11-CEP/UEA e aprovado em maio de 2011.

No último capítulo, fazemos uma análise crítica das experiências de turismo de base comunitária na Região Metropolitana de Manaus com base no diagnóstico preliminar da pesquisa; apresentamos as comunidades visitadas e pesquisadas, bem como a visão de comunidade atribuídas por estas comunidades e a relação destas com o turismo.

Isto posto, não temos a pretensão de esgotar esse assunto, mas sim contribuir para o entendimento dessa modalidade de turismo no Brasil, e, quiçá, contribuir, em alguma medida, com as comunidades que trabalham com turismo de base comunitária no Amazonas, no sentido de reuni-las com informações que possam ajudá-las na reflexão em torno do trabalho que realizam, fortalecendo-as e criando novas oportunidades.

1 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: CONCEITUAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

O turismo de base comunitária surge a partir de diferentes “modalidades” do turismo, além de combinar características de outros conceitos evidenciados como o de ecoturismo, turismo sustentável, turismo cultural, etnoturismo, turismo comunitário sustentável, turismo de base local, turismo rural comunitário dentre outros. Optamos por utilizar o termo turismo de base comunitária por entender que este conceito valoriza as dimensões social e territorial dessa prática, embora a maior parte dos autores pesquisados referirem-se a ele com o termo turismo comunitário.

Não é objetivo deste trabalho fazer uma discussão sobre as diferentes modalidades acima apresentadas, mas sim conceituar, caracterizar e contextualizar o turismo de base comunitária, objeto de estudo dessa pesquisa. Para tal, consideramos necessário fazer, primeiramente, uma breve discussão sobre o conceito de comunidades tradicionais na Amazônia. Tal perspectiva liga-se ao fato de que as experiências de turismo de base comunitária estão diretamente relacionadas a essas comunidades. Em seguida, apresentamos os conceitos de turismo de base comunitária e de turismo comunitário, os quais consideramos em construção. Traremos também os antecedentes históricos do turismo de base comunitária e, por fim, pretendemos expor experiências de turismo de base comunitária na Amazônia.

1.1 Breve discussão acerca do conceito de comunidades tradicionais

Propomos discutir brevemente o conceito de comunidades tradicionais, um desafio e ao mesmo tempo um risco. Mas, ao falar sobre turismo de base comunitária sem tentar fazê-lo, poderíamos cometer uma impropriedade metodológica, afinal a essência do turismo de base comunitária, na Amazônia, são as comunidades tradicionais e todas as peculiaridades que as envolvem. Não pretendemos aprofundar a discussão, mas buscar entender o que as caracteriza e como elas se organizam na Amazônia. Iniciaremos apresentando alguns conceitos sobre comunidade e sobre comunidades tradicionais, até chegarmos aos instrumentos legais existentes no Brasil e no estado do Amazonas voltados a elas.

Comunidade é uma palavra derivada do latim *communitas*, “comunidade, companheirismo”, e de *communis*, “geral, coletivo, compartilhado por muitos, relativo a todos, público”². Embora esse conceito esteja muito presente no cotidiano, seu significado vem sendo deturpado nas várias instâncias da vida e, conseqüentemente, há um esvaziamento do que ele verdadeiramente representa.

De maneira geral, o conceito de comunidade é utilizado para designar diferentes grupos com características semelhantes, em contextos diversos e com interesses comuns. Normalmente, expressa também a vontade coletiva desses grupos para sanar problemas, buscar oportunidades coletivas com vistas a beneficiar a maioria.

² Disponível em: <http://origemdapalavra.com.br/> Acesso em: 20 maio 2011.

Allan (2010, p. 47) afirma que “o conceito de comunidade tem uma longa e controversa história em Sociologia. No nível cotidiano, exprime ideias de experiências e interesses compartilhados”, e complementa dizendo:

[...] atualmente, seu(s) significado(s) popular(es) não apenas transmite(m) noções tradicionais de localidade e vizinhança comuns, mas também ideias de solidariedade e conexão entre pessoas que compartilham características ou identidades sociais semelhantes.

Embora Allan (2010) reforce algumas características que dizem respeito às comunidades, percebemos que esse conceito evoluiu e, no mundo contemporâneo, tem-se o surgimento das comunidades virtuais, além das reais.

Segundo Beeton (2006), o termo comunidade é utilizado por diferentes sujeitos (políticos, analistas sociais, líderes religiosos, acadêmicos e repórteres), podendo ser definido de muitas formas. A autora enfatiza que uma comunidade é uma mistura de coisas vivas, compartilhadas no ambiente. O que delinea uma comunidade é a dádiva de repartir, a reciprocidade e a interação, que podem ser realizadas de várias maneiras.

Conforme Silva (2003) apud Abrahão (2010, p. 49):

O conceito de comunidade, empregado por muitos pensadores não só do século XIX, mas também do século XX, abrange todas as formas de relacionamento caracterizadas por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral, coerção social e continuidade no tempo. A comunidade encontra seu fundamento no homem visto em sua totalidade, e não separadamente, nesse ou naquele papel que possa desempenhar na ordem social. Sua força psicológica deriva de uma motivação mais profunda que a da volição ou do interesse e realiza-se na fusão de vontades individuais, o que seria impossível numa “união que se fundasse na mera conveniência ou em elementos de racionalidade”.

Alguns estudiosos contribuíram para um aprofundamento da discussão sobre este conceito, dentre eles Ferdinand Tönnies, quando introduziu o dualismo entre sociedade e comunidade, em 1887, Martin Buber, em fins de 1918, e recentemente Zygmunt Bauman, em 2003.

Ferdinand Tönnies publicou sua influente obra *Gemeinschaft und Gesellschaft* (Comunidade e Sociedade) no século XIX “na qual desenhou linhas semânticas em torno da concepção de “comunidade” que persistiram até os dias de hoje na maioria da literatura sobre o assunto” (SCHMITZ, 1995, p. 177).

Em relação ao entendimento de Tönnies (1935) sobre “comunidade”, Schmitz nos fala:

[...] Supõe-se que a *Gemeinschaft* repouse sobre laços de sangue e de parentesco, sobre associações com a terra e laços de lugar, de amizade, de sentimentos partilhados e crenças comuns. O protótipo da *Gemeinschaft* é a família, da qual surgiram formas comunais de associação que se endenderam, como a aldeia e a vizinhança, a fazenda familiar, o tipo antigo de paróquia e a guilda mais ou menos hereditária. A unidade de tais grupos existe anteriormente a seus membros atuais, que recebem a forma comunal e seus valores pela tradição com um modo de vida já dado (1995, p. 177).

Enfatizando o apresentado pelo autor, essas relações derivam basicamente do parentesco, da vizinhança e da amizade, e revelam um sentimento de solidariedade.

Dando continuidade, Schmitz apresenta o que pensa Tönnies sobre a “sociedade”:

Em contraste com esses laços de parentesco e amizade, supõe-se a *Gesellschaft* “como a construção artificial de um agregado de seres humanos... [enquanto] na *Gemeinschaft* eles [os indivíduos] permanecem essencialmente unidos a despeito de todos os fatores que os separam...[na] *Gesellschaft*... é cada um por si e estão isolados, e há uma condição de tensão contra todos os outros” (1995, p. 177-178).

Complementar à visão do autor, “as formas da sociedade são, por exemplo, sociedades anônimas, metrópoles, nações e, sobretudo, a sociedade da economia burguesa (capitalista) e a sociedade industrial nela contida” (BELLEBAUM, 1995, p. 78).

Em uma outra perspectiva, diferente da de Tönnies, Martin Buber fala da Antiga e da Nova Comunidade. A primeira é baseada em laços sanguíneos e cegamente seguidoras de tradições, sendo a segunda baseada na “lei intrínseca da vida”, no “princípio criativo” e em relações emanadas da livre-escolha das pessoas e não de ligações consanguíneas. A finalidade da nova comunidade é a própria comunidade, pois comunidade e Vida são uma só coisa (BUBER, 2008).

A comunidade que imaginamos é somente uma expressão de transbordante anseio pela Vida em sua totalidade. Toda Vida nasce de comunidades e aspira a comunidades. A comunidade é fim e fonte de Vida. Nossos sentimentos de vida, os que nos mostram o parentesco e a comunidade de toda a vida do mundo, não podem ser exercitados totalmente a não ser em comunidade. E, em uma comunidade pura nada podemos criar que não intensifique o poder, o sentido e o valor da Vida. Vida e comunidade são os dois lados de um mesmo ser. E temos o privilégio de tomar e oferecer a ambos de modo claro: vida por anseio à vida, comunidade por anseio à comunidade (BUBER, 2008, p. 34).

Com base em Buber, poderíamos dizer que a humanidade se originou de uma comunidade primitiva, passou pela escravidão da sociedade e “chegará a uma nova comunidade que, diferentemente da primeira, não terá mais como base laços de sangue, mas laços de escolha” (idem, p. 39).

Neste sentido, o autor (op.cit) reconhecia e antecipava que as noções de parentesco e de território não são condição essencial e obrigatória para se caracterizar uma comunidade, mas sim a comunhão de escolhas, a vontade comum, a partilha de um mesmo ideal, noções atualmente primordiais para se entender as comunidades virtuais (PERUZZO *et al*, 2010).

Recentemente, a discussão sobre comunidade é trazida por Zygmunt Bauman (2003), o qual afirma que a palavra comunidade guarda mais do que significado, guarda sensação, além de sugerir uma coisa boa. Ela produz uma sensação boa por causa dos significados que a palavra “comunidade” carrega, como um lugar “cálido, um lugar confortável e aconchegante”. Afirma também ser um lugar seguro, não há perigos ocultos em cantos escuros, todos se entendem bem, pode-se discutir, pois são discussões amigáveis, enfim, pode-se estar certo de que os outros à nossa volta nos querem bem.

Bauman complementa suas reflexões dizendo: “[...] Em suma, “comunidade” é o tipo de mundo que não está, lamentavelmente, a nosso alcance - mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir” (BAUMAN, 2003, p. 9).

Entendemos que existe um preço para “viver em comunidade” - e ele é pequeno e até invisível só enquanto a comunidade for um sonho (BAUMAN, 2003). Afirma ainda que “qualquer que seja a escolha, ganha-se alguma coisa e perde-se outra. Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade”. Pelo citado, Bauman defende a ideia de que hoje, comunidade e liberdade são conceitos opostos e em conflito (COSTA, 2005, p. 237).

Dentro dos conceitos ora apresentados vislumbra-se a complexidade enraizada nestes, mas entendemos que foi a partir dele que se estruturou o conceito de “comunidades tradicionais”.

Segundo Lená (1999) apud Mendonça *et al* (2007, p. 95), “no Brasil o sucesso do termo comunidade se deve muito à Igreja Católica progressista, onde na Amazônia, o termo chega a substituir a de aldeia, de povoado e acaba por nomear qualquer coletividade local”.

Almeida (2010, p. 131) aponta que, no Brasil, o reconhecimento das comunidades tradicionais vem passando por um processo de evolução por meio de vários instrumentos jurídicos:

[...]o reconhecimento jurídico das “comunidades tradicionais”, reivindicado por diferentes movimentos sociais e afirmado no texto constitucional de outubro de 1988, conheceu um incremento a partir de 2002 devido a uma série de medidas governamentais que podem ser enumeradas do seguinte modo: implementação de dispositivos constitucionais; atos de ratificação de convenções internacionais; iniciativas operacionais do poder executivo, por meio de comissões e/ou grupos de trabalho interministeriais, instituídos por portarias e decretos.

A exemplo dessas medidas governamentais tem-se a ratificação por parte do governo brasileiro, por meio do Decreto Legislativo n. 143, de 2002, da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e um outro dispositivo transnacional, qual seja, a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) - Decreto Legislativo n. 2, de 1994 (ALMEIDA, 2010). Tanto a Convenção 169 quanto a Convenção sobre a Diversidade Biológica são dispositivos constitucionais relevantes, pois além de reconhecerem a existência dos povos e das comunidades tradicionais e permitirem a proteção dos saberes locais, eles fortalecem a participação desses sujeitos sociais principalmente relacionada a possíveis decisões relativas aos seus territórios, bem como ao usufruto equitativamente de parcela dos benefícios, pois nem sempre os Estados Nacionais lhe dão a devida consideração (CUNHA, 1999).

Um conceito que consideramos importante apresentar e que será adotado neste livro vem da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída pelo Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. A PNPCT³ tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. Ela representa uma conquista dos povos e comunidades tradicionais que passaram muitos anos à mercê das políticas públicas dos Estados. O Decreto entende:

Povos e comunidades tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Almeida *et al* (2010), contextualizando esse discurso da PNPCT, apresenta:

A expressão “comunidades”, em sintonia com a ideia de “povos tradicionais”, deslocou-se o termo “populações” – reproduzindo uma discussão que ocorreu no âmbito da OIT em 1988-89, e que encontrou eco na Amazônia através da mobilização dos chamados “povos da floresta”, no mesmo período. O “tradicional” como operativo ganhou força no discurso oficial, enquanto o termo “populações”, denotando certo agastamento, tem sido substituído por “comunidades”, as quais aparecem revestidas de uma dinâmica de mobilização, ampla e diferenciada, aproximando-se por este viés da categoria “povos” (p. 134).

.....
³ A PNPCT estruturou-se a partir de quatro eixos estratégicos: 1. Acesso aos Territórios Tradicionais e aos Recursos Naturais, 2. Infraestrutura, 3. Inclusão Social e 4. Fomento e Produção Sustentável.

O autor reforça a mobilização dessas “comunidades tradicionais”, envolvidas atualmente no processo de construção do próprio significado de “tradicional”, o que ocorre a partir de tensões e conflitos, assistindo-se a uma redefinição de categorias antes referidas às “comunidades locais” (ALMEIDA *et al*, 2010).

Segundo dados apresentados por Almeida (2008), pode-se afirmar que cerca de ¼ do Território Nacional Brasileiro é ocupado por povos e comunidades tradicionais, conforme pode ser visto no Quadro 1:

Quadro 1 - Ocupação dos povos e comunidades tradicionais por hectares e número de pessoas.

CATEGORIA	ESTIMATIVA DE ÁREA (HECTARES)	POPULAÇÃO DE REFERÊNCIA
Povos indígenas ⁴	110 milhões	734.127
Quilombolas ⁵	30 milhões	2.000.000
Seringueiros ⁶	-	-
Seringueiros e Castanheiros ⁷	17 milhões	163.000
Quebradeiras de coco-de-Babaçu ⁸	18 milhões	400.00
Pescadores ⁹	em Resex 1.44	em Resex 600
Ribeirinhos ¹⁰	-	-
Atingidos por barragens ¹¹	-	1.000.000
Atingidos p/ base de Alcântara ¹²	85 mil	-
Fundos de pasto ¹³	-	20.000
Faxinal	-	10.000
Totais (aproximados)	176 milhões	4.5 milhões

Fonte: Adaptado de ALMEIDA, A. W. B (2008).

Esses números revelam não apenas dados quantitativos relativos à ocupação territorial, mas a representação que esses povos e comunidades passaram a assumir e a contribuição que estão dando no estabelecimento de políticas públicas em termos de Brasil e de Amazônia.

⁴ COIAB (Coodenação Indígena da Amazônia Brasileira), APINME (Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo) e UNI (União das Nações Indígenas).

⁵ CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas).

⁶ CNS (Conselho Nacional de Seringueiros).

⁷ CNS (Conselho Nacional de Seringueiros).

⁸ MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu).

⁹ MONAPE (Movimento Nacional dos Pescadores).

¹⁰ Movimento dos Ribeirinhos do Amazonas (MORA) e Movimento de Preservação de Lagos.

¹¹ MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens).

¹² MABE (Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara).

¹³ Articulação Estadual de Fundos de Pasto Baianos, Central de Fundos e Fechos de Pasto de Senhor do Bonfim (BA), Central de Fundos de Pasto de Oliveira dos Beijinhos (BA).

Estas comunidades podem ser “categorizadas”, segundo Almeida (2008), como quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, faxinalenses, comunidades de fundos de pasto, pomeranos, ciganos, geraizeiros, vazanteiros, piaçabeiros, pescadores artesanais, pantaneiros, afro-religiosos e peconheiros.

Por sua vez, Diegues (2001) em suas análises sobre comunidades tradicionais destaca esses grupos como açorianos, babaçueiros, caboclos/ribeirinhos amazônicos, caiçaras, caipiras/sitiantes, campeiros (pastoreio), jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, quilombolas, sertanejos/vaqueiros e varjeiros (ribeirinhos não-amazônicos). Para o referido autor (2008, p. 89),

[...] comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil (petty mode of production) é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse know-how tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. [...]

É por meio dessas atividades e de algumas outras que as comunidades tradicionais sobrevivem na Amazônia. Dentre as outras atividades realizadas por essas comunidades e com o intuito de melhorar a renda da família, principalmente, começa a adentrar seus territórios também o turismo, ainda que timidamente, e com um número mínimo de comunidades envolvidas com esta prática.

Diegues propõe uma caracterização para essas culturas e sociedades tradicionais, a saber:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais; Esse conhecimento é transferido de geração em geração pela oralidade;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;

- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e às atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que, em geral, reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- k) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, 2008, p. 89-90).

Essas características podem ser observadas com mais ou menos intensidade em comunidades amazônicas, pois cada comunidade tem suas peculiaridades e administra, a sua maneira, as influências culturais que chegam até elas.

No que concerne especificamente ao Estado do Amazonas, a Lei No 3.525 de 15 de julho de 2010 criou o Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Amazonas (CDSPCT/AM), dentro da estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), no intuito de assegurar a participação dos povos e das comunidades tradicionais, que entendemos reforçar a PNPCT.

O Art. 2.º da referida lei estadual afirma que o CDSPCT/AM funcionará como um instrumento participativo de planejamento e gestão pública de políticas estaduais para o desenvolvimento sustentável, tendo como principais atribuições:

[...] II – propor a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável, direcionada aos Povos e Comunidades Tradicionais;

III – criar e coordenar as câmaras técnicas ou grupos de trabalho compostos por membros integrantes e convidados, com a finalidade de promover a discussão e a articulação em temas relevantes para a implementação dos princípios e diretrizes da Política Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Amazonas.

IV – identificar a necessidade e propor medidas e a criação ou modificação de instrumentos necessários à implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas relevantes para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Amazonas; [...]

Nesse contexto e atrelada à última atribuição exposta é que entendemos se estruturar a proposta do turismo de base comunitária, que assim como no Plano de Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Região Metropolitana de Manaus 2010-2020, a ser apresentado no capítulo 2, pode tornar-se uma política pública para desenvolver essa proposta de turismo no Estado do Amazonas.

1.2 Contextualizando o turismo de base comunitária

No estudo do turismo de base comunitária, normalmente, o encontramos dentro do chamado “turismo alternativo” que, segundo Macleod (2002, p. 165), é “um conceito fundamentalmente problemático quando submetido à análise e revela muitas reações emocionais - uma característica comum do turismo como tema”. O autor acredita que embora haja concordância quanto ao conteúdo da expressão “turismo alternativo”, ela é excessivamente distorcida, até o ponto de se tornar inadequada, vaga, nebulosa e se prestar à paródia. De modo que, em vez do termo que abarca tudo, devem-se usar descrições mais específicas e rigorosamente definidas, ajustando-os aos novos tempos em que as fronteiras estão desaparecendo (MACLEOD, 2002).

Em seus estudos, Pires (2002) identificou sessenta denominações e algumas classificações a respeito do que ele chama de “turismo alternativo”¹⁴. Entre elas, tem-se: turismo sustentável, turismo ambiental, turismo ecológico, ecoturismo, turismo de natureza, turismo com base na natureza, turismo rural, agroturismo, viagem de aventura, turismo com base local, turismo cultural, turismo participativo/de interesse especial, turismo responsável, dentre outros.

Em relação à classificação, o autor categoriza o conceito segundo seu enfoque ou ênfase, sendo eles: enfoque cultural/histórico/antropológico, enfoque no ambiente, enfoque na sustentabilidade e na conservação, enfoque na natureza e vida selvagem, enfoque no campo e nos aspectos rurais, enfoque na aventura e na ação, enfoque no planejamento, enfoque em especialidades e no estudo e, por fim, o enfoque no envolvimento e na participação local, cabendo, neste último enfoque, o turismo participativo, turismo de solidariedade e o turismo local (PIRES, 2002, p. 95-97). Ressaltamos que o turismo de base comunitária não é citado pelo autor, o que reforça a necessidade de estudos na área.

O turismo de base comunitária tem se configurado para muitos como uma forma de gestão do turismo, porém mais que uma “modalidade”, ele também vem sendo designado como um “modelo” de desenvolvimento do turismo (MTUR, 2008).

Os estudos sobre turismo de base comunitária são incipientes, mas vêm ganhando força no mundo, nos países em desenvolvimento, como o Brasil e, timidamente, na Amazônia brasileira. Encontram-se algumas experiências em diferentes países, que somadas aos estudos científicos começam a dar corpo ao seu conteúdo.

Em relação ao conceito de turismo de base comunitária entendemos que está em construção, não havendo consenso sobre o mesmo, do que decorrem diversas interpretações tanto em nível nacional quanto internacional. Alguns pesquisadores começam a conjecturar propostas sobre o turismo de base comunitária.

Em face de propor a construção de um conceito, Lencioni (2008, p. 110) nos fala que “todo conceito serve para se compreender a essência dos objetos, dos fenômenos, das leis e, nesse sentido, se constitui num instrumento de conhecimento e pesquisa”. A autora chama a atenção para sete observações que julga fundamentais na construção de conceitos, a saber:

.....

14 Pires (2002) entende o turismo alternativo como todas as opções de turismo que compartilham diferenças comuns em relação ao turismo convencional, devido a fatores como localização da oferta turística em ambientes naturais e/ou rurais; participação ativa (física, mental e emocional) do turista; geração de benefícios socioeconômicos para anfitriões e valorização de sua cultura (p. 111).

- a construção de conceitos é um exercício do pensamento sobre o real e esse real existe independente de pensarmos sobre ele ou de termos conceitos acerca dos objetos do real;
- o conceito é uma forma de reflexo dos objetos;
- os conceitos são ao mesmo tempo objetivos e subjetivos;
- não há identidade entre o conceito e o real ao qual ele se refere, porque nenhum conceito é capaz de conter toda a riqueza do real;
- o conceito existe em movimento;
- o conceito se encontra sempre, em nexos, em relação com outros conceitos;
- o conceito não existe sem uma definição.

Tendo em vista as reflexões expostas pela autora, serão apresentados conceitos sobre o turismo de base comunitária e o turismo comunitário. Uma corrente de autores enfatiza o termo “turismo de base comunitária”, enquanto outros utilizam “turismo comunitário”, e uma terceira utiliza os dois termos como sendo a mesma coisa. Embora existam semelhanças, e para muitos possa parecer um mesmo conceito, o fato é que o estabelecimento de objetos, critérios, termos fazem diferença, quando se está tentando construir um conceito. Por isso, entendemos ser primordial refletirmos sobre esses termos, reconhecidamente próximos, e que entendemos dizerem respeito à mesma prática, objeto de nossa análise.

Na percepção de Irving (2009, p. 108), “a reflexão sobre turismo de base comunitária, no Brasil, trazia em sua expressão um sentido marginal, periférico e até mesmo romântico, diante das perspectivas de um mercado globalizado e ávido por estatísticas e receitas”. Para a autora, o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo, e supõe que

[...] o turismo de base comunitária, portanto, tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização (IRVING, 2009, p. 111).

O sentimento de pertencimento chama-nos atenção. Fazer com que as comunidades sintam orgulho de pertencer a um determinado grupo social, a uma determinada região, superar o sentimento de inferioridade em relação a outros grupos e poderem mostrar o modo como vivem, é fundamental para manterem vivas suas culturas. O que é reforçado nas palavras de Santos (2009, p. 339), segundo o qual “a ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a copresença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade”.

Em relação ao ecoturismo de base comunitária, segundo o WWF¹⁵ -Internacional (2001, p. 2) é assim caracterizado:

The term ‘community-based ecotourism’ takes this social dimension a stage further. This is a form of ecotourism where the local community has substantial control over, and involvement in, its development and management, and a major proportion of the benefits remain within the community.¹⁶

O conceito apresentado pela WWF reforça a dimensão social quando da prática do ecoturismo. O ecoturismo assim concebido deve proporcionar desenvolvimento para as comunidades e não apenas mera exploração de seus recursos. No contexto da definição de turismo responsável da WWF, o qual é entendido como “aquele que mantém e, onde possível, valoriza as características dos recursos naturais e culturais nos destinos, sustentando-as para as futuras gerações de comunidade, visitantes e empresários” (p. 23), ecoturismo de base comunitária pode ser entendido também como o “turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade” (MITRAUD, 2003, p. 23).

Scheyvens (1999); Mitchell y Reid (1999); Jones (2004); Ramsa-Yaman y Mohd (2004) e Kontogeorgopoulos (2005) citados por Mendonça *et al* (2010, p. 3) argumentam que “la definición más aceptada de turismo de base comunitaria establece que un alto nivel de control y una porción considerable de los beneficios debe estar em manos de miembros de comunidades locales”.

Jamal y Getz (1995) e Ried (1997) também citados por Mendonça *et al* (2010, p. 3) afirmam que: “para alguns, el turismo comunitario involucra a diferentes actores en la planificación de la actividad, tomando decisiones de manera conjunta”.

Já para McDonald y Joliffe e Mbeaiwa (2003), “el turismo comunitario es el que desarrollan grupos cooperativos u organizaciones comunales (apud MENDONÇA *et al*, 2010, p. 3). E para concluir essa reflexão, Wearing y McDonald (2002) são, também, referenciados por Mendonça *et al*, ao dizerem que “el turismo comunitario supone una relación simbiótica, em la cual el turista sólo es una parte más en el sistema, em lugar de ser el centro de atención”.

Nas definições acima expostas, os referidos autores referem-se tanto ao turismo de base comunitária como ao turismo comunitário e chamam a atenção para vários aspectos ligados a eles, valendo destacar:

- A comunidade no controle da atividade, recebendo a maior parte dos benefícios;
- O envolvimento de diferentes sujeitos sociais no planejamento da atividade;
- O turista não deve ser considerado o centro das atenções.

.....
¹⁵ World Wide Fund For Nature ou “Fundo Mundial para a Natureza”.

¹⁶ O termo “ecoturismo de base comunitária” coloca a dimensão social em um estágio superior. Essa forma de ecoturismo, onde a comunidade local está envolvida e tem um controle substancial sobre seu desenvolvimento e gestão, permite que uma parte importante dos benefícios permaneça na própria comunidade. (tradução nossa).

Em relação ao primeiro aspecto, entendemos ser fundamental a educação formal para essas comunidades, além da formação complementar em diferentes áreas, como: gestão de empreendimentos turísticos (seja de hospedagem, de alimentação, de transporte); enfim, aliar aos saberes da comunidade algum conhecimento técnico e organizacional.

Relacionado ao segundo aspecto, reforçamos o envolvimento dos diferentes sujeitos, pois cada um tem diferentes papéis e perspectivas em relação à atividade, o que poderá causar conflitos de interesses, pois embora o turismo de base comunitária tenha uma proposta diferente, as questões econômicas assumem, por vezes, um papel prioritário, e isso poderá refletir nos resultados das suas práticas.

E por último, e não menos importante, deve-se considerar o turista parte do sistema turístico, e não como o “centro do universo”. Ele deverá ser bem recebido, bem tratado, bem alimentado, mas a vida da comunidade não deverá girar em torno dele, mas junto com ele.

Os autores afirmam ainda que os territórios para que o turismo de base comunitária possa se desenvolver de maneira satisfatória devem possuir as seguintes características (MENDONÇA *et al*, 2010, p. 3):

- Población con fuerte identidad propia;
- Predisposición de la población a desarrollar una actividad turística, aceptando el consiguiente e inevitable contacto con otras culturas y sociedades;
- Capacidad de organización propia;
- Existencia de atractivos (culturales y naturales);
- Reinversión en capital social e infraestructuras de la mayor parte de los beneficios obtenidos de la actividad turística.

Fica evidente na visão dos autores que os territórios possuem um papel fundamental na organização dessa prática - o turismo de base comunitária, e não apenas isto, reforçam a questão do contato com outras culturas, e das consequências que podem advir dessa relação.

O Ministério do Turismo do Brasil lançou, em 2008, um edital para apoiar projetos de iniciativas de turismo de base comunitária - a Chamada Pública MTUR nº. 001/2008, e o entende como:

[...] um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística.

Por meio desse edital, o governo federal indica reconhecer a necessidade de apoiar essa “modalidade” de turismo, no qual o protagonismo das comunidades locais seja valorizado. Mais que isso, essa iniciativa pode ser também indicativa de uma mudança de paradigma, segundo o qual as pessoas e o desenvolvimento social sejam priorizados.

Segundo Coriolano, o planejamento do turismo deve ser “voltado para a escala humana, aquele que privilegia o ser humano, possibilitando o desabrochar de suas potencialidades, assegurando-lhes subsistência, trabalho, educação e condições de uma vida digna a todos os cidadãos” (CORIOLANO, 2003, p. 26). Esse desafio é maior quando se pensa o contexto amazônico, com a sua sociobiodiversidade e a dimensão do seu território.

Ainda com relação ao conceito de turismo de base comunitária, vale recorrer a Bursztyn e outros (2009), segundo os quais:

[...] o turismo alternativo de base comunitária busca se contrapor ao turismo massificado, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar. Não se trata, apenas, de percorrer rotas exóticas, diferenciadas daquelas do turismo de massa. Trata-se de outro modo de visita e hospitalidade, diferenciado em relação ao turismo massificado, ainda que porventura se dirija a um mesmo destino (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009, p. 86).

Os autores supracitados, além de destacarem a forma alternativa, ressaltam, também, a menor densidade de infraestrutura e serviços quando da ocorrência do “turismo alternativo de base comunitária”, entendendo que esta prática estaria mais situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar.

A proposta do turismo de base comunitária é fazer a comunidade buscar no seu próprio lugar uma forma de promover mudanças significativas e romper com alguns processos de exclusão (econômico, social, educacional etc), tão presentes em países com economias menos dinâmicas – isso acaba por se tornar um verdadeiro desafio, principalmente para os países latino-americanos.

Outra contribuição acerca deste debate tem origem com dois pesquisadores que realizaram um estudo de caso em El Salvador, os quais afirmam que o turismo comunitário:

[...] se basa en la idea de una participación activa de la propia comunidad y, por ello, es fundamental la necesidad de crear una serie de redes comunitarias que permita un fomento de esta clase de turismo y que, al mismo tiempo, sirva para vertebrar la relación entre la comunidad local y los visitantes, para que estos últimos consigan dar respuesta a una de las principales motivaciones de su viaje, que es la búsqueda de nuevas experiencias y el contacto con otras culturas. Ello implica la necesidad de involucrar a diferentes actores, como serían las administraciones públicas existentes en el área geográfica, las ONG, las universidades y la propia comunidad local a través de la vertebración de cooperativas (GUZMÁN; CAÑIZARES, 2009, p. 91).

Guzmán e Cañizares (2009) chamam a atenção para a criação de redes comunitárias que permitam a construção de um novo “modelo” de turismo, bem como do envolvimento de várias instituições, como exemplo, as Universidades, reforçando o que Mendonça *et al* (2010) apresentaram.

Essa definição reflete um alto grau de organização por meio de cooperativas para que o turismo de base comunitária aconteça, sem desconsiderar novamente o envolvimento dos diferentes sujeitos. Um exemplo disso, pode ser visualizado, na Figura 1.



Fonte: GUZMÁN, J. L.; CAÑIZARES, S. M. S. (2009, p. 90).

Os autores apresentam uma proposta da cadeia produtiva do turismo comunitário, o que nos leva a refletir sobre o papel das universidades e das organizações do terceiro setor no planejamento das atividades turísticas e também como indutoras desse processo.

Ballesteros *et al*, em seus estudos realizados no Equador, consideram que o turismo comunitário é uma estratégia de desenvolvimento, falam ainda que:

El turismo comunitario es una forma de gestión del turismo que aúna tres perspectivas fundamentales: una sensibilidad especial con el entorno natural y las particularidades culturales, la búsqueda de sostenibilidad integral (social y natural), y el control efectivo del negocio turístico por parte de las comunidades. Se trata, pues, de un modo de implementar el turismo que persigue equilibrar las dimensiones medioambientales y las culturales, con la particularidad de una gestión y organización anclada en las comunidades (2009, p. 5).

Percebemos, no entendimento dos autores, que o turismo comunitário não é uma modalidade de turismo, mas é entendido como um modo de implementar o turismo, pelo qual se persegue o equilíbrio das dimensões ambiental e cultural, ancoradas na particularidade de gestão e organização das comunidades.

Outra contribuição sobre essa temática vem da autora Luzia Neide Coriolano (2009, p. 282), que entende o turismo comunitário como:

[...] aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle

efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, seja de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios.

Coriolano (2009) chama atenção para algumas características essenciais para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, sendo uma delas o associativismo por meio dos arranjos produtivos locais. O associativismo é visto como uma etapa fundamental, não apenas para organizar a iniciativa, mas também para proporcionar outras oportunidades à comunidade que, estando envolvida em projetos que lhe dizem respeito (de qualquer natureza), poderá obter resultados satisfatórios para todos. Apresenta ainda os quatro princípios do turismo comunitário: princípio da participação, da cooperação, da autossustentação e da universalidade.

Para Sampaio (2005), o conceito de turismo de base comunitária é encarado de maneira vulgar pelos governantes e empreendedores locais, assim como fazem com as modalidades de turismo cultural, ecoturismo e agroturismo. Em seus estudos, o autor se reporta aos dois conceitos tanto turismo comunitário ou de base comunitária, dizendo que este

[...] não se limita apenas à observação ou, ainda, à convivência com as populações autóctones, mas consiste também no envolvimento com os próprios projetos comunitários. O turismo comunitário se aproxima de uma experimentação alternativa ao modo de vida consumista. Ele é, potencialmente, uma estratégia de comunicação social que possibilita que experiências de planejamento para o desenvolvimento de base comunitária em curso, na qual a população autóctone se torna a principal protagonista, resgatando ou conservando seus modos de vida que lhe são próprios, possam ser vivenciadas através da atividade turística (SAMPAIO, 2005, p. 113).

É preciso ponderar o conceito proposto por Sampaio, segundo o qual o turismo comunitário seria uma alternativa possível ao modo de vida consumista. Entendemos que a prática do turismo de base comunitária não tornará as pessoas menos materialistas e consumistas, posto que, não necessariamente, provoca a mudança de comportamento das pessoas que o praticam. O autor reforça, em outro texto, que o principal atrativo do turismo de base comunitária é a convivialidade, um tipo de hospitalidade, de inspiração solidária, que se tornou exótica no modo de vida urbano (SAMPAIO, 2008).

Para Pinheiro (2007, p. 483), o turismo comunitário é:

[...] mais que um simples tipo de atividade turística praticada pelos visitantes, representa um modelo de gerenciamento turístico de caráter, sobretudo, inclusivo e que tem como desdobramento desse aspecto o oferecimento de produtos diferenciados.

Ainda na visão da autora, o turismo comunitário deve ser dividido em duas categorias didáticas: a categoria de elementos característicos e a categoria de elementos estratégicos. No primeiro grupo, estão presentes as características essenciais: protagonismo comunitário, organização comunitária e rentabilidade para a comunidade. No segundo grupo, estão os elementos facilitadores desta prática: turismo como atividade econômica complementar, posse da terra pela comunidade e conservação ambiental e cultural.

Araújo e Gelbecke (2008, p. 365) chamam a atenção para a perspectiva ética e educativa do turismo comunitário, quando afirmam que:

[...] o turismo comunitário não é apenas uma atividade produtiva, mas procura ressaltar o papel fundamental da ética e da cooperação nas relações sociais. Valoriza os recursos específicos de um território e procura estabelecer relações de comunicação/informação com agentes externos, entre eles e os visitantes. Considera, portanto, a existência de uma relação dialética entre os turistas e a comunidade receptora.

Além da valorização dos recursos do território, é fundamental, segundo os autores, o estabelecimento de relações de comunicação e informação com agentes externos, entre eles e os visitantes. De nossa parte, consideramos ser a “comunicação” um elemento a ser tratado com muito cuidado de modo a não ameaçar a proposta do turismo de base comunitária. Sem esse cuidado, uma divulgação excessiva pode massificar um destino antes restrito a poucos.

Uma última contribuição atrelada à proposta do turismo de base comunitária é o chamado turismo rural comunitário. Carlos Maldonado realiza seus estudos na América Latina e afirma ser este um fenômeno que data das duas últimas décadas e surge num contexto de grandes mudanças econômicas, sociais e políticas: a liberação de fluxos comerciais e financeiros; a vigência dos novos paradigmas de desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social das empresas. Esse fenômeno tem sido observado em grande ascensão em locais de beleza paisagística excepcional, dotada de vida selvagem e de atrativos culturais únicos (MALDONADO, 2009).

Ainda segundo Maldonado (2009, p. 26-27), o turismo rural comunitário na América Latina surge devido, principalmente, a quatro principais fatores: primeiramente às pressões mundiais do mercado turístico sobre os patrimônios naturais e culturais das comunidades rurais e indígenas. Em segundo lugar, devido às necessidades econômicas trabalhistas da grande maioria das comunidades que buscam superar uma situação de pobreza crônica. Em terceiro lugar, devido ao papel relevante que desempenham as pequenas e microempresas no desenvolvimento econômico local e na diversificação da oferta turística nacional. E, por último, explica que essa origem está associada às estratégias políticas do movimento indígena e rural da América Latina para preservar seus territórios ancestrais - parte essencial do seu patrimônio e base material de sua cultura - na ótica de incorporação aos processos de globalização com sua própria identidade.

Dentro desse processo de oferta e demanda, o autor chama atenção para a complexidade do turismo e de sua relação com as comunidades rurais ou mesmo indígenas, porque a partir do momento em que esse fenômeno globalizado adentra territórios tradicionais com uma suposta proposta de promover o bem-estar das comunidades, acaba, não obstante, promovendo também mudanças irreversíveis, como as alterações nos padrões de produção e de consumo, bem como provocando ameaças à cultura.

No fim do século XX, muitas experiências foram se espalhando pelo mundo, tentando mudar o modelo de turismo convencional. Em países da América Latina, algumas foram impulsionadas por redes de ONGs e redes de Universidades. Maldonado (2009, p. 28) reforça que:

[...] muitas delas tinham receio dos impactos nocivos do turismo, pois entendiam que as intervenções externas poderiam significar um aumento na sua dependência do mercado, um desmembramento de seus territórios, uma aceleração na perda de sua identidade cultural, um enfraquecimento de suas instituições e a coesão social que estas seguem.

As experiências em curso pelo mundo evidenciam que o turismo de base comunitária também pode acabar gerando os mesmos efeitos que outras modalidades do turismo. Por isso, é preciso estabelecer mecanismos muito fortes para que um “pacote” de efeitos indesejados pela comunidade não recaia sobre a mesma. Reconhecemos, nesse caso, a necessidade de mais investigação sobre esta forma de gestão e de desenvolvimento do turismo para compreender suas dinâmicas socioespaciais. Para Maldonado (2009, p. 31), o turismo comunitário é:

[...] toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (MALDONADO, 2009, p. 31).

A organização empresarial, a cooperação, a dimensão humana e cultural são identificadas por Maldonado (2009) como fundamentais para que aconteça de fato essa forma de fazer turismo. Os modos de vida das comunidades representam o que elas têm de melhor e as mesmas podem utilizá-lo no intuito de melhorar as condições de vida e de equidade social, segundo o autor.

Frequentemente, sujeitos externos funcionam como “indutores” do turismo de base comunitária e, em alguns casos, podem gerar dependência. Contudo, se a iniciativa

não tiver motivação endógena, uma organização social e expressar o desejo dos grupos sociais locais, ela certamente não atenderá às demandas de desenvolvimento local, ou seja, o alicerce do turismo de base comunitária. Cruz (2009, p. 101) afirma que “[...] o desenvolvimento local é um processo socializante, no qual as comunidades envolvidas são protagonistas de seu tempo e de seu espaço e não sujeitos hegemônicos”.

O Quadro 2 apresenta um resumo das principais características do turismo de base comunitária e do turismo comunitário segundo os autores investigados nesta pesquisa.

Quadro 2 - Autores e principais características apontadas sobre o turismo de base comunitária e o turismo comunitário.

Autores	Características
IRVING, M. A.	<ul style="list-style-type: none"> - Coesão e laço social; - Sentido coletivo de vida em sociedade; - Inclusão; - Sentimento de pertencimento.
WWF	<ul style="list-style-type: none"> - Controle efetivo sobre o desenvolvimento e a gestão do turismo; - Envolvimento participativo; - Benefícios para a comunidade.
MENDONÇA, C. <i>et al</i>	<ul style="list-style-type: none"> - A comunidade no controle da atividade e recebendo a maior parte dos benefícios; - O envolvimento de diferentes atores no planejamento da atividade; e - O turista não deve ser considerado o centro das atenções.
Ministério do Turismo do Brasil (MTur)	<ul style="list-style-type: none"> - Modelo de desenvolvimento turístico; - Economia solidária; - Associativismo; - Valorização da cultura local; - Protagonismo das comunidades locais.
BURSZTYN, I. <i>et al</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Menor densidade de infraestrutura e serviços; - Vinculação situada ao lugar; - Outro modo de visita e hospitalidade.
GUZMÁN, T. J. L-G.; CAÑIZARES, S. M. S.	<ul style="list-style-type: none"> - Participação ativa da comunidade; - Formação de redes comunitárias; - Envolvimento de vários atores; - Cooperação.
CARRIÓN, D. S.	<ul style="list-style-type: none"> - Forma de gestão do turismo que agrega três perspectivas: . Sensibilidade especial com o entorno natural e cultural; . Busca de sustentabilidade integral (social e natural); e . Controle efetivo do negócio turístico por parte das comunidades. - Modo de implementar o turismo.
CORIOLANO, L. N. M.	<ul style="list-style-type: none"> - Associativismo; - Arranjos produtivos locais; - Controle efetivo das terras e das atividades econômicas; - Interação turista – residente.
SAMPAIO, C. A. C.	<ul style="list-style-type: none"> - Envolvimento com projetos comunitários; - Experimentação alternativa ao modo de vida consumista; - Planejamento para o desenvolvimento de base comunitária; - Protagonismo das populações autóctones; - Convivialidade.

PINHEIRO, L. L.	<ul style="list-style-type: none"> - Modelo de gerenciamento turístico inclusivo; - Protagonismo e organização comunitária; - Rentabilidade para a comunidade; - Turismo como atividade econômica complementar; - Posse da terra pela comunidade; - Conservação ambiental e cultural.
ARAÚJO, G. P; GELBCKE, D. L.	<ul style="list-style-type: none"> - Ética; - Cooperação nas relações sociais; - Valorização dos recursos de um território; - Relação dialética entre turistas e comunidade receptora.
MALDONADO, C.	<ul style="list-style-type: none"> - Organização empresarial; - Cooperação; - Equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios; - Dimensão humana e cultural; - Conhecer e aprender com outros modos de vida.

Autor: COSTA NOVO, C. B. M. (2011).

Como podemos perceber, todas as interpretações acima, tanto relativas ao turismo de base comunitária quanto ao turismo comunitário reforçam aspectos principais e complementares desse conceito em construção. Entre esses aspectos, destacamos que a comunidade deve ser envolvida diretamente no processo de organização, planejamento, gestão, execução e recebimento da maior parte dos benefícios do turismo.

Com base nas leituras realizadas e considerando o objeto empírico do presente estudo, compreendemos ser o turismo de base comunitária uma forma de gestão do turismo em que prevalece o protagonismo das comunidades no oferecimento de atividades turísticas realizadas nos territórios que ocupam, obedecendo a princípios ambientais e culturais autoestabelecidos, promovendo, sobretudo, a valorização da participação e da organização comunitária, do associativismo e da ética, com vistas ao desenvolvimento local e à preservação de sua cultura.

1.3 Antecedentes do turismo de base comunitária

Guzmán e Cañizares (2009) afirmam que o conceito de turismo comunitário aparece pela primeira vez no livro *Tourism: a community approach* do autor Peter E. Murphy¹⁷ no ano de 1985, no qual o autor aborda questões relativas aos impactos que o turismo gera nas comunidades locais em áreas em desenvolvimento.

Vale ressaltar que, em 1980, é lançada a Declaração de Manila sobre Turismo Mundial¹⁸, adaptada após a Conferência Mundial do Turismo. A partir desta data, 27 de Setembro é proclamado o “Dia Mundial do Turismo”. Afirma-se, pela primeira vez, que “o Turismo prejudica mais do que beneficia as sociedades do terceiro Mundo”¹⁹.

.....
¹⁷ O autor é titular da Cátedra Rino Grollo na Faculdade de Turismo e Hotelaria e diretor do Centro de Estudos sobre Turismo e Hotelaria na La Trobe University, em Melbourne (Austrália). Foi professor e diretor do Programa de Administração de Turismo na Faculdade de Administração de Vitória (Canadá).

¹⁸ Disponível em: http://www.marcionami.adm.br/pdf/gestao/Declaracao_Manila.pdf Acesso em: 10 out 2011.

¹⁹ Disponível em: <http://www.sustentare.pt/pdf/Research5-%20Turismo-Sustentavel.pdf> Acesso em: 10 out 2011.

Murphy propõe pensar uma nova abordagem para a “indústria do turismo” e apresenta uma abordagem centrada na comunidade. Ele afirma em seu livro que:

The industry possesses great potential for social and economic benefits if planning can be redirect from a pure business and development approach to a more open and community-oriented approach which views tourism as a local resource (MURPHY, 1985, p. 37)²⁰.

Nas palavras do autor, a “indústria do turismo” possui um grande potencial para promover benefícios econômicos e sociais, caso seu planejamento possa ser redirecionado de uma abordagem de puro negócio e desenvolvimento para uma abordagem aberta e orientada para a comunidade.

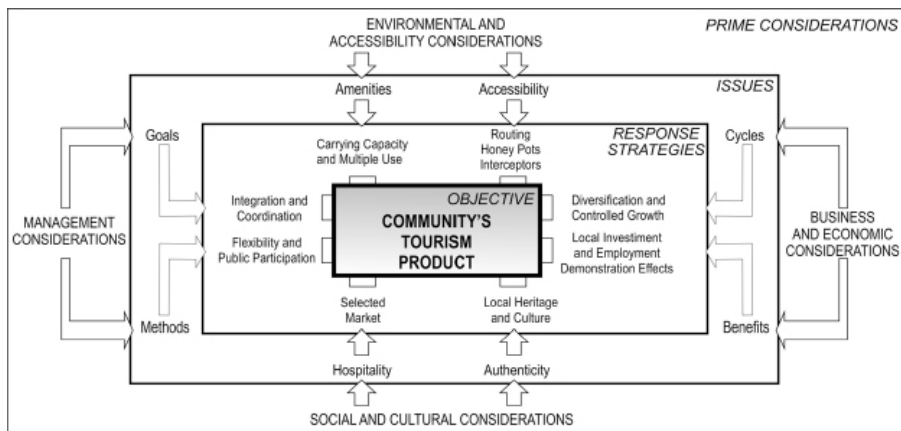
Murphy propõe, nos anos 80, um modelo ecológico de pesquisa e de desenvolvimento do turismo. Possivelmente influenciado pelos movimentos ambientalistas, acaba por focar suas reflexões acerca do que o autor chama de turismo sustentado.

Esse modelo demonstrou a necessidade de considerar o turismo como uma função ecológica que envolva diferentes escalas e ênfase nas comunidades e um equilíbrio entre as necessidades dos habitantes locais (indivíduos e empresas) e dos visitantes (turistas e indústria turística) (MURPHY, 2002, p. 194).

A Figura 2, extraída do livro de Murphy, é uma tentativa do autor de delinear os principais componentes de uma estratégia de gestão do turismo orientado para a comunidade ou da gestão de um produto da comunidade.

.....
²⁰ A indústria possui um grande potencial de benefícios econômicos e sociais se o planejamento puder ser redirecionado de uma abordagem de puro negócio e desenvolvimento para uma abordagem mais aberta e orientada para a comunidade, que vê o turismo como um recurso local (tradução nossa).

Figura 2 - Major components for a community-oriented tourism strategy²¹.



Fonte: MURPHY, P. (1985, p. 37).

Ao interpretarmos a figura idealizada por Murphy, entendemos que, para se ter ou alcançar um “produto turístico da comunidade”, é necessário considerar primeiramente os seguintes aspectos: o meio ambiente e a acessibilidade; a gestão; os aspectos comerciais e econômicos; e, por fim, os aspectos sociais e culturais.

Murphy explica que, neste caso, os aspectos **ambientais** e de **acessibilidade** foram selecionadas primeiro por causa da dependência da indústria do turismo em relação à sua base de recursos e da conectividade com áreas de interesse turístico. A presença de recursos e um mercado potencial, no entanto, não tornam, necessariamente, uma indústria viável; então, aspectos **comerciais** e **econômicos** precisam ser considerados em seguida. Além disso, o fato de que o turismo é tão dependente da **hospitalidade local** faz com que seja obrigatório que o desenvolvimento avance de acordo com os desejos e características da população local, assim aspectos **sociais** e **culturais** precisam ser incluídos. Finalmente, a gestão de um “produto turístico da comunidade” oferece um amplo leque de opções. Colocar o turismo em uma perspectiva da comunidade faz com que isso se transforme em uma das várias funções e oportunidades para uma área, e deve ser planejado de acordo com sua relativa importância e contribuição (MURPHY, 1985, p. 37)²².

Murphy considera uma gama de responsabilidades e serviços que devem estar atrelados ao “produto turístico da comunidade”, e que este produto depende diretamente da comunidade envolvida. Embora a visão do autor esteja relacionada principalmente com o modelo industrial, no qual as relações sociais são capitalistas, considera-se importante evidenciar as influências do modelo proposto para o turismo de base comunitária atualmente, ainda que não concordemos em parte com o seu modelo.

Passados dez anos da publicação de Murphy, em 1995, realiza-se a Conferência Mundial de Turismo Sustentável em Lanzarote (Espanha). Deste evento, origina-se a

²¹ Principais componentes para uma estratégia de turismo orientado à comunidade (tradução nossa).

²² (Tradução nossa).

Carta de Turismo Sustentável²³ ou Carta de Lanzarote elaborada pelos representantes de diferentes países presentes. Entendemos que este plano de ações para o turismo sustentável é um marco para o surgimento de outras modalidades do turismo, dentre elas o ecoturismo. Segundo ASEC (1993) apud Carrión (2007, p. 22), “ha existido una amplia discusión en torno a si el turismo comunitario es un producto o una modalidad de operación, y en las primeras etapas de su desarrollo inicial, fue ligado indistintamente al ecoturismo, o “ecoturismo comunitario””.

Essas discussões começam a conquistar outros países e ganhar ânimo seus estudos. No Brasil esse debate se inicia em 1997, conforme Sampaio (2008, p. 1):

O turismo comunitário ou turismo de base comunitária, em um primeiro momento, surge como desdobramento do diálogo científico no Brasil a partir do I Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL), realizado em São Paulo, em 1997. Em um segundo momento, adiciona-se ao debate científico a participação de movimentos sociais na ocasião do I Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizado em Fortaleza, em 2003.

Vale ressaltar que o I ENTBL²⁴ foi organizado pelo Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo e foi um evento científico que colocou em debate as bases do turismo sustentável, tornando-se um marco para a contextualização da temática no Brasil. Passados mais de dez anos, o evento ainda hoje é realizado e acabou ganhando força com outros eventos similares.

Quadro 3 - Eventos que abordam a temática do turismo de base comunitária, ano e local de realização.

EVENTO	ANO	LOCAL
Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL)	1997	São Paulo
	1998	Ceará
	1999	Amazonas
	2000	Santa Catarina
	2001	Distrito Federal
	2002	Mato Grosso do Sul
	2003	Bahia
	2004	Paraná
	2005	Pernambuco
	2007	Paraíba
	2010	Rio de Janeiro
	2012	São Paulo
2014	Minas Gerais	

²³ Disponível em: <http://www.turismo-sostenible.org/docs/Carta-del-Turismo-Sostenible.pdf> Acesso em: 25 ago 2011.

²⁴ O I ENTBL propiciou a publicação de três livros, a saber: 1. Turismo, Modernidade, Globalização; 2. Turismo e Ambiente - reflexões e propostas; e, 3. Turismo e Desenvolvimento Local todos organizados pela Prof. Dra. Adyr Aparecida Balastrieri Rodrigues e publicados pela Hucitec em 1997.

Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável (CITURDES)	1998 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012	Rio Grande do Sul Rio Grande do Sul Rio Grande do Sul Santa Catarina Rio Grande do Sul México Rio Grande do Sul Portugal
Encuentro Técnico Internacional sobre Gestión del turismo sostenible y competitivo: Alianzas entre Estado, Empresa y Comunidad	2001	Equador
IV Encuentro Regional Consultivo a comunidades rurales e indígenas de América Latina (REDTURS)	2005	Panamá
V Encuentro Regional Consultivo a comunidades rurales e indígenas de América Latina (REDTURS)	2007	Bolívia
Seminário Internacional de Turismo Sustentável	2003 2008	Ceará Ceará
Fórum Social Mundial de Mumbai	2004	Índia
Fórum Social Mundial de Porto Alegre	2005	Rio Grande do Sul
Fórum Social Mundial de Belém	2009	Pará
Seminário Internacional de Turismo de Base Comunitária	2009	Ceará
I Mostra de Turismo de Base Comunitária no IV Salão de Turismo, em São Paulo	2009	São Paulo
II Mostra de Turismo de Base Comunitária no V Salão de Turismo	2010	São Paulo
Encontro Nacional da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Rede Turisol)	2010	Bahia
I Mostra de Turismo Sustentável no V Festival de Turismo das Cataratas de Iguaçu	2010	Paraná
III Mostra de Turismo de Base Comunitária no VI Salão de Turismo	2011	São Paulo
II Mostra de Turismo Sustentável no VI Festival de Turismo das Cataratas de Iguaçu	2011	Paraná
I e II Workshop de Turismo de Base Comunitária no Amazonas: protagonismo das populações tradicionais e povos indígenas	2011 e 2012	Manaus

III, IV e V Encontro de Turismo Comunitário na Amazônia: protagonismo das populações tradicionais e povos indígenas	2013	Manaus
---	------	--------

Encuentro Técnico Internacional sobre Gestión del turismo sostenible y competitivo: Alianzas entre Estado, Empresa y Comunidad²⁵

I Mostra de Turismo de Base Comunitária no IV Salão de Turismo, em São Paulo²⁶
Organização: COSTA NOVO, C. B. M. (2015).

Além dos eventos citados, sabemos da existência de outros que discutem de forma transversal a temática, desde a escala internacional a municipal.

Percebemos, também, pelo Quadro acima apresentado, que essa discussão prevalece no Nordeste, Sul e Sudeste do país, parecendo não ter chegado à região Norte do Brasil. Apenas dois eventos aconteceram na região, e sem muita repercussão regional, muito embora existam experiências de turismo de base comunitária reconhecidas internacionalmente em alguns estados, como no Amazonas e no Pará. Todavia, os debates científicos acerca desta temática estão à mercê, ficando evidente que a discussão regional é quase inexistente, carecendo de pesquisas que aprofundem o entendimento e os impactos do turismo de base comunitária na Amazônia. Esse fato pode ser reforçado nas palavras de Kiss apud Trejos (2007, p. 2) “la mayoría de la información disponible sobre turismo comunitario es anecdótica, subjetiva, carece de datos cuantitativos, y ha aparecido em fuentes no académicas”.

1.4 Experiências de turismo de base comunitária

Nas duas últimas décadas, foi possível perceber o crescimento de experiências de comunidades que entenderam ser o turismo de base comunitária uma possível alternativa econômica para os problemas enfrentados de várias ordens (MURPHY, 1985; MALDONADO, 2009). Entende-se que esse fator não se deu de maneira aleatória, mas, sobretudo, impulsionado por organizações da sociedade civil, o chamado terceiro setor²⁷.

Segundo informações da Rede de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS)²⁸, dos vinte países que a compõem, treze possuem experiências de turismo de base comunitária em seus territórios, são eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, perfazendo um total de duzentas e cinquenta e nove experiências (REDTURS, 2010).

²⁵ Do referido evento foi elaborado o documento intitulado “Declaración de Otavalo - Turismo Comunitario sostenible, competitivo y con identidad cultural”.

²⁶ Lançamento do primeiro livro sobre experiências de turismo de base comunitária no Brasil. Ver: BARTHOLO, R., SAN SOLO, D. G. e BURSZTYN, I. (Orgs). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Livro%20TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.pdf>

²⁷ O Terceiro Setor corresponde às instituições com preocupações e práticas sociais, sem fins lucrativos, que geram bens e serviços de caráter público, tais como: instituições religiosas, clubes de serviços, entidades beneficentes, centros sociais, organizações de voluntariado e outros.

²⁸ Disponível em: <http://www.redturs.orgs> Acesso em: 12 set 2010.

O Brasil é o segundo país a possuir mais experiências, ficando atrás apenas do Equador, com cinquenta e nove experiências. Das trinta e sete experiências brasileiras cadastradas na REDTURS, oito estão na região Norte do país. Assim como o Brasil, o estado do Amazonas fica em segundo lugar, com quatro experiências, dividindo o posto com o estado da Bahia, e perdendo apenas para o estado do Ceará, com sete experiências cadastradas. Três experiências podem ser encontradas no estado do Pará e uma no estado de Tocantins.

As experiências autointituladas de turismo de base comunitária existentes no Estado do Amazonas são: Pousada Aldeia dos Lagos, localizada no município de Silves (204 km de Manaus em linha reta); Pousada Uacari, localizada no município de Tefé (523 km); Turismo comunitário no Rio Unini, município de Barcelos (399 km); e Turismo comunitário no Baixo Rio Negro, município de Manaus. Com exceção desta última experiência, nenhuma das outras está localizada na Região Metropolitana de Manaus. No estado do Pará são encontradas as seguintes experiências: Ecoturismo comunitário no Polo Tapajós, localizado no município de Santarém (750 km de Belém em linha reta); Cooperativa de turismo comunitário no município de Curuçá (136 km) e Projeto VEM – Viagem Encontrando Marajó, no município de Soure (80 km). No Tocantins é encontrada apenas a experiência de turismo comunitário em Taquaruçu, distante 32 km da capital Palmas.

Diante desse panorama de experiências de turismo de base comunitária, optamos por contextualizar duas experiências: uma no Equador, mais precisamente na província de Napo; e uma no Brasil, no estado do Pará, no município de Santarém. Escolhemos essas experiências por envolverem várias comunidades, por existirem, pelo menos, há cinco anos e por estarem inseridas na Amazônia.

1.4.1 Uma experiência na América Latina

Dentro da América Latina, segundo Ballesteros *et al* (2007), o Equador é o país pioneiro, pelo peso quantitativo e qualitativo de suas experiências de turismo comunitário. Dessa forma, desde os anos 80, o turismo comunitário se tornou uma atividade estratégica para muitas comunidades, pois atua como catalizador de diferentes processos, a saber:

- (1) La promoción socioeconómica de comunidades en situación muy vulnerable desde los puntos de vista social, económico y cultural, constituyendo un motor estratégico para el desarrollo local de las mismas.
- (2) El encuentro cultural a través del turismo, en tanto en cuanto no solo potencia las identidades culturales indígenas, sino el contacto intercultural em contextos menos asimétricos que los habituales en la práctica turística.
- (3) El desarrollo de actividades económicas sustentables desde el punto de vista ambiental habida cuenta que este tipo de turismo tiene en la naturaleza a uno de sus principales pilares de atracción.
- (4) La apertura de posibilidades de autogestión y desarrollo endógeno de las comunidades (indígenas o

mestizas) en virtud de los índices de participación, acción y control comunitario que promociona esta actividad. (BALLESTEROS *et al*, 2007, p. 6).

Interessante perceber o entendimento dos autores em relação ao que o turismo comunitário representa e as transformações que por ele podem ser causadas, principalmente considerando-se os povos indígenas e as populações mestiças existentes no país. Esse fato reforça o que Ruiz *et al* (2008, p. 5) afirmam: “el turismo en Ecuador es lá tercera actividad económica en importancia tras la extracción de petróleo y la producción de plátano, atrayendo a unos 700 mil visitantes ao año”.

A partir desse entendimento dos possíveis impactos do turismo comunitário para os indígenas e mestiços, apresentaremos a experiência da Red de Comunidades Indigenas en el Alto Napo para la Convivencia Intercultural y el Ecoturismo (RICANCIE)²⁹, uma das redes de turismo comunitário existente no país.

De acordo com Falconi *et al* (2006, p. 28), “Capiroña es la comunidad pionera del proyecto que luego se extendió a comunidades vecinas y que juntas formaron lo que ahora es el RICANCIE”. Essa comunidade iniciou suas primeiras atividades de ecoturismo em 1989.

Confirmando o exposto por Falconi, a partir dos anos 90 algumas comunidades *quichuas* no Alto Napo começaram a desenvolver um projeto de ecoturismo comunitário. A filosofia dos *quichuas* se baseia na participação de todos e todas, e a partir desse momento nasce a ideia de construir conjuntamente a infraestrutura necessária para desenvolverem o ecoturismo comunitário³⁰.

Ainda segundo o site oficial da RICANCIE, ela é uma rede de nove comunidades *quichuas* no Alto Napo, dentro da reserva biosfera do Parque Nacional “Grande Sumaco - Sumaco Galeras”. A rede nasceu para beneficiar, inicialmente, cerca de 200 famílias; hoje, beneficia 300. As comunidades de RICANCIE estabeleceram um programa ecoturístico único baseado no respeito às tradições e ao patrimônio ecológico e cultural, como caminho alternativo para o desenvolvimento das comunidades não apenas para a geração atual, mas também para as futuras. As comunidades que integram a RICANCIE na Amazônia equatoriana são: Capiroña, Chuva Urku, Alukus, Galeras, Wasila Talag, Machacuyacu, Río Blanco, Runa Wasi e Pacto Sumaco.

Todas as comunidade oferecem estruturas de hospedagem, alimentação, passeios e convivência com a comunidade, mas a capacidade para hospedar varia, conforme pode ser visto: Río Blanco (45 pessoas), Capiroña (40 pessoas), Machacuyacu (20 pessoas), Wasila Talag (20 pessoas), Chuva Urku (15 pessoas), Alukus (12 pessoas), Runa Wasi (12 pessoas), Pacto Sumaco (10 pessoas) e Galeras (8 pessoas). Com exceção de duas dessas comunidades, todas as outras oferecem circuitos integrados entre elas. As comunidade de Capiroña e Wasila Talag oferecem, inclusive, estrutura para realização de eventos com capacidade para 40 e 20 pessoas, respectivamente. O acesso a estas comunidades acontece de duas maneiras, via terrestre ou via fluvial.

²⁹ Disponível em: <http://www.ricancie.nativeweb.org/> Acesso em: 13 set 2011.

³⁰ Idem.

Conforme exposto no *site* nas comunidades Chuva Urku, Galeras, Río Blanco e Pacto Sumaco:

[...] existe la posibilidad para grupos de estudiantes y científicos de realizar estudios antropológicos, sociológicos o de ciencias naturales. RICANCIE le apoya con mucho gusto en el desarrollo y la realización de su proyecto. Sobre todo apoyamos investigaciones aplicadas cuyos resultados sirvan al desarrollo autogestionado de las comunidades.

Ao “abrir as portas” para grupos de estudantes e pesquisadores, a comunidade experimenta, paradoxalmente, uma dupla oportunidade: por um lado, uma possibilidade de desenvolvimento econômico-social e, de outro, sua maior exposição a riscos, principalmente relacionados à biopirataria.

E, em relação aos benefícios para as comunidades, tem-se que:

[...] a través del ecoturismo comunitario RICANCIE crea puestos de trabajo y nuevas fuentes de ingreso que se utilizan para proyectos sociales, salud, educación y cultura. A través del ecoturismo revalorizamos nuestra cultura y reforzamos la autoestima de nuestras comunidades. Además el proyecto protege nuestro territorio y ofrece una alternativa a la agricultura intensiva, la cual llevaría irremediablemente al aumento de la tala de bosque primario.³¹

Os recursos financeiros do programa turístico melhoram a vida das famílias, oferecem aos jovens um futuro talvez melhor dentro da comunidade, bem como coíbem a migração para as grandes cidades ou para o exterior, permitindo a toda comunidade, homens e mulheres, assumir o seu papel no programa. Está a cada dia se consolidando, e é conhecida por fazer a própria comercialização das viagens, ainda que conte com o apoio de agências e operadoras, com as quais, segundo informações contidas no site oficial, estabelecem “uma relação solidária e de elevados padrões éticos”. No ano passado, esta experiência tornou-se uma Corporação Provincial de Turismo Comunitário de Napo.

1.4.2 Uma experiência no Brasil

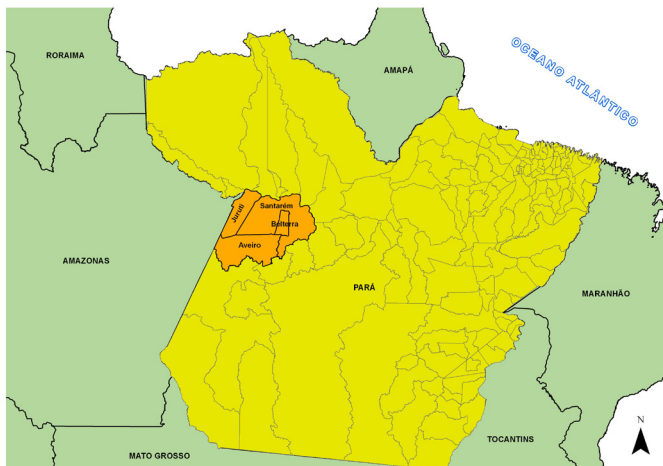
No outro extremo, na Amazônia brasileira, existe o Projeto Saúde & Alegria (PSA), uma instituição civil, sem fins lucrativos, que atua na Amazônia desde 1987, com o objetivo de promover processos participativos de desenvolvimento comunitário integrado e sustentável, que contribuam de maneira demonstrativa no aprimoramento das políticas públicas, na qualidade de vida e no exercício da cidadania.³²

.....
³¹ Disponível em: <http://www.ricancie.nativeweb.org> Acesso em: 13 set 2011.

³² Informação retirada do folder do projeto Saúde e Alegria.

O referido projeto é desenvolvido em quatro municípios do Oeste do estado do Pará - Belterra, Aveiro, Juruti e Santarém e atende a cerca de 30 mil pessoas, sendo na sua maioria povos tradicionais que vivem do extrativismo da floresta, da pesca e da agricultura familiar. O PSA atua apoiando essas populações na defesa de suas terras, de seus recursos naturais e na viabilidade social, econômica e ambiental de seus territórios.³³

Figura 3 - Localização da área de atuação do Projeto Saúde e Alegria (PSA).



Fonte: www.saudeealegria.org.br Acesso em: 13 set 2011.

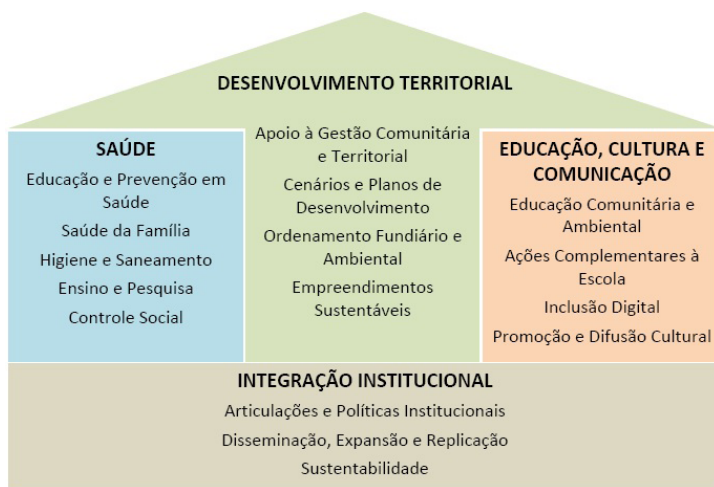
Os principais eixos de atuação do projeto são: saúde fluvial, saneamento básico, mapeamento participativo, inclusão digital, artesanatos da floresta, ações complementares à escola e ecoturismo de base comunitária. Em relação ao último eixo, tem-se que as comunidades ribeirinhas recebem qualificação e investimentos em infraestruturas receptivas e em empreendimentos solidários que melhoram a renda de forma sustentável, em parceria com outras iniciativas e de forma articulada com as políticas de regionalização do turismo.

O projeto Saúde e Alegria não tinha, inicialmente, como um dos seus eixos de atuação o turismo de base comunitária, embora o projeto recebesse constantemente parceiros e financiadores para viagens de trabalho, de forma espontânea. Foi no início do ano de 2002 que o projeto PSA, em parceria com o projeto Bagagem, começou a desenhar uma proposta de viagem que permitisse aos turistas experiências inovadoras na vivência com as comunidades ribeirinhas. E foi a partir desse mesmo ano, no mês de julho, que aconteceu a primeira expedição do roteiro Amazônia Ribeirinha, fato que se repetiu duas vezes por ano até 2007.

A Figura 4 representa o modelo de desenvolvimento integrado do PSA por meio dos programas de desenvolvimento comunitário.

.....
³³ Idem.

Figura 4 - Modelo de Desenvolvimento Integrado do Projeto Saúde e Alegria.



Fonte: PSA (2010).

A partir da parceria com o projeto Bagagem, outras parcerias acabaram por acontecer: World Learning Brazil (2003), Ambiental Expedições (entre 2006 e 2008), I-To-I / IkoPoram (2006 e 2007). Mas foi em 2008 que o projeto PSA estruturou um programa que pudesse torná-lo um modelo de referência replicável na região. Para isso, recebeu apoio do Núcleo Oikos de São Paulo, do Ministério do Turismo e do Serviço de Cooperação Técnica do Governo Alemão (GIZ).

Hoje, o roteiro de visita acontece por cinco dias e está centrado em quatro comunidades do rio Arapiuns: Anã, localizada na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns; Arimum, Atodí e Vila Amazonas, localizadas no Projeto de Assentamento Extrativista Lago Grande. Nenhuma delas possui, ainda, uma pousada comunitária, mas está em processo de implantação em duas delas, sendo o barco regional o local para o turista se hospedar. O acesso a estas comunidades é apenas via fluvial, saindo de Santarém/PA. O PSA se ocupa da promoção, da venda, da logística e do acompanhamento das viagens. As comunidades são responsáveis pela recepção, condução das visitas e refeições.

O projeto Saúde e Alegria está inserido na Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Rede Turisol)³⁴ e estabeleceu contatos com diversas agências, operadores e organizações locais, nacionais e internacionais.

A convite do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), esta pesquisadora teve a possibilidade de participar de um viagem de intercâmbio ao Projeto e vivenciou *in loco* a experiência. A foto 1 retrata a primeira comunidade visitada – Anã.

³⁴ A Rede Turisol – Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário – se caracteriza pela união de diversas organizações no Brasil que desenvolvem projetos de turismo solidário e que buscam, através da união e troca de experiências, fortalecer as iniciativas existentes e despertar outras comunidades para a construção de um turismo diferente. Outras informações: <http://www.turisol.org.br>

Foto 1 - Entrada da comunidade de Anã em Santarém/PA.



Autor: COSTA NOVO, C. B. M. (2011).

A partir das observações realizadas, entendemos que o projeto atende a grupos pequenos (até 10 pessoas) e possui organização desde a saída de Santarém, momento em que a equipe do PSA recebe os grupos, embarcando junto com os mesmos no barco regional. As visitas são sempre acompanhadas por um integrante do PSA que passa, inicialmente, informações sobre o projeto e as comunidades.

Foto 2 - Projeto MUSA³⁵ em Anã (criação de peixes em tanque rede).



Autor: COSTA NOVO, C. B. M. (2011).

.....
³⁵ Mulheres Sonhadoras em Ação (MUSA). O projeto é administrado por algumas mulheres da comunidade.

Nas comunidades Anã, Arimum e Atodí, pudemos notar que as famílias que fazem parte do projeto de turismo de base comunitária estão muito envolvidas e sensibilizadas, com enorme satisfação em receber os turistas e contar a história da comunidade e dos resultados dos projetos ali desenvolvidos.

Membros da comunidade ressaltam, também, as conquistas e as oportunidades que os comunitários têm e já tiveram por intermédio do PSA; por exemplo: cursos em diversas áreas, participação em encontros sobre o turismo de base comunitária no Brasil, viagens de intercâmbio para outros estados, algumas ocorridas devido a projetos em parceria com a Rede Turisol.

Foto 3 - Piracaia oferecida aos turistas na comunidade de Anã.



Autor: COSTA NOVO, C. B. M. (2011).

O cuidado no preparo das atividades a serem oferecidas aos turistas, como a piracaia³⁶, a valorização dos peixes e frutos da região pôde também ser notada. Na comunidade Arimum, realizamos uma trilha de ervas medicinais, apresentadas por uma comunitária. Em relação às experiências práticas, foi oferecido pelo Grupo de Artesanato Jararaca, na comunidade Atodí, uma oficina de artesanato em palha e, nesse momento, os saberes tradicionais se concretizam por meio de objetos construídos pelas mulheres dessa comunidade, cuja técnica é transmitida de mães para filhas e filhos.

A proposta do turismo de base comunitária desenvolvida nas experiências apresentadas, tanto por povos indígenas como por comunidades tradicionais, demonstram que as comunidades podem encontrar oportunidades no meio em que vivem e nos seus modos de vida, mesmo diante de tantas dificuldades estruturais.

Por outro lado, é visível haver, por parte dessas comunidades, uma dependência das instituições do terceiro setor na promoção e comercialização das visitas. Acreditamos que esse processo de dependência pode ser superado, já que há um envolvimento das

.....
³⁶ A piracaia é um almoço oferecido à beira do rio para o turista.

famílias na gestão do turismo de base comunitária e por oportunidades que estão sendo concebidas neste sentido.

É fundamental entender que tais práticas primam pela participação ativa da comunidade na gestão das atividades desenvolvidas na recepção de turistas.

Os aspectos comuns encontrados nas duas experiências são:

- Forte relação com o território;
- O turismo afigura-se como uma atividade complementar;
- Parte do recurso auferido fica com a associação comunitária;
- O início da atividade se dá em uma comunidade e logo outras comunidades próximas são envolvidas (a ideia de rede);
- Participação ativa da comunidade na organização das atividades turísticas;
- Roteiros turísticos estabelecidos principalmente voltados à natureza e aos saberes tradicionais;
- Existência de assessoria de uma organização do terceiro setor;
- A comercialização acontece via organizações do terceiro setor diretamente ligadas à experiência, mas também por meio de agentes externos;
- Recepção de grupos pequenos de turistas;
- Apoio do Ministério do Turismo de seus países em algum momento na consolidação da experiência.

Assim sendo, entendemos que há por parte dessas experiências expostas uma certa estruturação quanto à prática do turismo de base comunitária. Ainda que haja alguns desafios a serem superados, fica evidente que a produção do espaço ganhou outro significado e foi construída por diferentes sujeitos, prevalecendo, no nosso entendimento, o protagonismo destas comunidades.

2 REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS (RMM): URBANIZAÇÃO E TURISMO EM UMA REGIÃO EM FORMAÇÃO

A Região Metropolitana de Manaus (RMM) é a mais recente região metropolitana criada no Brasil. Instituída em 2007, pelo governo do estado do Amazonas, apresenta peculiaridades únicas. Exemplo disso é o maior município em extensão territorial ter a menor densidade demográfica. A seguir, apresentaremos uma contextualização e caracterização da RMM diante de outras regiões metropolitanas brasileiras, o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Integrado da RMM 2010-2020 e como o turismo vem sendo organizado nos municípios que a integram.

2.1 A Região Metropolitana de Manaus no contexto das Regiões Metropolitanas Brasileiras

De acordo com Rodrigues (2006, p. 30) “a instituição das regiões metropolitanas na década de 1970 tinha como pressuposto a análise das influências que algumas cidades exerciam sobre a dinâmica econômica e política de uma região ou mesmo de todo o país”. A autora enfatiza que

[...] a urbanização materializava-se no espaço de forma horizontal, provocando a conurbação das áreas urbanas dos municípios. Ou seja, do ponto de vista territorial, as regiões metropolitanas podem ser caracterizadas como produto do processo de urbanização (idem).

Na visão de Spink *et al* (2009), a criação das primeiras regiões metropolitanas no Brasil não foi um simples produto de consenso técnico/militar da época; outrossim, esse tema já estava presente na agenda de várias associações profissionais com interesse em questões urbanas, e acrescenta dizendo ter sido fruto de uma comissão presidencial.

Para Moura *et al* (2006), o processo de institucionalização das regiões metropolitanas obedeceu a duas diferentes fases: a primeira, se deveu à política nacional de desenvolvimento urbano nos anos 70, e a outra fase, devido à Constituição Federal de 1988.

Embora Rodrigues afirme que as regiões metropolitanas tenham surgido por um processo de urbanização, Spink *et al*, pela imposição de uma comissão presidencial, e Moura *et al*, devido à política nacional de desenvolvimento urbano, o fato é que, com a instituição das regiões metropolitanas, alteram-se as dinâmicas locais/regionais, provocando interesses políticos diversos e passando a produzir vários efeitos sobre o território.

Contextualizando a importância que as regiões metropolitanas acabaram assumindo, Garson *et al* (2010, p. 20) dizem que:

A importância estratégica desses aglomerados urbanos é confirmada pela inserção, no texto da Constituição de 1967, da faculdade conferida à União de instituir regiões metropolitanas. Por intermédio de leis complementares, foram criadas, em 1973/74, as nove primeiras regiões metropolitanas (RMs), cuja gestão acabou sendo fortemente controlada pelo governo autoritário, particularmente até o início da década de 1980. Em 1988, a “Constituição Cidadã” transferiu aos estados o poder de criação de novas RMs, tendo como condição, apenas, que fossem constituídas por agrupamento de municípios limítrofes (Constituição Federal, § 3º do Art. 25).

A primeira fase de criação de RMs no Brasil acontece no ano de 1973, quando são criadas as RMs de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e, em 1974, a RM do Rio de Janeiro.³⁷

As regiões metropolitanas possuem peculiaridades diversas, sendo uma delas a quantidade de municípios que as integram. Por exemplo, na Região Norte, a RM de Manaus possui oito municípios, a RM de Macapá, dois e a RM de Belém, cinco municípios.

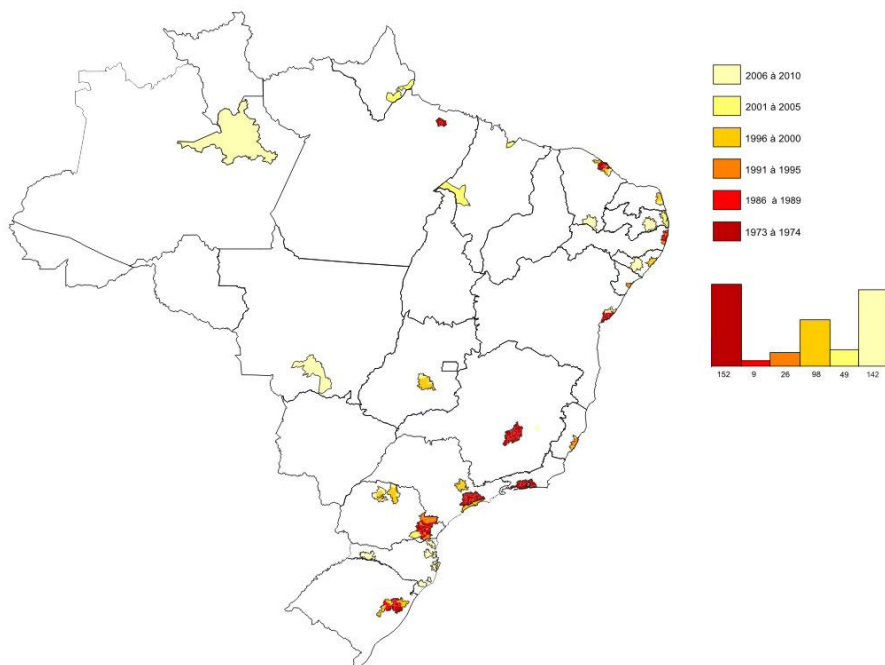
Essa premissa dos critérios exigidos para a formação de RMs é reforçada por Garson *et al* (2010) sobre o panorama atual das metrópoles brasileiras.

[...] A partir de 1995, no ambiente de instabilidade propiciado pelo sucesso do Plano Real no combate à inflação, os estados passaram a instituir novas RMs, ou a inserir novos municípios nas regiões existentes. A falta de critérios claro e a influência das lideranças políticas locais em busca de benefícios contribuíram para que cada estado criasse ou expandisse suas RMs de forma particular, constituindo um conjunto extremamente diversificado de aglomerados, composto por grupos de municípios com diferenças acentuadas entre si, seja em aspectos econômicos, seja em aspectos sociais (p. 21).

Esse fato vem reforçar a necessidade de se estabelecerem critérios não apenas para a formação de RMs, mas para a inserção de novos municípios a uma delas.

.....
³⁷ Disponível em <http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br> Acesso em: 06 ago 2011.

Figura 5 - Municípios por data de adesão a regiões metropolitanas brasileiras.



Fonte: EHNERT, A. R. V. (2010) adaptado de Garson (2009) e Silva (2009).

Conforme Figura 5, são cerca de 400 municípios agregados a uma das trinta e cinco regiões metropolitanas existentes no Brasil, o que significa a inclusão de quase 10% dos municípios brasileiros nessas regiões; aliás, quantidade expressiva, indicadora de um processo importante de metropolização em curso no país.

Interessante ressaltar que “entre os seis países federativos das Américas, somente o Brasil especifica a presença de regiões metropolitanas na sua legislação nacional” (SPINK *et al*, 2009, p. 456).

Um estudo mais recente sobre as Regiões Metropolitanas (RMs) e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE's), existentes no Brasil e por Região, pode ser visto no Quadro 4, elaborado pelo Observatório das Metrôpoles em 2010.

Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
- Belém (PA) - Macapá (AP) - Manaus (AM)	- Acaraju (SE) - Agreste (AL) - Cariri (CE) - Fortaleza (CE) - Grande São Luiz (MA)	- Baixa Santista (SP) - Belo Horizonte (MG) - Campinas (SP) - Grande Vitória (ES)	- Carbonífera (SC) - Chapecó (SC) - Curitiba (PR) - Florianópolis (SC) - Foz do Itajaí (SC)	- Goiânia (GO) - Ride DF (DF) - Vale do Rio Cuiabá (MT)
	- João Pessoa (PB) - Maceió (AL) - Natal (RN) - Recife (PE) - <i>Ride Petrolina (PE)/ Juazeiro (BA)</i> - <i>Ride Teresina (PI)/ Timon (MA)</i> - Salvador (BA) - Sudoeste Maranhense (MA)	- Rio de Janeiro (RJ) - São Paulo (SP) - Vale do Aço (MG)	- Lages (SC) - Londrina (PR) - Maringá (PR) - Norte/Nordeste Catarinense (SC) - Porto Alegre (RS) - Tubarão (SC) - Vale do Itajaí (SC)	
3	13	7 38	12	3

Fonte: www.observatoriodasmetropoles.net com base nas Assembleias Legislativas Estaduais, Governos de Estado, www.planalto.gov.br e www.integracao.gov.br

Diante desse quadro, até 31 de março de 2010, constatou-se que o Brasil conta com trinta e cinco RMs e três RIDE's, perfazendo um total de trinta e oito RMs/RIDE's, que comportam 444 municípios, distribuídos por 22 unidades da federação nas cinco grandes regiões brasileiras (OBSERVATÓRIO, 2011).

2.2 Reflexões introdutórias sobre a Região Metropolitana de Manaus

Segundo Becker, Belém e Manaus são as cidades amazônicas que mais vivenciaram o crescimento urbano no país nas últimas décadas do século XX. A autora complementa dizendo que, “os núcleos urbanos, localizados em posições estratégicas foram sempre a base logística para a apropriação, o povoamento e o controle do território no Brasil e na Amazônia” (2008, p. 103).

Ainda segundo Bertha Becker (2008, p. 103):

Pequenos fortins e concentrações missionárias implantados pela Coroa portuguesa para o controle do território deram origem às cidades na Amazônia no passado longínquo. Surto de crescimento ocorreram em cidades amazônicas que foram sede de comando da exploração de recursos naturais, sobretudo a borracha, com destaque para Belém e Manaus. Após longo período de declínio e estagnação, cidades foram criadas e outras cresceram por ação direta do Estado com o Projeto de Integração Nacional (PIN), de tal modo que a Amazônia passou a registrar

as maiores taxas de crescimento urbano no País nas últimas décadas do século XX, razão pela qual foi concebida como uma “floresta urbanizada” (BECKER, 1985, 1995).

O Amazonas, maior Estado em extensão territorial do Brasil, conseguiu, mesmo diante das transformações que estão ocorrendo na Amazônia brasileira, manter a maior parte do seu território intacto, cerca de 98% de suas florestas primárias estão preservadas (SEPLAN, 2011), o que atrai a atenção de grupos econômicos de diferentes segmentos interessados em se apropriar de seus recursos. Vale ressaltar neste contexto que

[...] as relações sociais de produção na Amazônia têm sido produzidas e reproduzidas numa espacialidade concretizada e criada para possibilitar a expansão do capitalismo que avança, fragmentando-a e homogeneizando-a, estabelecendo condições de controle para inseri-la na escala global (OLIVEIRA, 2000, p. 22).

Na escala global, conforme citado por Oliveira, verificamos um número significativo de empresas multinacionais que estão contribuindo para a organização ou (re)organização do espaço e da vida dos amazônidas. Convém evidenciar também a existência de muitas organizações do terceiro setor atuando na Região.

Em Manaus, há uma forte concentração tanto de pessoas como de serviços e empresas, e esse fato tem origem no passado, posto que a cidade:

[...] teve importante papel em todos os períodos da história amazônica graças à sua posição geográfica estratégica, conseguiu gerar sementes de futuro para se tornar uma cidade mundial como capital da Amazônia sul-americana, e assim, promover a difusão do desenvolvimento que se almeja, utilizando o capital natural sem destruí-lo para beneficiar as populações amazônicas (BECKER, 2008, p. 104).

Quando Becker discorre sobre a utilização do capital natural para beneficiar as populações amazônicas e se alcançar o desenvolvimento, é importante refletir sobre a natureza de tais interesses.

Segundo a autora, “os agentes externos são motivados pelo acesso à informação sobre o capital natural e o saber local, por interesses geopolíticos, ambientais ou científicos” (BECKER, 2009, p. 128). Conciliar os interesses do capital internacional e a melhoria das condições de vida dos amazônidas talvez seja um dos maiores desafios da atualidade. Contudo, já se vê algumas experiências isoladas que estão conseguindo alcançar resultados satisfatórios. No terceiro capítulo deste livro serão apresentadas algumas dessas experiências.

Ao abordarem a cidade de Manaus, Oliveira e Schor (2008, p. 64) afirmam que:

[...] nas últimas décadas do século XIX, ocorre a primeira expansão urbana, propiciada pela produção da borracha. Esse período pode ser caracterizado, do ponto de vista da morfologia da cidade, pela expansão e pela criação de infraestrutura e de serviços urbanos, que se desenvolvem menos pelas condições geográficas do que pelo impulso que adquiriram com o crescimento econômico determinado pela produção e pela exportação da borracha.

Conforme asseveram os autores, foi durante o ciclo da borracha que Manaus sofreu sua primeira expansão urbana. Oliveira e Schor complementam dizendo que naquele mesmo período foi construída uma importante infraestrutura urbana de transporte, de energia e de saneamento (idem, 2008, p. 67).

A decadência da borracha nos anos de 1920 contribuiu para um novo período de estagnação econômica do Amazonas. Mesmo após a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, da elaboração do Plano de Emergência (1953-1954) e do Plano Quinquenal (1955-1959), que privilegiavam a construção da infraestrutura urbana e, mais tarde, por volta dos anos de 1960, a implantação de grandes estradas ligando a Amazônia ao resto do país, não se teve grandes resultados para minimizar a crise (OLIVEIRA; SCHOR, 2008).

Foi somente no ano de 1967, na tentativa de preencher o “vazio demográfico” e desenvolver a região, que o governo federal implantou o modelo Zona Franca de Manaus (ZFM), sobre a qual falam Seráfico e Seráfico (2005, p. 99-100):

[...] a criação da Zona Franca de Manaus foi justificada pela ditadura militar com a necessidade de se ocupar uma região despovoada. Era necessário, portanto, dotar a região de “condições de meios de vida” e infraestrutura que atraíssem para ela a força de trabalho e o capital, nacional e estrangeiro, vistos como imprescindíveis para a dinamização das forças produtivas locais, objetivando instaurar na região condições de “rentabilidade econômica global”. De fato, sua criação e desenvolvimento sempre estiveram atrelados a circunstâncias político-econômicas locais, nacionais e mundiais.

Conforme Seráfico e Seráfico (op cit), havia uma vontade do Governo Federal de promover a integração nacional por meio de projetos, sendo o modelo ZFM um deles.

A ZFM é um modelo de desenvolvimento econômico implantado pelo governo brasileiro, objetivando viabilizar uma base econômica na Amazônia Ocidental e promover a melhor integração produtiva e social dessa região ao país, garantindo a soberania nacional sobre suas fronteiras. Ela compreende três polos econômicos: comercial, industrial e agropecuário.

O primeiro teve maior ascensão até o fim da década de 80, quando o Brasil adotava o regime de economia fechada. O industrial é considerado a base de sustentação da ZFM. O Polo Industrial de Manaus (PIM) possui, na atualidade, mais de 550 indústrias de alta tecnologia dos segmentos de eletroeletrônicos, veículos de duas rodas, produtos ópticos, produtos de informática e indústria química, entre outros, gerando mais de meio milhão de empregos, diretos e indiretos. O Polo Agropecuário abriga projetos voltados às atividades de produção de alimentos, agroindústria, piscicultura, turismo, beneficiamento de madeira, entre outras³⁸.

Em relação a estrutura institucional do turismo no Amazonas, cabe a Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN) por meio de uma de suas entidades vinculadas, no caso a Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur)³⁹ o planejamento do turismo no Estado. Além dessa Empresa, existe a Câmara do Turismo (com suas várias subcâmaras), o Núcleo de Arranjos Produtivos Locais (NEAPL), no qual está inserido o APL de Turismo Ecológico e Rural, coordenado ambos pela SEPLAN e outros parceiros.

Trata-se de um Núcleo criado pelo Governo do Estado como sugestão do Governo Federal para coordenar, estimular e comprometer as lideranças na elaboração, no acompanhamento e na avaliação dos Planos de Desenvolvimento Preliminar (PDP's), além de promover a articulação institucional e empreendedora de segmentos produtivos emergentes no Estado.⁴⁰

O APL de Turismo tem por objetivo orientar a integração e a convergência de ações dos agentes atuantes no APL de Turismo; formalizar novas parcerias, objetivando a otimização de recursos; minimizar a multiplicidade de esforços; compartilhar objetivos comuns; e consolidar o processo de cooperação e interação dos atores.

O APL de Turismo Ecológico e Rural no Estado do Amazonas - Polo Manaus abrange os seguintes municípios: Benjamin Constant, Manacapuru, Manaus, Maués, Novo Airão, Parintins, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva e Tabatinga (AMAZONAS, 2009b).

Em 2010, o PIM teve faturamento recorde de US\$ 35.090 bilhões e iniciou 2011 com um faturamento de US\$ 9.375 bilhões no primeiro trimestre, o que representa um crescimento de 25,74% em relação ao mesmo período do ano anterior. Atualmente, o polo é responsável pela geração e manutenção de mais de 500 mil empregos diretos e indiretos em Manaus, bem como de centenas de milhares de empregos em diversas partes do território brasileiro.⁴¹

Hoje, o PIM responde por mais de 50% do PIB do Estado do Amazonas, sendo considerado o grande dinamizador da economia estadual, e representa 3,4% do PIB Nacional. Esse fato acabou por criar uma dependência desse modelo de desenvolvimento e exige, ao mesmo tempo, a sua superação. Becker (2009, p. 158) reforça que:

.....
³⁸ Disponível em: www.suframa.gov.br/zfm_o_que_e_o_projeto_zfm.cfm Acesso em: 2 set 2010.

³⁹ Missão da Amazonastur: Promover a “Marca Amazonas” nos mercados turísticos nacional e internacional. A Amazonastur tem como responsabilidade dar apoio ao desenvolvimento sustentável de novos produtos turísticos, oferecer condições de aperfeiçoamento aos já existentes e promover o planejamento e execução da Política Estadual de Turismo. Disponível em: <http://www.visitamazonas.am.gov.br/site/AM-Tur2009152-institucional> Acesso em: 15 ago 2011.

⁴⁰ Disponível em: <http://www.seplan.am.gov.br/pagina.php?cod=124> Acesso em: 15 set 2010.

⁴¹ Dados disponíveis em: <http://www.suframa.gov.br/download/PressKitSUFRAMA-Marco2011.pdf> Acesso em: 25 mar 2011.

Manaus vem também perdendo o seu caráter de enclave através do comércio e dos serviços prestados a várias atividades: manejo florestal e certificação da madeira em Itacoatiara e Manicoré, exploração do petróleo e gás em Urucu/Coari, exploração mineral em Presidente Figueiredo e turismo.

Dentre as várias alternativas, como bem apresentado por Becker, além da madeira, do petróleo, do gás e dos minérios, o turismo começa a se destacar, ainda que timidamente, pois antes não estava presente nas pautas nacionais de discussões sobre o desenvolvimento do país.

Entendemos que, se planejado de maneira integrada e envolvendo as comunidades tradicionais, o turismo pode proporcionar a diversificação da base econômica estadual e, principalmente, ajudar os municípios envolvidos, ainda que minimamente estruturados, a ampliar o seu Produto Interno Bruto e, principalmente, melhorar as condições de vida das comunidades.

2.3 Caracterização sociogeográfica da Região Metropolitana de Manaus

A Região Metropolitana de Manaus foi criada conforme a Lei Complementar no 52 de 30 de maio de 2007, que nos apresenta o seguinte texto:

Art. 1.º Fica instituída a Região Metropolitana de Manaus, composta pelos Municípios de Manaus, Iranduba, Novo Airão, Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva, Itacoatiara e Presidente Figueiredo, com vistas à organização, ao planejamento e à execução de funções públicas e serviços de interesse metropolitano ou comum.

A Lei Complementar em questão (no 52/2007) sofreu alterações no mesmo ano, no dia 27 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 59, que incluiu na RMM o município de Manacapuru.

O Art. 3º da Lei Complementar no 52/2007 considera de interesse metropolitano ou comum as funções públicas e os serviços que atendam a mais de um Município, resumidamente e especialmente:

- I – o planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social da Região Metropolitana de Manaus;
- II – o saneamento básico, incluindo o abastecimento e a produção de água;
- III – o transporte coletivo intermodal (aquaviário/rodoviário);
- IV – a distribuição de gás canalizado;
- V – o aproveitamento, a proteção e a utilização racional e integrada dos recursos hídricos;
- VI – a conservação ambiental, o manejo sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável;

VII – a cartografia e as informações básicas para o planejamento metropolitano; e
VIII – a habitação.

Para que estas funções públicas e serviços possam acontecer, o Art. 4º da referida Lei instituiu o Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Manaus (CDSRMM) na qualidade de órgão deliberativo.

A composição do CDSRMM está assim especificada na Lei Complementar no 52/2007:

- a) Chefe do Executivo Estadual na condição permanente de Presidente;
- b) 11 (onze) membros do Executivo Estadual, com mandatos de 02 (dois) anos, permitida a recondução;
- c) Prefeitos dos Municípios que compõem a Região Metropolitana de Manaus;
- d) o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas;
- e) 01 (um) membro da Câmara Municipal de Manaus;
- f) 01 (um) membro representando as demais Câmaras Municipais componentes da Região Metropolitana de Manaus na forma de rodízio com mandato de 01 (um) ano;
- g) 01 (um) membro da sociedade civil organizada. [...]

É inegável que muitas sejam as responsabilidades do Conselho e não são poucos os desafios junto aos oito municípios, principalmente quando se pensa nas dimensões territoriais da RMM.

A Lei Complementar no 60 de 29 de fevereiro de 2008 cria a Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Manaus (SRMM), como um órgão integrante da Administração Direta do Poder Executivo, com vinculação direta ao gabinete do Governador. A mesma lei instituiu também o Fundo Especial da Região Metropolitana de Manaus (FERMM), tendo como finalidade dar suporte financeiro ao planejamento integrado e às ações conjuntas dele decorrentes, no que se refere às funções públicas de interesse comum entre o Estado e os Municípios integrantes da RMM.

Figura 6 - Região Metropolitana de Manaus (limites da região).



Fonte: SRMM (2010).

A Figura 6 expõe os limites da RMM, permitindo inferir o quanto de sua área se mantém preservada, representando imenso capital natural para as comunidades tradicionais da Amazônia. Por meio de parcerias com o poder público, com universidades e organizações do terceiro setor, o turismo de base comunitária pode afigurar-se, para estas comunidades, como uma alternativa econômica que se soma ao extrativismo, à agricultura, à pecuária e à piscicultura, dentre outras.

A Região Metropolitana de Manaus conta com 2.106.322 habitantes (IBGE, Censo 2010) e integra os municípios de Manaus (cidade sede), Careiro da Várzea (a 25 km), Iranduba (a 27 km), Itacoatiara (a 176 km), Manacapuru (a 68 km), Novo Airão (a 115 km), Presidente Figueiredo (a 107 km) e Rio Preto da Eva (a 57 km), (quilômetros em linha reta da capital Manaus) (SEPLAN, 2011).

Figura 7 - Região Metropolitana de Manaus (divisão política).



Fonte: SRMM (2010).

A divisão política dos municípios que integram a RMM pode ser vista na Figura 7, o qual pode ser alterado a qualquer momento, com a inclusão de outros municípios. Exemplo disso foi o Projeto de Lei Complementar no 03 apresentado em 2009, à Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas (ALE/AM), para a inserção de três municípios na RMM: Careiro Castanho (a 88 km de Manaus), Autazes (a 113 km) e Manaquiri (a 60 km).

Convém evidenciar, conforme apresentado em matéria *on-line* sobre a proposta do projeto de lei de um dos deputados estaduais, que:⁴²

[...] a Lei Complementar nº 59, de dezembro de 2007, estabelece que o processo de ingresso de novos municípios na RMM deve levar em conta, sobretudo, a pertinência da inclusão na área metropolitana, baseada em critérios técnicos, amparados em dados sociais, econômicos, físico-territoriais, comprovando a existência de fatores que recomendem a inserção.

Cabe esclarecer que o projeto de lei não foi sancionado nem vetado pelo governador do estado. A Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, nas suas atribuições, a promulgou, conforme publicação no Diário Oficial do Estado do Amazonas de 30 de abril

⁴² Disponível em: <http://al-am.jusbrasil.com.br/noticias/952049/projeto-de-belo-inclui-tres-novos-municipios-na-rmm> Acesso em: 30 mar 2011. Apesar de citada a lei estadual no 59/2007 na matéria on-line, este texto não pode ser observado na Lei, nem em outras publicações que propõem alterações no que diz respeito à RMM.

de 2009. A Lei Complementar no 64 modificou o art 1º, caput da Lei Complementar no 52, de 30 de maio de 2007, inserindo os municípios de Careiro Castanho, Autazes, Silves, Itapiranga e Manaquiri.

Em 2010, a Lei Complementar no 64/2009 teve sua constitucionalidade questionada pelo Ministério Público Estadual, na ação no 2009.002450-2. Conforme a decisão do judiciário, o poder legislativo estadual não tem competência para legislar sobre matéria que cabe exclusivamente ao poder executivo.⁴³

É uma questão de tempo para que novos projetos sejam propostos, não apenas pela proximidade de outros municípios, mas sobretudo para atender a interesses meramente políticos, como afirma Lima em seus estudos sobre a RMM (2010, p. 1):

[...] Portanto, esta análise parte de um princípio de peculiaridade territorial, num padrão não conurbado e de pouca intensidade de trocas entre os núcleos urbanos dessa região metropolitana, cujos pressupostos foram estabelecidos com a predominância dos critérios políticos sobre os geográficos, o que remete à significativa reflexão em geografia: a ação política no estabelecimento de um novo território, neste caso, um território metropolitano sem, ser, contudo, em sua essência, metropolitano.

É imperioso destacar que a RMM é a maior em extensão territorial do Brasil, porém seu processo de conurbação não é expressivo, comparado a outras regiões brasileiras, como é o caso das regiões metropolitanas do estado de Santa Catarina. Segundo Spink *et al* (2009, p. 459), “a incorporação se deu em grande parte como resultado da estratégia de planejamento regional do estado e não a partir das noções convencionais sobre a complexidade territorial, jurisdicional e densidade conurbada”.

Aprendemos que, no caso da RMM, a iniciativa de sua criação partiu do governo estadual, amparado pela Constituição Federal de 1988, Art. 25, § 3º, que especifica o seguinte:

Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Segundo Spink *et al*, “o que eram Regiões Metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões foi deixado para a imaginação. Posteriormente, diversos estados incorporaram definições na legislação local, mas sem um acordo geral”. Complementam dizendo que “o Congresso não criou nenhum incentivo a mais para a cooperação e o discurso municipalista tornou qualquer argumento a favor de outros arranjos organizativos de pouco efeito” (idem, p. 459). Cabe refletir em que medida essa “retirada” da responsabilidade do governo federal pelo planejamento territorial foi salutar para os

⁴³ Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/22168527/djam-judiciario-08-11-2010-pg-4> Acesso em: 30 mar 2011.

Estados e, consequentemente, que benefícios concretos gerou aos municípios metropolitanos das várias regiões metropolitanas do Brasil (RODRIGUES, 2006).

Entre as peculiaridades da RMM, destacamos o fato de o maior município em extensão territorial - Novo Airão - possuir o menor número de habitantes por km² (ver Quadro 5), o que contribuiu para fazer essa região metropolitana diferente das existentes no Brasil e talvez no mundo. Manaus, a cidade sede da RMM, abriga mais de 85% da população metropolitana, cabendo aos outros municípios uma pequena parcela.

Quadro 5 - Caracterização dos municípios da Região Metropolitana de Manaus.

Município	População	Área km ²	Habitante km ²	IDH 2000	Integração
Careiro da Várzea	23.930	2.631	9,09	0,66	Fluv.
Iranduba	40.781	2.214	18,42	0,69	Rod. / Fluv.
Itacoatiara	86.839	8.892	9,77	0,71	Rod. / Fluv.
Manacapuru	85.141	7.330	11,62	0,66	Rod. / Fluv.
Manaus (Cidade Sede)	1.802.014	11.401	158,06	0,77	Rod. / Fluv. / Aéreo
Novo Airão	14.723	37.771	0,39	0,66	Rod. / Fluv.

Presidente Figueiredo	27.175	25.422	1,07	0,74	Rod.
Rio Preto da Eva	25.719	5.813	4,42	0,68	Rod.
Total	2.106.322	101.474	26,61	0,70	-

Fonte: AMAZONAS (2010). IBGE (Censo Demográfico 2010).

Em relação ao processo de planejamento da RMM, a Lei Complementar Estadual (52/2007) estabelece:

Art. 2.º O processo de planejamento, organização e execução das funções públicas de interesse comum à Região Metropolitana de Manaus terá caráter permanente e observará os seguintes princípios:

I - da autonomia municipal;

II - da co-gestão entre os poderes público, estadual e municipal, e a sociedade civil na formulação de planos, programas, execução de projetos, obras e serviços para os quais sejam necessárias relações de compartilhamento intergovernamental dos entes públicos.

Parágrafo único. As relações de compartilhamento se efetivarão mediante convênios firmados entre os entes públicos envolvidos.

Ressaltamos que, mesmo estabelecido em Lei e existindo a Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Manaus, órgão deliberativo, é fundamental que aconteça um planejamento compartilhado, que essa cogestão não fique apenas no papel e que ela não se dê unilateralmente. O modelo a ser adotado de gestão ou governança metropolitana deve ser estabelecido de forma democrática e “buscar soluções para as questões sociais e econômicas decorrentes dessa justaposição de lógicas territoriais individuais” (SPINK *et al*, 2009, p. 455).

Tabela 1 - População dos municípios metropolitanos (2000 a 2010).

Município	2000 (Censo)	2001 (Est.)	2002 (Est.)	2003 (Est.)	2004 (Est.)	2005 (Est.)	2006 (Est.)	2007 (Cont. Pop)	2008 (Est.)	2009 (Est.)	2010 (Censo)
Careiro da Várzea	17.267	17.161	17.079	16.992	16.844	16.725	16.626	23.023	24.030	24.704	23.930
Iranduba	32.303	33.867	35.128	36.439	38.661	40.436	42.812	32.869	33.834	33.884	40.781
Itacoatiara	72.105	73.349	74.914	76.217	78.425	80.190	81.674	84.676	87.896	89.440	86.839
Manacapuru	73.695	75.309	77.171	78.785	81.518	83.703	84.656	82.309	85.279	86.472	85.141
Manaus	1.405.835	1.451.958	1.488.805	1.527.314	1.592.555	1.644.690	1.688.524	1.646.602	1.709.010	1.738.641	1.802.014
Novo Airão	9.651	9.120	8.731	8.304	7.580	7.002	6.516	14.630	15.343	15.915	14.723
Presidente Figueiredo	17.394	20.568	19.562	20.569	22.273	23.636	24.781	24.360	25.474	26.282	27.175
Rio Preto da Eva	17.582	19.739	19.910	20.990	22.820	24.283	25.513	24.858	26.004	26.847	25.719
TOTAL	1.645.832	1.701.071	1.741.300	1.785.610	1.860.676	1.920.665	1.971.102	1.933.327	2.006.870	2.042.185	2.106.322

Fonte: SEPLAN / IBGE (Censo Demográfico 2000 e 2010).

Nota: As estimativas populacionais usadas nos anos 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2008 e 2009 são referentes à população residente em 01/07 do ano respectivo. São as mesmas que o IBGE publica no Diário Oficial da União. A contagem da população 2007 publicada em 14/11/2007, no Diário Oficial da União.

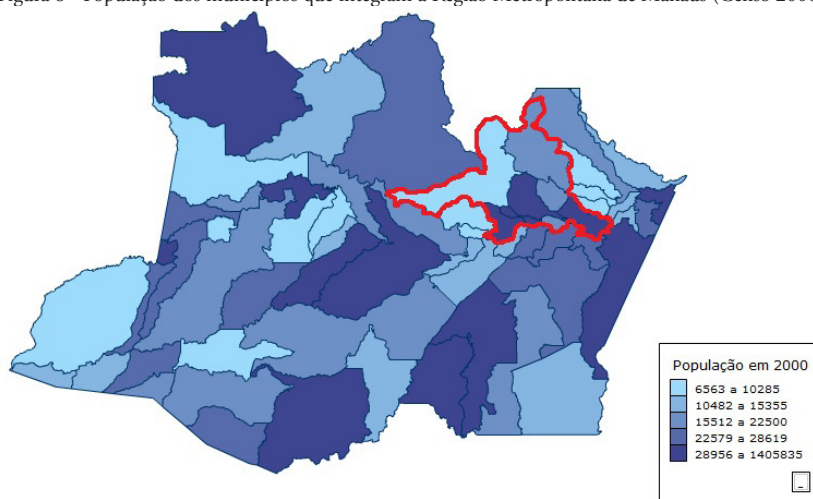
Os municípios do Careiro da Várzea e de Novo Airão apresentaram decréscimo de população em alguns períodos. O primeiro município apresentou um índice de decréscimo anual de 0,6%, entre os anos de 2000 e 2006; e Novo Airão chegou a - 6,3%, entre 2001 e 2006. Um dado importante a ser considerado (conforme Quadro 5) é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁴⁴ desses municípios no ano 2000. Careiro da Várzea, Novo Airão e Manacapuru apresentaram 0,66 pontos, sendo os menores da RMM.

Os municípios de Careiro da Várzea, Itacoatiara e Novo Airão apresentaram crescimento da população em 2007, ano de criação da Região Metropolitana de Manaus.

Essa dinâmica populacional resulta de uma conjunção de fatores que unem crescimento vegetativo e crescimento horizontal da população, ressaltando, quanto a este último, um número crescente de pessoas que chegam ao Amazonas e aos municípios metropolitanos em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Esses fluxos migratórios são, predominantemente, macrorregionais e intraestaduais. Ao contrário do que vinha acontecendo, os outros municípios metropolitanos (Iranduba, Manacapuru, Manaus, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva) tiveram decréscimo de população em relação ao ano de 2006.

Com base nos censos oficiais de 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), nota-se que o crescimento populacional médio dos municípios da RMM foi: Presidente Figueiredo (56,2%), Novo Airão (52,2%), Rio Preto da Eva (46,3%), Careiro da Várzea (38,6%), Manaus (28,2%), Iranduba (26,2%), Itacoatiara (20,4%) e Manacapuru (15,5%). Esses valores individuais resultaram no crescimento populacional médio de 28% na Região Metropolitana de Manaus, conforme se visualiza nas Figuras 8 e 9.

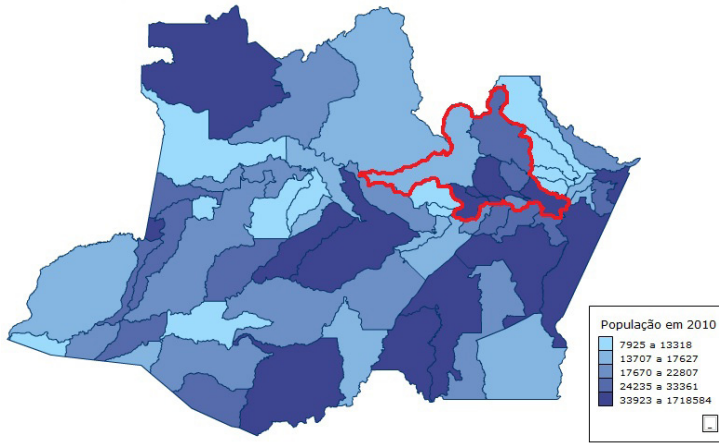
Figura 8 - População dos municípios que integram a Região Metropolitana de Manaus (Censo 2000).



Fonte: www.censo2010.ibge.gov.br Consulta em: 10 ago 2011.

⁴⁴ Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o IDH do Brasil em 2010 é de 0,699 pontos, ficando com a 73ª posição no ranking mundial.

Figura 9 - População dos municípios que integram a Região Metropolitana de Manaus (Censo 2010).

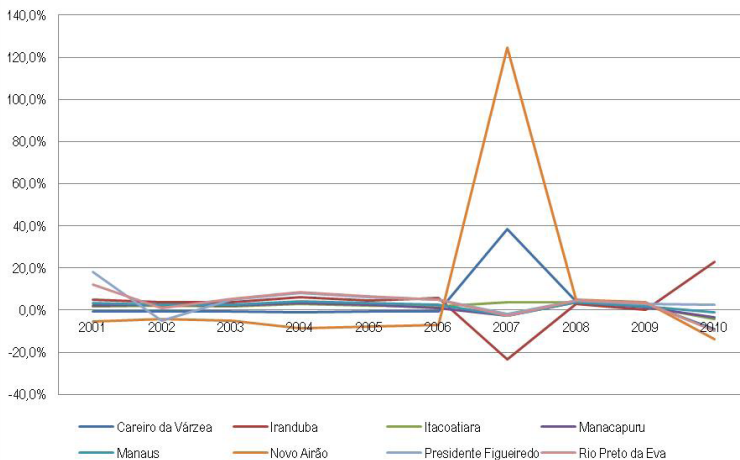


Fonte: www.censo2010.ibge.gov.br Consulta em: 10 ago 2011.

Embora as Figuras 8 e 9 apresentem uma mudança populacional em todos os municípios metropolitanos, fundamental seria analisar as melhorias estruturais instaladas em cada um dos municípios.

Ao analisarmos o gráfico 1, referente ao ano de 2007, destacamos o município de Novo Airão, cuja população dobrou de tamanho. Ao contrário dele, em Iranduba há perda de população, sugerindo uma alteração importante na dinâmica populacional intrametropolitana.

Gráfico 1 - Crescimento/decrécimo da população nos municípios metropolitanos (2000-2010).



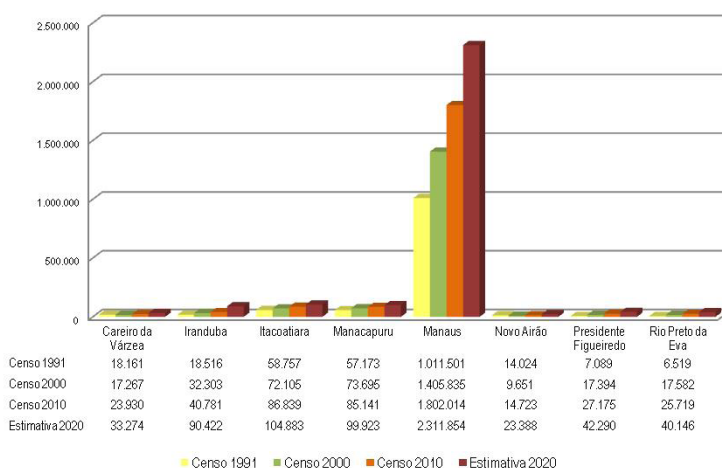
Fonte: SEPLAN / IBGE.

Os fatos acima citados, de crescimento e decréscimo da população, podem ter ocorrido por diferentes motivos, tais como: pouco ou maior dinamismo econômico dos municípios, poucas ou novas oportunidades de trabalho, necessidade/desejo de buscar melhores condições de vida.

Manaus concentra mais de 85% da população da RMM, pois oferece um maior número de serviços, opções de investimentos, cursos de qualificação e outras oportunidades de trabalho. Por tudo isso, acaba atraindo pessoas não só do interior do Estado, mas do Brasil e do mundo.

O Gráfico 2 evidencia que Manaus, como núcleo metropolitano, concentra o maior número de habitantes entre os municípios metropolitanos, seguido pelos municípios de Itacoatiara e Manacapuru.

Gráfico 2 - Censo demográfico do IBGE dos municípios metropolitanos (1991, 2000 e 2010) e estimativa populacional 2020.



Fonte: IBGE (Censo demográfico 1991, 2000, 2010). SEPLAN (2011).

Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB) da Amazônia brasileira, conforme BASA (2010), é de R\$ 162,4 bilhões, equivalente a 7% do PIB nacional⁴⁵. Ao longo dos últimos cinco anos, a participação do PIB do Estado do Amazonas em relação ao PIB do Brasil girou em torno de 1,58% (SEPLAN, 2010). Nesse sentido, podemos concluir que o município que alavanca economicamente a região metropolitana e o Estado do Amazonas é Manaus, pois é a sétima cidade mais populosa do Brasil, a sexta mais rica do país, o quarto município que mais arrecada impostos, tem o maior polo industrial brasileiro e é a primeira cidade em crescimento populacional entre as cidades com mais de um milhão de habitantes (SEPLAN, 2011).

⁴⁵ www.bancoamazonia.com.br

Tabela 2 - Participação relativa da população e do Produto Interno Bruto da Região Metropolitana de Manaus em relação ao Estado.

ITEM	2002	2003	2004	2005	2006	2007
População	57,99	57,94	59,28	59,42	59,53	60,01
PIB	84,75	86,74	87,32	85,70	85,35	86,04

Fonte: DEPI/SEPLAN (2010).

Os dados apresentados na Tabela 2 expõem o comportamento da população e do PIB da RMM em relação ao PIB do Estado do Amazonas, em termos relativos, para o período 2002-2007.

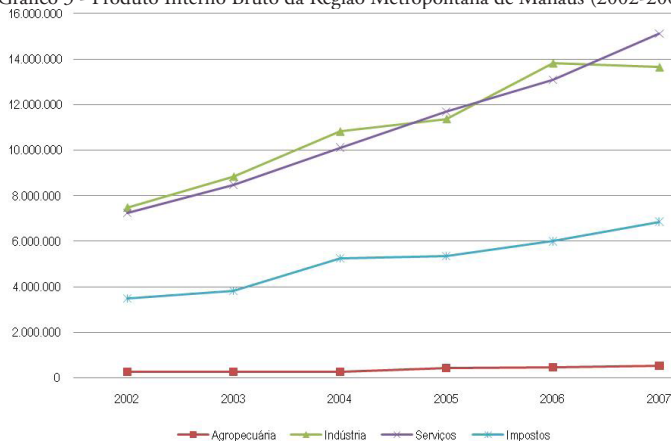
Dentro da RMM (100%), temos o seguinte cenário no que diz respeito ao PIB:

- Manaus	95,15 %	- Itacoatiara	1,69 %
- Manacapuru	1,05 %	- Presidente Figueiredo	0,88 %
- Iranduba	0,42%	- Rio Preto da Eva	0,37 %
- Careiro da Várzea	0,29%	- Novo Airão	0,16%

Desse modo, observamos em uma breve análise que o comportamento econômico da Região Metropolitana de Manaus, a qual abriga 13% dos municípios do Estado, concentra 60,01% da população e 86,04% das riquezas geradas no Estado.

O gráfico 3 ilustra o desempenho do PIB na RMM entre os anos de 2002 e 2007.

Gráfico 3 - Produto Interno Bruto da Região Metropolitana de Manaus (2002-2007).



Fonte: DEPI/SEPLAN.

Quanto à distribuição por setor econômico, a área de serviços é a mais representativa, com 41,82 % do PIB em 2007, seguido pelo setor industrial, com 37,73 %, impostos, com 18,96 %, e agropecuária, com apenas 1,49 %.

Quanto às condições socioeconômicas, vejamos os dados do IDH-M do estado do Amazonas entre os anos 1991 e 2000 (Tabela 3). Conforme se pode verificar, teria havido uma sensível modificação, para melhor, nos índices de desenvolvimento humano em municípios amazonenses no período, sobretudo naqueles que apresentaram, em 1991, os piores indicadores.

Tabela 3 - IDH-M 1991 e 2000 do Amazonas.

Índice	1991				2000			
	Municípios		População		Municípios		População	
0,200 a 0,350	0	(0,0%)	0	(0,0%)	0	(0,0%)	0	(0,0%)
0,350 a 0,500	16	(25,8%)	241.069	(11,5%)	2	(3,2%)	35.354	(1,3%)
0,500 a 0,650	39	(62,9%)	710.665	(33,8%)	37	(59,7%)	716.901	(25,5%)
0,650 a 0,800	7	(11,3%)	1.151.509	(54,7%)	23	(37,1%)	2.060.302	(73,3%)
0,800 a 1,000	0	(0,0%)	0	(0,0%)	0	(0,0%)	0	(0,0%)
Total	62	(100%)	2.103.243	(100%)	62	(100%)	2.812.557	(100%)

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Em 1991, o IDH-M do Brasil era 0,696. Dentre os municípios do Amazonas, o município com o maior valor era *Manaus* (AM), com o índice de 0,745, e o município com o pior índice era *Tapauá* (AM), com 0,407.

Em 2000, o IDH-M do Brasil era 0,766. Dentre os municípios do Amazonas, o município com melhor índice continuou sendo *Manaus* (AM), 0,774 (melhor, portanto, que o índice médio brasileiro); e o município com o pior índice era *Ipixuna* (AM), com 0,487.

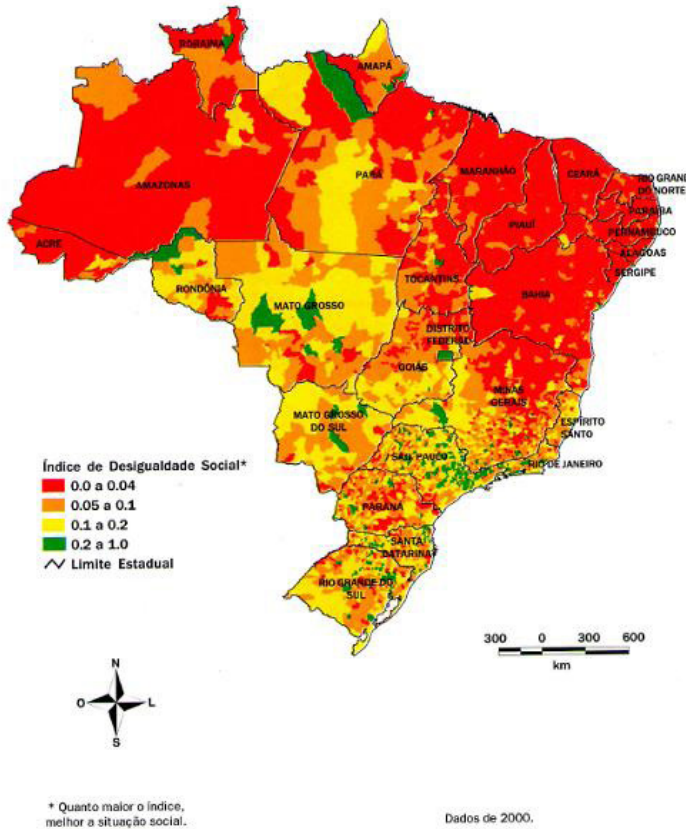
Baseado nos valores do ano de 2000 e conforme apresentado na Tabela 3, todos os municípios metropolitanos estão com índices entre 0,650 e 0,800, o que não significa que as desigualdades sociais tenham sido superadas e, notadamente, que de fato, as pessoas estejam tendo acesso à educação, à saúde e ao emprego. Nesse sentido, é preciso compreender a realidade amazônica para refletir a viabilização exequível dos recursos e elementos necessários à permanência e melhoria dos índices de desenvolvimento humano na região.

Ainda que a média do IDH-M da Região Metropolitana de Manaus seja de 0,70 pontos (conforme apresentado no Quadro 5), vê-se no mapa 1 que, em toda a Amazônia brasileira, é insignificante o número de municípios com índice satisfatório de maior igualdade social. No estado do Amazonas, a situação social é, em grande parte, baixa; e entre os municípios metropolitanos destacamos Manaus e Presidente Figueiredo com o índice entre 0.1 a 0.2.

Esse retrato acaba por mostrar o quanto a realidade amazônica necessita de políticas públicas integradas em todos os níveis (federais, estaduais e municipais), as quais sejam capazes de contribuir para mudanças qualitativas, inclusive no que concerne às comunidades tradicionais. Esperamos ainda que a Amazônia possa superar esses índices sem precisar destruir a floresta e sem criar políticas públicas que tornem estas comunidades dependentes das mesmas. É necessário que se pense na sustentabilidade das várias atividades que se deseja serem desenvolvidas nessa região, a exemplo do turismo de base

comunitária, reafirmando a importância da participação das comunidades tradicionais e dos povos indígenas que aqui habitam.

Mapa 1 - Índice de Desigualdade Social no Brasil.



Quando analisamos o índice de exclusão social no Brasil (mapa 2), o panorama regional é ainda pior. No Estado do Amazonas, apenas o município de Manaus tem entre 0.5 a 0.6 pontos e o município de Presidente Figueiredo entre 0.4 e 0.5 pontos. Todos os outros municípios metropolitanos apresentam alta taxa de desigualdade social.

Os dados apresentados no mapa 2 referem-se ao ano de 2010 utilizando a base do IBGE, e revelam que parte do Nordeste e da Amazônia brasileira estão à mercê do poder público federal. No que diz respeito a região amazônica o estado tenta desde os anos 60 implantar programas de desenvolvimento e munir os estados que integram essa região de melhor infraestrutura, porém percebe-se que a região tem conseguido avançar pouco.

Mapa 2 - Índice de Exclusão Social no Brasil.



Fonte: LEMOS, J. J.S., (2012, p. 128).

Conforme mapas 1 e 2, observamos que nas regiões Nordeste e Norte no Brasil, em especial na Amazônia brasileira e no Estado do Amazonas, há problemas sociais a serem superados. O Brasil possui uma diversidade de riquezas naturais, um povo criativo, cultura peculiar, e precisa encontrar caminhos alternativos que o façam não apenas crescer economicamente e aumentar o poder de consumo dos brasileiros, mas promover um desenvolvimento “equilibrado”, proporcionando não somente melhores condições de vida às pessoas, mas considerando, neste sentido, a diversidade territorial e cultural dos lugares, confiantes na superação de “modelos” tradicionais do crescimento econômico.

2.4 Plano de desenvolvimento sustentável e integrado da Região Metropolitana de Manaus 2010-2020

Em novembro de 2010, passados três anos e seis meses de sua criação, foi lançado o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Região Metropolitana de Manaus⁴⁸. Na visão de futuro do Plano da RMM, vislumbrou-se uma Metrôpole Total e suas cinco diferentes dimensões, sendo elas: Metrôpole na Floresta, Metrôpole Empreendedora, Metrôpole Consciente, Metrôpole Conectada e Metrôpole Articulada. O Plano apresenta as seguintes conceituações a respeito das diferentes dimensões da metrôpole:

- **A Metr6pole na Floresta** assume sua condi76o de 6nica metr6pole forest in do planeta e v6, nesta condi76o, um diferencial positivo ao seu desenvolvimento. Por isso, alia crescimento econ6mico e desenvolvimento social com prote76o aos seus recursos naturais, incluindo aqui a diversidade de suas riquezas florestais e h6dricas e a da sua popula76o e o saneamento ambiental na promo76o da sua sa6de social e ambiental. Esta metr6pole 6 saud6vel, natural e humanista.

- **A Metr6pole Empreendedora**, na Floresta, aproveita sua riqueza natural e cultural, favorecendo e estimulando o envolvimento das estruturas de intelig6ncia local com novas tecnologias, capacitando e promovendo o empreendedorismo 6 sociedade em todas as escalas sociais e setores produtivos. Busca a diversifica76o para a difus6o industrial. Prepara-se para presidir e representar a “Economia Verde” e projeta-se nas redes metropolitanas nacionais e mundiais, preservando a soberania sobre seu estoque ambiental ativo. 6 a metr6pole inovadora, dial6gica e estrat6gica.

- **A Metr6pole Consciente**, Empreendedora, na Floresta, se reconhece e reconhece no seu ambiente os atributos, recursos, potenciais e dificuldades para sua sobreviv6ncia e evolu76o. Busca a consci6ncia atrav6s da participa76o, da informa76o e da educa76o e o direito ao espa76o metropolitano com suas benesses, pelo fortalecimento das identidades comunit6rias. A metr6pole consciente 6 antes de tudo educadora e cidad6.

- **A Metr6pole Conectada**, Consciente e Empreendedora na Floresta, reconhece no ordenamento territorial o caminho poss6vel para a promo76o do desenvolvimento socioespacial, produzindo uma distribu76o mais equitativa de suas infraestruturas e facilitando o acesso a estas por toda a sua gente. Rejeita todo e qualquer tipo de isolamento porque reconhece a import6ncia, neste momento hist6rico, da integra76o f6sica e virtual com outras regi6es do pa6s e do mundo. Esta metr6pole 6 acess6vel, perme6vel, ligada e informada.

- **A Metr6pole Articulada**, Conectada, Consciente e Empreendedora, na Floresta, assenta-se sobre uma estrutura organizacional compat6vel com o tamanho de seus desafios e de seu potencial em busca da Sustentabilidade Institucional. Aposta na participa76o da sociedade, na interlocu76o e nas a76es articuladas entre as inst6ncias horizontais e verticais da governan76a. Esta Metr6pole 6 compartilhada. Reconhece a import6ncia de dividir para somar e multiplicar (AMAZONAS, 2010, p. 71-72)

As diferentes dimensões da metrópole formam a proposta de Metrópole Total, idealizada no Plano de Desenvolvimento Sustentável e Integrado da RMM.

Segundo o Plano, uma das metas da RMM voltada ao desenvolvimento econômico é:

[...] fortalecer e/ou organizar as atividades existentes (turismo, construção naval, pesca e piscicultura, agropecuária, extrativismo) com vistas a torná-las economicamente viáveis, ambientalmente sustentáveis e portadoras de inclusão das pessoas que nelas atuam (AMAZONAS, 2010, p. 50).

Entendemos que o turismo passa a ser uma das atividades prioritárias no Estado, porém os estudos voltados a esse fim ainda são ínfimos, e se reduzem apenas a chegadas internacionais, sem aprofundamento dos impactos econômicos e sociais gerados por essa prática. Para reforçar a presente meta, em seu Capítulo 2 – Plano Ordenador, destacam-se dois itens referentes à “Dimensão Social – Metrópole Consciente”, que estão diretamente relacionados ao turismo, conforme segue:

[...] MD3 - Promoção de uma cidadania metropolitana com respeito e fortalecimento às identidades comunitárias, étnicas e regionais.

D3.2 - Desenvolver uma política metropolitana voltada ao turismo de base comunitária.

- Difundir o conceito de turismo de base comunitária seja nas áreas rurais ou nas áreas urbanas e a capacitação para sua prática (COPA).

D3.3 Participar ativamente dos fóruns de discussão a respeito das ações voltadas à melhoria das condições socioambientais da Amazônia.

- Inserir as metas dos ODM nas agendas locais, buscando adaptar os indicadores e metas à realidade dos municípios da RMM.

- Participar e contribuir com o debate das agendas 21 dos municípios da RMM.

- Participar e contribuir com o Plano Amazônia Sustentável.

[...] (AMAZONAS, 2010, p. 73).

O poder público estadual expressa, nos termos citados, a necessidade de fortalecer as identidades comunitárias, étnicas e regionais e, para isso, buscará desenvolver uma política metropolitana voltada ao turismo de base comunitária, contribuindo para o desenvolvimento de um turismo protagonizado pelas comunidades. Fica evidente que o evento Copa do Mundo de 2014 foi uma oportunidade para consolidar o turismo no estado e nos municípios metropolitanos.

Em relação ao Plano Amazônia Sustentável (PAS), do Governo Federal, em seu Capítulo 3 - Diretrizes Estratégicas para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

Brasileira, item 3.2 Produção sustentável com inovação e sustentabilidade, subitem 3.2.5 Turismo sustentável e ecoturismo, apresenta os seguintes objetivos:

[...] **e.** promover a participação das comunidades locais nos processos de planejamento, gestão e operação de projetos turísticos/ecoturísticos; **f.** fomentar o desenvolvimento de projetos de ecoturismo de base comunitária; [...] **h.** promover o fortalecimento de conhecimentos, saberes e tradições culturais locais, agregando valor ao produto turístico amazônico; [...] **m.** prover condições para a inclusão das comunidades tradicionais e indígenas no processo de desenvolvimento do turismo na região [...] (BRASIL, 2008, p. 68).

Os objetivos acima apresentados reforçam o desejo do Governo Federal em contribuir com o desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária na região Amazônica. Entretanto, muitas vezes, esses documentos não se concretizam. Ajudar na estruturação desse tipo de turismo, considerado de grande relevância social, em que as comunidades são protagonistas e beneficiam-se dessa atividade, é desafiador quando se tem em mente a extensão territorial da Amazônia.

Essas agendas e planos anunciam a superação das diferenças entre os municípios e o incentivo ao diálogo entre eles, de forma a elevar alguns índices presentes no Quadro 5, que traz uma breve caracterização da RMM, relacionando aspectos demográficos e sociais que contribuem para um melhor entendimento da realidade do Amazonas e os desafios existentes.

2.5 Organização do turismo nos municípios da Região Metropolitana de Manaus

Várias foram as tentativas de organizar e desenvolver o turismo no Amazonas, seja pelo governo federal, estadual ou municipal, porém sabemos que longe de ser um turismo massificado, o que mais se aproxima é um turismo restrito à elite.

Segundo indicadores da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur), em pesquisa realizada no período de 2003 a 2008, observou-se que o volume de turistas em geral que visitaram o Amazonas foi de 2.245.896, uma média de 450.000 turistas por ano. Desse total, 1.968.936 turistas hospedaram-se nos hotéis urbanos, 148.624 em hotéis de selva, 100.201 visitaram o Estado nas temporadas de cruzeiros marítimos e 28.135 participaram das temporadas de pesca esportiva. Mesmo não explicitado o motivo pelo qual os turistas (nacionais e internacionais) utilizaram a hotelaria urbana (negócios/eventos, lazer, compras, estudo, saúde etc.), supomos que boa parte desses turistas advém do turismo de negócios, o qual entendemos ser igualmente dinamizador da economia local.

Diversificar o mercado econômico em Manaus e nos municípios metropolitanos é, segundo Carvalho (2009, p. 113), fundamental.

Entre os anos de 1967 e 1975, período que marca a primeira fase da ZFM, o empresário local deslocou-se das atividades extrativistas e de comércio tradicionais para aquelas relacionadas ao comércio de produtos importados e ao turismo. Esse deslocamento se intensificou entre 1975 e 1990, quando Manaus permanecia a única cidade brasileira com acesso à importação de bens de consumo livre de taxas. A partir de 1991, com a liberalização da economia nacional, esse quadro se alterou. Verifica-se, desde então, um novo deslocamento. Alguns empresários, mantendo-se no setor de serviços, reconverteram suas estratégias econômicas. Substituíram a importação de bens de consumo por sua compra no mercado interno. Os consumidores, vindos de outras regiões do País, haviam sumido, pois podiam agora adquirir as mercadorias que os levavam a Manaus, em suas próprias cidades. Outros empresários viram os consumidores de seus serviços desaparecerem também. O segmento hoteleiro, por exemplo, foi profundamente afetado pela redução do fluxo do turismo de compras.

Passado o *boom* do turismo de compras em Manaus, e mesmo diante de tantas dificuldades encontradas na região, principalmente as relacionados à infraestrutura de acesso, elemento que rebate diretamente na satisfação do turista no destino, outra modalidade passa a ser o chamariz de turistas para o estado, o ecoturismo.

O capital natural, que se mantém preservado ainda no século XXI, rendeu ao Amazonas, em meados dos anos 90, o título de “Estado Referência para o Ecoturismo”, concedido pelo Governo Federal (FARIA, 2001). Todavia, o ecoturismo não se tornou uma das principais atividades econômicas e, ao que se vê, muitas são as iniciativas do governo Federal, como o Projeto Corredores Ecológicos e o Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur) para tentar consolidá-lo na região.

O Proecotur foi iniciado no ano 2000 e tem como objetivo principal viabilizar o ecoturismo como uma atividade sustentável para o desenvolvimento da Amazônia Legal. O programa está dividido em duas fases: a Fase I, de pré-investimentos, iniciada em 2000, e a Fase II, de investimentos, iniciada em 2008.

Segundo relatório do Ministério do Meio Ambiente (2009):

[...] o PROECOTUR foi estruturado em três componentes principais. O Componente 1 é, essencialmente, a preparação de estudos que têm como meta o planejamento de atividades de ecoturismo em diferentes níveis, criação de novas áreas protegidas, bem como o planejamento do manejo e uso público nas áreas de proteção existentes. O Componente 2 inclui o financiamento de pequenas, mas importantes obras de infraestrutura pública, objetivando preservar os atrativos naturais e melhorar as áreas de recepção turística.

[...] O Componente 3 inclui atividades de treinamento, visando ampliar o nível de conscientização existente hoje na Região Amazônica quanto à conservação dos recursos naturais, incluindo também serviços de consultoria técnica para os atuais negócios de ecoturismo, com a finalidade de disseminar melhores práticas gerenciais (p. 26-27).

Alguns municípios que compõem a RMM estão integrados aos Polos de Ecoturismo e já perceberam algumas transformações causadas pelo Programa. As mudanças de governo, no entanto, acabam por interromper as ações em curso ou mesmo mudá-las.

É fato que o turismo acontece em passos tímidos em todos os municípios da Região Metropolitana de Manaus, e sua organização está muito aquém do que se percebe em outros municípios brasileiros.

O desenvolvimento do turismo na Amazônia tem se mostrado um grande desafio para o poder público, para a iniciativa privada e para as comunidades, pois seu território, além de extenso, ainda se mostra muito desarticulado e com forte ausência do Estado, principalmente em termos de políticas públicas, seja para o turismo, para o ordenamento territorial ou para a preservação do meio ambiente, por exemplo.

O Quadro 6 apresenta os órgãos públicos responsáveis pelo turismo nos municípios da RMM. Verificamos, por meio de pesquisa de campo, que nenhum deles possui Plano Municipal de Turismo (PMT).

Quadro 6 - Órgãos responsáveis pelo turismo nos municípios da Região Metropolitana de Manaus.

Município	Órgão responsável pelo Turismo
Careiro da Várzea	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo
Iranduba	Secretaria Municipal de Turismo
Itacoatiara	Secretaria Municipal de Cultura*
Manacapuru	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Turismo
Manaus (Cidade Sede)	Fundação Municipal de Eventos e Turismo
Novo Airão	Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
Presidente Figueiredo**	Secretaria Municipal de Turismo
Rio Preto da Eva	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Fonte: Organização Autor (Jun, 2010).

* A SEMC responde pelas atividades de turismo no Município.

** O município está implantando o Conselho Municipal de Turismo.

Como se pode ver no Quadro 6, todos os municípios da RMM têm um órgão responsável pelo turismo, porém sua existência não significa que a atividade seja planejada, tenha uma equipe qualificada de técnicos e um orçamento adequado. Manaus destaca-se por não possuir uma Secretaria Municipal, e sim uma Fundação Municipal, na qual é possível captar recursos de maneira mais rápida, bem como firmar convênios.

Outro fator interessante é perceber que, apenas em dois casos, o turismo é tratado exclusivamente por uma Secretaria, prevalecendo a intersecretorialidade do turismo com a cultura, o meio ambiente, a indústria e o comércio.

Consideramos destacar nesses municípios (ver Quadro 7) a existência de meios de hospedagem, bem como de um Centro de Atendimento ao Turista (CAT).

Quadro 7 - Existência de meios de hospedagem e de Centro de Atendimento ao Turista nos municípios da Região Metropolitana de Manaus.

Município	Pousadas	Hotéis	Leitos	CAT
Careiro da Várzea	-	-	-	-
Irlanduba	-	12	1.441	Sim
Itacoatiara	-	19	951	-
Manacapuru	-	56	1.999	Sim
Manaus (Cidade Sede)	20	79	5.944	Sim
Novo Airão	-	13	325	Sim
Presidente Figueiredo	-	27	1.523	Sim
Rio Preto da Eva	-	13	658	Em construção

Fonte: SEPLAN (2010). Amazonastur (2009).

Vale ressaltar que essa breve sistematização de dados relacionados ao turismo dos municípios que integram a RMM, apesar de incipiente, pode contribuir para direcionar programas e projetos voltados para o turismo de base comunitária, de maneira a municiá-los com informações atualizadas e, sobretudo, apoiar comunidades que trabalhem com o turismo, quicá o de base comunitária.

Outro aspecto relevante nessa caracterização, e mesmo sendo um destaque na Amazônia, e também no estado do Amazonas, são os chamados hotéis de selva. Apesar da ausência de informações organizadas dentro das secretarias municipais e à disposição do público em geral, sistematizamos um diagnóstico em relação à quantidade de hotéis de selva existentes e o estágio de desenvolvimento do turismo nos municípios em que se inserem os mesmos e como se qualificam esses destinos.

Quadro 8 - Caracterização dos municípios da Região Metropolitana de Manaus em relação à hotelaria de selva e ao estágio de desenvolvimento do turismo.

Município	Hotéis de Selva*			Estágio de Desenvolvimento do Turismo**	Destino ⁴⁹ **
	Amazonastur	Cadastur	ABHSA		
Careiro da Várzea	2	0	0	Inicial	Induzido
Irlanduba	3	4	6	Inicial	Induzido
Itacoatiara	1	1	6	Inicial	Induzido
Manacapuru	2	1	1	Inicial	Induzido
Manaus (cidade sede)	4	7	6	Avançado	Indutor

Novo Airão	1	1	2	Inicial	Induzido
Presidente Figueiredo	3	1	3	Intermediário	Induzido
Rio Preto da Eva	1	0	3	Inicial	Induzido
TOTAL	17	15	27	-	-

Destino⁴⁶

Fonte: *Consulta ao site da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas, ao Cadastro de Prestadores de Serviços (Cadastro) do Ministério do Turismo e Associação da Hotelaria de Selva da Amazônia Brasileira (Diagnóstico de Hotelaria de Selva do Amazonas – 2010). Acesso em: Ago de 2011.

** Relatório do Proecotur 2009 (Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal).

As informações a respeito da hotelaria de selva no estado do Amazonas não são homogêneas, ou seja, os critérios que estabelecem se um empreendimento se classifica como hotel de selva ainda precisam estar melhor estabelecidos por uma legislação específica. Os hotéis de selva estão presentes em todos os municípios metropolitanos e sabemos que alguns deles têm uma relação assimétrica com as comunidades tradicionais e os povos indígenas, além de os tratar como meros atrativos turísticos.

Segundo Faria (2001, p. 119) “os hotéis de selva’, em sua maioria, na realidade, têm características mais para atividades *de contemplação da natureza, de confinamento dos turistas em território restrito*, do que de atividade ecoturística na essência de seu conceito”.

O número de *lodges*, nome como também são conhecidos os hotéis de selva, estão se multiplicando na Amazônia, porém, no Amazonas, esse número é insignificante diante do tamanho do seu território, o que não significa que, a cada novo empreendimento instalado, não se deva exigir os devidos estudos, principalmente aqueles relativos aos impactos desses empreendimentos sobre comunidades e respectivos ambientes. Há alguns poucos empreendimentos planejados e preocupados com a natureza, com as comunidades tradicionais do entorno e com as transformações que irão causar ao território. Muitos deles exploram a mão-de-obra local por intermédio de subempregos e salários baixos, enquanto a alta gerência vem de fora do estado. As comunidades continuam à margem dos processos e práticas deste setor, e ao serem absorvidos sem qualificação, ou mesmo qualificados no contexto de suas culturas e saberes locais, não sabem o que fazer diante dos valores externos voltados para o mercado (TAVARES, 2009).

É perceptível que a maioria dos hotéis de selva estão localizados nos municípios metropolitanos de Manaus e Iranduba. Vale lembrar que existem hotéis de selva que se instalam e passam a violar a legislação ambiental vigente, e não possuem cadastro junto a Amazonastur.

No contexto amazonense, conforme exposto anteriormente, existem hotéis de selva que são consumidores e destruidores do meio ambiente e utilizam a mão-de-obra local de forma a ter vantagens. Na contraposição dessas experiências, está o turismo de base comunitária, que procura valorizar o protagonismo das comunidades envolvidas com esta prática, sem permitir a concentração da renda, incentivando a criação de associações e cooperativas, sendo todos os envolvidos beneficiados.

⁴⁶ Segundo o relatório do Proecotur (2009), o destino que possui a capacidade de servir de centro de distribuição é colocado na posição de indutor; o destino que tem uma relação de dependência com outro indutor e que, por sua vez, também seja capaz de influenciar outro é colocado na posição de indutor induzido; e aquele destino dependente de outro para o desenvolvimento turístico foi classificado como induzido.

No Amazonas, destacam-se, internacionalmente, duas iniciativas de turismo de base comunitária, apesar de nenhuma delas estar localizada na Região Metropolitana de Manaus, mas foram experiências pioneiras no Brasil. A primeira é a Pousada Comunitária Aldeia dos Lagos, no município de Silves⁴⁷; e a segunda, a Pousada Uacari⁴⁸, localizada no município de Tefé.

Além dessas experiências, acreditamos que existam outras no Estado e, com esse intuito, decidimos fazer um recorte no território para identificar outras experiências, definindo trabalhar com a Região Metropolitana de Manaus. O resultado da pesquisa de campo será apresentado no capítulo 3.

.....
⁴⁷ Outras informações em <http://www.aldeiaodoslagos.com>

⁴⁸ Em 2003, a revista americana *Conde Nast Traveler* concede à reserva Mamirauá o prêmio de melhor destino de ecoturismo do mundo. Também neste ano a Reserva recebeu o prêmio de conservação da *Smithsonian Magazine* e *Travelers Foundation*. <http://www.uakarilodge.com.br> Acesso em: 01 Jun 2009.

3 EXPERIÊNCIAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS: ANÁLISE CRÍTICA

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo realizada nos anos de 2010 e 2011 na Região Metropolitana de Manaus, envolvendo os oito municípios que a integram, e sua posterior análise, à luz dos pressupostos teóricos e metodológicos que orientaram esse processo investigativo. Para tanto, organizamos nossa exposição em três subitens, a saber: no primeiro, expomos o diagnóstico preliminar do universo da pesquisa junto aos órgãos de turismo municipais e estadual, além de outras fontes bibliográficas; no segundo, apresentamos as comunidades visitadas, e dentre elas, quais foram pesquisadas; e por fim, no terceiro subitem, faremos uma exposição a respeito da visão de comunidade atribuídas por estas comunidades e a relação destas com o turismo e outros sujeitos sociais.

3.1 Diagnóstico preliminar do universo da pesquisa

Em uma primeira etapa da pesquisa de campo, levantamos, junto às Secretarias Municipais de Turismo⁴⁹, os nomes das comunidades que trabalham com a atividade turística nos oito municípios que integram a RMM, em 2010. Em seguida, fizemos visitas a algumas dessas comunidades, no período compreendido entre maio e julho de 2011, para verificar como se dão suas práticas.

As Secretarias Municipais de Turismo demonstraram ter dificuldades para obter, sistematizar e analisar dados relacionados ao setor do turismo e, conseqüentemente, transformá-los em políticas públicas efetivas de desenvolvimento.

Essa dificuldade é ainda maior quando se pretende saber quantas e quais são as comunidades envolvidas com a atividade turística nos respectivos municípios. O número de comunidades indicadas pelos órgãos oficiais de turismo foi ínfimo, com exceção de Manaus⁵⁰ e Manacapuru⁵¹.

De acordo com dados obtidos junto às Secretarias de Turismo, dos oito municípios metropolitanos, existem na RMM aproximadamente 54 comunidades tradicionais e indígenas que recebem turistas (ver Quadro 9), tanto no espaço rural quanto no urbano. Embora os órgãos de turismo tenham indicado também algumas comunidades indígenas, convém evidenciar que estas, em função do processo burocrático-administrativo em acessá-las, não puderam ser incluídas na pesquisa de campo.

.....
⁴⁹ Os dados obtidos junto às Secretarias Municipais de Turismo foram via e-mail e contato telefônico.

⁵⁰ O órgão oficial de turismo do município de Manaus - Fundação Municipal de Turismo e Eventos (Manastur) não soube informar sobre as comunidades que recebem turistas. As informações presentes no mapeamento foram retiradas de artigos científicos, relatórios técnicos, diagnósticos turísticos e dissertações de mestrado.

⁵¹ A Secretaria informou que não existia comunidade que recebia turista; as que recebiam estavam em processo de reativação das atividades.

Quadro 9 - Comunidades tradicionais e comunidades indígenas (em negrito) indicadas pelos órgãos de turismo dos municípios metropolitanos que recebem turistas.

Município	Comunidade
Careiro da Várzea (2)	1. Comunidade Cristo Rei (Lago dos Reis) 2. Comunidade São José (Distrito de Terra Nova)
Irاندuba (7)	3. Comunidade do Lago do Catalão 4. Comunidade do Paraná do Xiborena 5. Comunidade de Paricatuba 6. Comunidade Januari 7. Comunidade São Thomé 8. Comunidade Acajatuba 9. Comunidade indígena Sahu-Apé
Itacoatiara (7)	10. Comunidade Novo Remanso 11. Comunidade Vila do Engenho 12. Comunidade de Lindóia 13. Comunidade do Lago de Serpa 14. Comunidade do Lago de Babaçu 15. Comunidade da Ilha do Risco 16. Comunidade Anebá
Manacapuru (4)	17. Comunidade do Ubim - Na RDS Piranha: 18. Comunidade Braga 19. Comunidade Betel 20. Comunidade Boa União
Manaus (21)⁵⁵	Na RDS Tupé:⁵⁶ 21. Comunidade Livramento 22. Comunidade São João do Tupé 23. Comunidade Agrovila 24. Comunidade Julião 25. Comunidade Colônia Central 26. Comunidade Tatulândia - No Rio Cuiciras (afluente do Rio Negro):⁵⁷ 27. Comunidade indígena Três Unidos 28. Comunidade São Sebastião 29. Comunidade indígena Nova Esperança - No Lago do Puraquequara (Zona Leste de Manaus):⁵⁸ 30. Comunidade Igarapé da Floresta 31. Comunidade Santa Luzia 32. Comunidade São Francisco do Mainá - Povos indígenas:⁵⁹ 33. Comunidade Indígena Inhaá-beé (Tarumã) 34. Comunidade Indígena Mawé (Tarumã) 35. Comunidade Indígena Caniço – Rouxinol 36. Comunidade Indígena Aiwaykuru 37. Comunidade Indígena Yapurar 38. Comunidade Indígena Terra Preta - Outras: 39. Comunidade Costa do Arara 40. Comunidade do Tarumã 41. Comunidade Vila da Felicidade

Novo Airão (5)	42. Comunidade Airão Velho 43. Comunidade Seringalzinho 44. Comunidade Madadá 45. Comunidade Sobrado 46. Comunidade Indígena Pacatuba
Presidente Figueiredo (4)	47. Comunidade Ramal da Morena 48. Comunidade Boa União 49. Comunidade da Vila de Balbina 50. Comunidades do Assentamento Canoas e Rio Pardo
Rio Preto da Eva (4)	51. Comunidade do São João do Miriti 52. Comunidade São José 53. Comunidade Ramal do Banco 54. Comunidade Indígena Beija-Flor

Manaus (21)⁵²

Na RDS Tupé;⁵³

No Rio Cuieiras (afluente do Rio Negro);⁵⁴

No Lago do Puraquequara (Zona Leste de Manaus);⁵⁵

Povos indígenas;⁵⁶

Fonte: Secretarias Municipais de Turismo (2010).

Sem contabilizar as comunidades indígenas, chegamos a um total de 43 comunidades tradicionais indicadas, que desenvolvem em seus territórios alguma atividade turística. A partir desse quadro, buscamos, por meio da pesquisa *in loco*, apreender a forma como essas comunidades têm organizado o turismo em seus territórios, bem como analisar a influência dos princípios do turismo de base comunitária sobre tais práticas.

Algumas dessas comunidades indicadas, além de receberem os turistas, oferecem a gastronomia amazônica, hospedam o turista, vendem artesanato, realizam apresentações culturais e desenvolvem outras atividades de vivência. A maioria delas trabalha com turismo convencional (agenciado por terceiros) e de maneira muito pontual, ou seja, não existe um fluxo contínuo de visitas, exceção feita a uma delas. Algumas parecem caminhar no sentido de desenvolver uma proposta a qual intitulam de turismo comunitário.

O Estado do Amazonas, por intermédio da Amazonastur, apoia projetos de turismo de base comunitária conforme apresentado no Quadro 10.

Quadro 10 - Projetos de turismo de base comunitária no Amazonas.

Nº	Comunidade	Parceiros	Município
1.	TBC na Comunidade São José	Associação Comunitária São José, ECOPARK e Amazonastur	Careiro da Várzea

⁵² Em contato com o órgão oficial de turismo do município de Manaus, nos foi informado que o órgão não possui essa informação, nos sendo indicado procurar a SRMM.

⁵³ Informação obtida junto ao Fórum Permanente em Defesa das Comunidades Ribeirinhas do município de Manaus - rio Negro, rio Amazonas, BR-174 e AM-010 (FOPEC).

⁵⁴ Informação obtida junto ao Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ).

⁵⁵ Disponível em: OLIVEIRA, F. T. Ecoturismo no rio Puraquequara: alternativa para a inclusão social e proteção ambiental. 2009.

⁵⁶ Informação da Amazonastur sobre o mapeamento das comunidades indígenas de Manaus.

2.	Ecoturismo na Comunidade Indígena Sahu-Apé	Comunidade Sahu-Apé, SNPH e Amazonastur	Irاندuba
3.	TBC na Comunidade Lago do Catalão	Associação Comunitária Lago do Catalão, UEA, Sebrae, CIESA e Amazonastur	Irاندuba
4.	TBC na Comunidade Paraná do Xiborena	Associação Comunitária do Paraná do Xiborena e Amazonastur	Irاندuba
5.	TBC na Comunidade Lago do Acajatuba	Associação Comunitária Lago do Acajatuba, FAS e Amazonastur	Irاندuba
6.	TBC na Comunidade Paricatuba	Associação Comunitária Vila de Paricatuba, FAS e Amazonastur	Irاندuba
7.	TBC na Comunidade Janauari	Associação Comunitária Janauari e Amazonastur	Irاندuba
8.	TBC na Comunidade São Thomé	Associação Comunitária São Thomé, Sebrae, Ariaú, Senac, Senar e Amazonastur	Irاندuba
9.	Ecoturismo Solidário na Comunidade Vila da Felicidade	Associação Comunitária Vila da Felicidade, Universidade Solidária e Amazonastur	Manaus
10.	TBC na Comunidade Indígena Beija-Flor	Associação Comunitária Beija Flor, SEIND, SEPROR/IDAM e Amazonastur	Rio Preto da Eva
11.	TBC na Aldeia dos Lagos	Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC)	Silves

Fonte: Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (2010).

Percebemos, no Quadro 10, a ausência dos dois projetos do estado do Amazonas aprovados junto ao Edital de Chamada Pública de Projetos MTUR/No 001/2008 de apoio a iniciativas de turismo de base comunitária, são eles: o projeto de *turismo de base comunitária no baixo rio Negro*, desenvolvido na comunidade São Sebastião e na comunidade indígena Nova Esperança (estabelecidas no rio Cuieiras) e na comunidade de Julião (estabelecida na RDS do Tupé), parte no município de Novo Airão e parte em Manaus, coordenado pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ, 2011). E o segundo projeto, intitulado *turismo de base comunitária na RESEX do rio Unini*, coordenado pela Fundação Vitória Amazônica, o qual envolve nove comunidades. Destas, três estão na área da RESEX do rio Unini, tais como: Lago das Pedras, Terra Nova e Patauí; RDS Amaná, a Vila Nunes. As demais se inserem no PARNA Jaú: Tapiira, Manapana, Lago das Pombas, Floresta e Vista Alegre (FVA, 2011). Além dos dois projetos, sentimos falta também do projeto de ecoturismo de base comunitária da *Pousada Uacari* (RDS Mamirauá), no município de Tefé/AM.

Além dos casos citados, sabemos da existência de projetos de turismo de base comunitária em andamento no Amazonas, como o da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários na Universidade Federal do Amazonas (*campus* Parintins), para atuar inicialmente na Cadeia Produtiva do Turismo na mesorregião de Parintins.

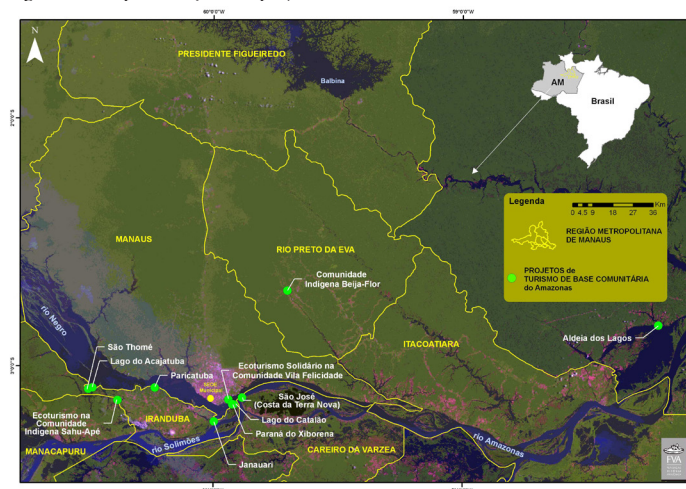
Fica evidente que os projetos de turismo de base comunitária em curso no estado estão concentrados no município de Irاندuba. Além de Manaus e Itacoatiara, neste

município também estão localizados 6 hotéis de selva, segundo a Associação da Hotelaria de Selva da Amazônia Brasileira em pesquisa realizada em 2010, e conforme apresentado no Quadro 7 do capítulo 2.

Essas iniciativas comunitárias podem ser uma resposta à maneira como as comunidades vêm sendo tratadas pelos hotéis de selva, como simples “atrativo turístico”, tendo as mesmas encontrado na organização do turismo de base comunitária uma forma de resistir às determinações de sujeitos hegemônicos que atuam no setor turístico do estado.

A Figura 10 representa espacialmente os projetos de turismo de base comunitária em curso no Estado do Amazonas, conforme apresentado no Quadro 10.

Figura 10 - Espacialização dos projetos de turismo de base comunitária no Amazonas.



Organização: Autor: COSTA NOVO, C. B. M. (2011).

Iranduba e os municípios limítrofes (Manacapuru e Novo Airão) vêm passando por processos de transformação na produção do seu espaço, destacando-se a construção da Ponte Rio Negro, que liga Manaus ao município de Iranduba, inaugurada em 24 de outubro de 2011. Esse fixo⁵⁷ pode produzir maior fluidez de serviços e produtos na RMM, e conseqüentemente, muitos impactos sociais e ambientais advindos principalmente da especulação imobiliária, merecendo estudos sistematizados sobre esses impactos.

A inauguração da ponte foi motivo para o governo federal anunciar que pretende estender, via Proposta de Emenda Constitucional (PEC), os incentivos fiscais, até então concedidos apenas ao município de Manaus, a todos os municípios que integram a RMM; e prorrogar o modelo ZFM por mais 50 anos. Acreditamos que esse modelo de desenvolvimento não seja o mais adequado ao estado e deva ser superado com alternativas

⁵⁷ Para Milton Santos, fixos e fluxos, juntos, interagem e expressam a realidade geográfica. Hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos (SANTOS, 2009, p.62).

que se coadunem com a biodiversidade encontrada no Amazonas. Algumas dessas propostas serão apontadas nas Considerações Finais e Propositivas.

O governo do estado do Amazonas aplicou, em 2010, valores na ordem de R\$ 25 milhões no desenvolvimento e na melhoria da infraestrutura urbana viária da RMM. Tais investimentos foram direcionados aos oito municípios que a integram, o que determinou a realização de inúmeras obras nestes municípios, melhorando o sistema viário de cada um deles, facilitando o tráfego de veículos e de pedestres e, conforme apregoa o discurso oficial, melhorando a qualidade de vida da população (SEPLAN, 2010).

No tocante ao diagnóstico preliminar junto aos órgãos oficiais de turismo, organizamos a segunda etapa da pesquisa de campo, quando definimos que as comunidades visitadas seriam aquelas estruturadas formalmente (por meio de uma associação ou cooperativa), bem como oferecessem algumas atividades turísticas por diferentes famílias que compõem um território contíguo.

Outras comunidades foram visitadas aleatoriamente, em função de sua proximidade com as comunidades selecionadas prioritariamente e por indicação das mesmas, afirmando existir nelas atividades turísticas. Nesse caso, tais visitas objetivaram investigar não apenas tais atividades, mas também se, de fato, estas comunidades desenvolviam coletivamente suas práticas.

3.2 Comunidades visitadas e pesquisadas

Durante a segunda etapa da pesquisa de campo, identificamos algumas outras comunidades que não haviam sido indicadas pelas Secretarias de Turismo, mas desenvolviam atividades turísticas. Consideramos importante conhecê-las para verificarmos as atividades que desenvolviam em seus territórios. Assim, algumas passaram a fazer parte da pesquisa.

A princípio, os povos indígenas integravam o universo da pesquisa. Porém, a demora nos trâmites junto aos órgãos responsáveis pelas terras indígenas inviabilizou sua inserção neste estudo. Convém, por oportuno, ressaltar que observamos nas duas comunidades indígenas visitadas⁵⁸ uma organização comunitária e serviços turísticos como: hospedagem, alimentação e passeios na floresta. Isso confirma o que Cruz *et al* (2010, p. 7) afirmam “[...] algumas experiências observadas em áreas indígenas têm se processado mediante iniciativas dos próprios povos indígenas que têm intervido junto à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), solicitando autorização para realizar a atividade”.

Assim, sem contabilizar as comunidades indígenas e considerando as trinta comunidades visitadas, foi possível perceber diferentes “cenários” em termos de desenvolvimento do turismo, os quais organizamos da seguinte forma:

.....
⁵⁸ As comunidades indígenas visitadas foram: Três Unidos, localizada no município de Manaus (rio Cuieiras), e a comunidade indígena Beija-Flor, no município de Rio Preto da Eva. Em relação a este último município, fizemos uma visita ao órgão oficial de turismo, sendo-nos informado que existem famílias que recebem turistas para a prática do turismo rural, porém não estão constituídas por intermédio de uma associação comunitária que as represente.

- A. Comunidades que não têm turismo e não têm perspectiva de ter;
- B. Comunidades que não têm turismo, mas manifestam interesse em ter;
- C. Comunidades que têm turismo porque são parte de algum roteiro turístico;⁵⁹
- D. Comunidades com experiência recente na gestão do turismo.⁶⁰

Quadro 11 - Comunidades visitadas na Região Metropolitana de Manaus e a situação do desenvolvimento do turismo.

Município	Comunidade	Situação do Desenvolvimento do Turismo			
		A	B	C	D
Careiro da Várzea	1. Comunidade São José (Costa da Terra Nova)			X	
Iranduba	2. Comunidade do Lago do Catalão			X	
	3. Comunidade do Paraná do Xiborena			X	
	4. Comunidade de Paricatuba			X	
	5. Comunidade São Thomé			X	
	6. Comunidade Nossa Sra. de Fátima		X		
	7. Comunidade Nossa Sra. do Perpétuo Socorro				X
	8. Comunidade Santo Antônio do Tiririca			X	
	9. Comunidade Nossa Sra. do Perpétuo Socorro do Tumbira			X	
	10. Comunidade Santa Helena do Inglês		X		
	11. Comunidade São Sebastião do Saracá		X		
	12. Comunidade São Pedro (Lago do Janauari)			X	
	13. Comunidade Janauarilândia (Lago do Janauari)			X	
	Itacoatiara	14. Comunidade Novo Remanso		X	
15. Comunidade Sagrado Coração de Jesus (Vila do Engenho)			X		
Manacapuru	Comunidade Palestina (Lago do Calado)	X			
Manaus	17. Comunidade Igarapé da Floresta (Puraquequara)		X		
	18. Comunidade Santa Luzia (Puraquequara)		X		
	19. Comunidade Vila da Felicidade				X
	20. Comunidade Nossa Sra. de Ftátima		X		
	21. Comunidade Nossa Sra. do Livramento (RDS Tupé)			X	
	22. Comunidade São João (RDS Tupé)				X
	23. Comunidade Costa do Arara	X			
	24. Comunidade Bela Vista do Jaraqui			X	
	25. Comunidade Santa Maria			X	
	26. Comunidade Pagodão	X			
27. Comunidade São Sebastião (Rio Cuieiras)			X		
Novo Airão	28. Comunidade Airão Velho		X		
Presidente Figueiredo	29. Comunidade Boa Esperança		X		
	30. Comunidade Boa União (Ramal Rumo Certo)	X			

Legenda: O x (minúsculo) representa as comunidades visitadas, e o X (maiusculo), representa as comunidades visitadas com aplicação de formulários e entrevistas.

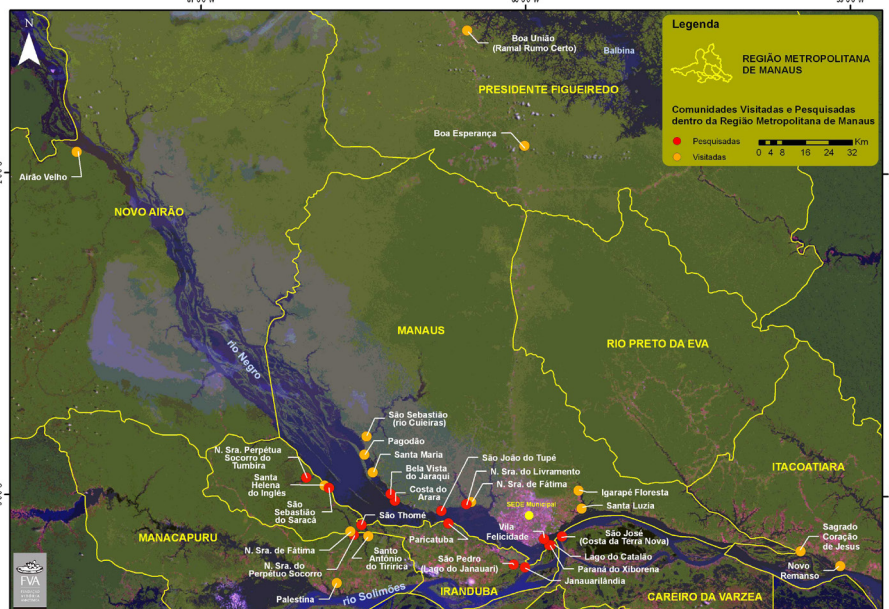
Organização: Autor: COSTA NOVO, C. B. M. (2011).

⁵⁹ O fato de fazerem parte de um roteiro turístico não significa, necessariamente, que a comunidade esteja sensibilizada e organizada para tal prática, às vezes, se configurando como momentos pontuais (de passagem) e/ou envolvendo poucas famílias.

⁶⁰ Algumas dessas comunidades têm a parceria de instituições do terceiro setor, como exemplo, a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), ONG Nymuendaju e algumas universidades.

Percebemos, pela última coluna do Quadro 11, que três “comunidades têm experiência recente na gestão do turismo”, distribuídas por uma área de mais de 100.000 km² (área relativa a RMM), as quais apresentam um turismo de base comunitária em processo de organização, tal como o definimos no capítulo 1. Isso representa um universo ínfimo diante do amplo conjunto de comunidades tradicionais existentes no estado do Amazonas.

Figura 11 - Localização das comunidades visitadas e pesquisadas na Região Metropolitana de Manaus.



Organização: Autor: COSTA NOVO, C. B. M. (2011).

A Figura 11 representa espacialmente as comunidades visitadas e as comunidades pesquisadas dentro da RMM. É visível que o maior número delas está nos municípios de Manaus e Iranduba.

A maioria das quinze comunidades visitadas acredita que o turismo possa ser uma alternativa econômica complementar, porém notamos haver ainda um entendimento incipiente sobre o turismo de base comunitária na maioria delas.

Das comunidades visitadas apresentadas na Figura 11, aplicamos os formulários e as entrevistas apenas nas comunidades que atenderam aos requisitos estabelecidos na pesquisa (ter uma associação comunitária constituída e oferecer atividades turísticas); embora, entre as comunidades investigadas, tenham feito parte algumas nas quais não há turismo.

No Quadro 12, a seguir, são apresentadas as comunidades pesquisadas, ou seja, as comunidades nas quais aplicamos os formulários e as entrevistas.

Quadro 12 - Comunidades pesquisadas na Região Metropolitana de Manaus com número aproximado de famílias e de pessoas.

Município	Comunidade	No de Famílias	No de Pessoas
Careiro da Várzea	1. Comunidade São José (Costa da Terra Nova)	53	210
	2. Comunidade do Lago do Catalão	96	331
	3. Comunidade do Paraná do Xiborena	10	40
	4. Comunidade de Paricatuba	380	1520
	5. Comunidade São Thomé	42	160
	6. Comunidade Nossa Sra. do Perpétuo Socorro	63	230
	7. Comunidade Nossa Sra. do Perpétuo Socorro do Tumbira	30	119
	8. Comunidade São Sebastião do Saracá	23	87
	9. Comunidade São Pedro (Lago do Janauari)	170	850
	10. Comunidade Janauarilândia (Lago do Janauari)	60	100
Manaus	11. Comunidade Vila da Felicidade	40	2000
	12. Comunidade Nossa Sra. do Livramento (RDS Tupé)	272	682
	13. Comunidade São João (RDS Tupé)	100	326
	14. Comunidade Costa do Arara	23	99
	15. Comunidade Bela Vista do Jaraqui	94	349

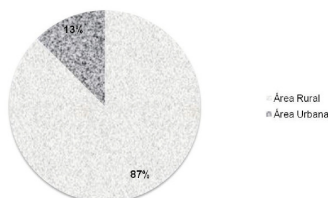
Organização: COSTA NOVO, C. B. M. (2011).

Os primeiros dados apresentados no Quadro acima referem-se ao número de famílias e de pessoas existentes nessas comunidades. O número médio de famílias, de pessoas por comunidade e de pessoas por família são, respectivamente, 122, 473 e 3,9 por família. Uma das duas comunidades localizadas na área urbana destaca-se por possuir um número acima de 1.500 pessoas. Ao serem questionados sobre quantas famílias estavam diretamente envolvidas com o turismo, o número foi, em média, de 8 famílias.

Normalmente, o número de crianças nas comunidades tradicionais é expressivo, ainda que elas não estivessem presentes durante a pesquisa na maior parte delas, em função de estarem na escola.

Quanto à localização dessas comunidades, observe-se o gráfico 4, a seguir.

Gráfico 4 - Quanto à localização da comunidade.



Organização: COSTA NOVO, C. B. M. (2011).

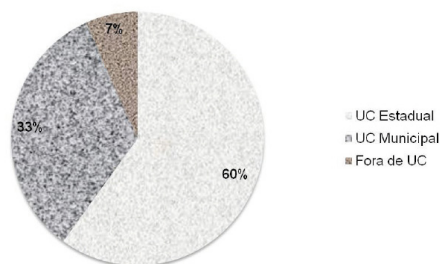
Como se visualiza no gráfico 4, a maior parte das comunidades entrevistadas localiza-se em área rural. Segundo Oliveira:

No Estado do Amazonas, o turismo rural é ainda explorado com deficiência em relação ao potencial que apresenta e como alternativa para o desenvolvimento local em termos de sua economia, do resgate de tradições culturais, melhoria da qualidade de vida da população, diminuição do êxodo rural e sensibilização das pessoas sobre a importância do ambiente rural e natural (OLIVEIRA, 2010, p. 20-21).

O espaço rural amazônico carece de estruturas que permitam aos seus moradores a possibilidade de desenvolver outras atividades econômicas, além das atividades tradicionais. Essas estruturas contribuiriam para o escoamento de produtos da agricultura, ao mesmo tempo em que, se fosse do desejo da comunidade, poderiam viabilizar a chegada do turista a algumas dessas comunidades. O turismo rural consiste, basicamente, na visitação a propriedades rurais, com certo envolvimento por parte dos turistas em suas atividades, e com isso permitindo viver um pouco da vida rural amazônica. Alguns municípios amazonenses estão inseridos na Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar (Rede TRAF) e estão em curso alguns projetos no estado.

O gráfico 5 revela que a maioria dessas comunidades está inserida em unidades de conservação (UC)⁶¹, sendo a maior parte delas em UC Estadual, conforme pode ser visto também no Quadro 13 e na Figura 12.

Gráfico 5 - Inserção da comunidade em uma unidade de conservação.



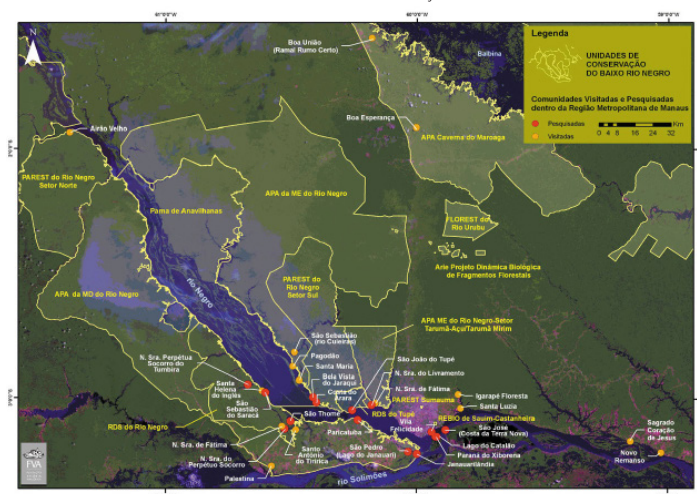
Organização: COSTA NOVO, C. B. M. (2011).

.....
⁶¹ Segundo o Artigo 2º, I da Lei n.º 9.985/00, Unidade de conservação é o espaço territorial com características naturais relevantes e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, legalmente instituídos pelo Poder Público com objetivos de conservação in situ e de desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, com limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Quadro 13 - Comunidades pesquisadas e a localização em uma unidade de conservação.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) MARGEM DIREITA DO RIO NEGRO
Comunidade São Pedro (Lago do Januári), Comunidade de Paricatuba e Comunidade Janauarilândia (Lago do Januári)
PARQUE ESTADUAL (PAREST) DO RIO NEGRO SETOR SUL
Comunidade Costa do Arara e Comunidade Bela Vista do Jaraquí
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RDS) DO RIO NEGRO
Comunidade São Thomé, Comunidade Nossa Sra. do Perpétuo Socorro (Acajatuba), Comunidade Nossa Sra. do Perpétuo Socorro do Tumbira e Comunidade São Sebastião do Saracá
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RDS) DO TUPÉ
Comunidade Nossa Sra. do Livramento e Comunidade São João
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ENCONTRO DAS ÁGUAS
Comunidade São José, Comunidade Lago do Catalão e Comunidade Xiborena

Figura 12 - Localização das comunidades pesquisadas na Região Metropolitana de Manaus, em relação a uma unidade de conservação.



Organização: COSTA NOVO, C. B. M. (2011).

Segundo dados da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS/AM), o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) contabiliza, atualmente, 41 unidades de conservação (UC), sendo 32 (78%) de uso sustentável e 9 (22%) de proteção integral, distribuídas em cerca de 19 milhões de hectares. Além disso, há 35 unidades de conservação federal, sendo 26 (74%) de uso sustentável e 9 (26%) de proteção integral, representando 23 milhões de hectares. Se forem consideradas as

terras indígenas, que representam 27,7% do território do Amazonas, no qual encontramos 173 terras indígenas e 66 etnias, o Amazonas totaliza 54,8% de seu território legalmente protegido⁶². A Tabela 4 demonstra por categoria as áreas protegidas no Amazonas:

Tabela 4 - Áreas protegidas no Amazonas.

Área protegida	Uso sustentável	Proteção integral	Total	Área (ha)	Território Estadual (%)
UC Federal	26	9	35	23 milhões	15,07
UC Estadual	32	9	41	18 milhões	11,97
Terras indígenas	-	-	173	43 milhões	27,70
TOTAL	58	18	249	84 milhões	54,84

Fonte: www.sds.am.gov.br Acesso em: 15 ago 2011.

O incremento de unidades de conservação no estado estabeleceu a proteção de mais de 84 milhões de hectares. Essa evolução pode ser vista na Tabela 5.

Tabela 5 - Área acumulada em unidades de conservação no Amazonas.

Ano	Soma de UC Estadual e UC Federal (ha)
Até 2002	19.578.731,57
2003	23.720.599,45
2004	24.449.175,73
2005	29.426.954,93
2006	34.097.242,67
2007	34.404.266,06
2008	40.014.865,89
2009	42.335.533,20

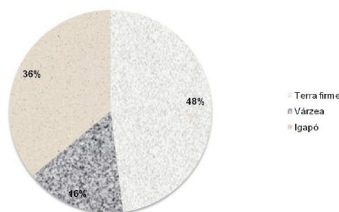
Fonte: www.ceuc.am.gov.br Acesso em: 15 ago 2011.

Esse mecanismo de proteção do meio ambiente corrobora os dados obtidos em relação à inserção dessas comunidades em unidades de conservação. Entretanto, houve algumas reclamações de alguns entrevistados por entenderem que a inserção da comunidade em uma das categorias de unidade de conservação limitava a realização de algumas atividades que são tradicionais.

Ainda do ponto de vista territorial, destacamos o fato de que é na terra firme que grande parte dessas comunidades está fixada, seguindo-se a mata de igapó e de várzea, conforme gráfico 6.

.....
⁶² Disponível em: <http://www.sds.am.gov.br/index.php/noticias/38-em-foco-/403-unidadesde-conservacao-no-amazonas-estrategia-para-a-conservacao-da-biodiversidade-e-modelo-dedesenvolvimento-sustentavel.html>
 Acesso em: 20 ago 2011.

Gráfico 6 - Distribuição espacial das comunidades em relação ao ambiente da floresta.



Organização: COSTA NOVO, C. B. M. (2011).

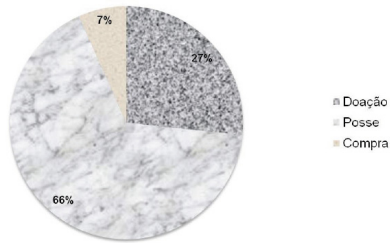
Quanto às principais características ambientais da terra firme, da mata de igapó e da mata de várzea, cabe dizer que:

- a) Ao lado dos rios mais ricos em húmus, cresce a mata de igapó, inundada quase permanentemente, é formada pelas trepadeiras, arbustos e árvores de 20 metros, como a Samaúma.
 - b) Ainda ao longo dos rios, em uma faixa periodicamente inundada pelas cheias, estende-se a mata das várzeas, domínio de árvores como a seringueira, a imbaúba, a copaíba, o cacauieiro e muitas trepadeiras.
 - c) Nos níveis mais altos da planície, e avançando por planaltos, desenvolve-se a mata de terra firme (caa-etê), livres das inundações periódicas, com árvores como o castanheiro e o caucho, que atinge até 60 metros de altura.
- (RIBEIRO, apud ABRAHÃO FILHO, 2010, p. 43-44)

Fraxe (2004, p. 109), citando vários autores que estudam as populações amazônicas, destaca que “os caboclos dispõem de um conjunto de estratégias adaptadas tanto ao ambiente físico dos trópicos, como ao ‘tradicional isolamento’ de uma região com precárias condições de transportes (MORAN, 1974)”.

No gráfico 7, está representada a forma como se deu a aquisição do espaço onde a comunidade reside hoje, ficando evidente a posse como o mecanismo mais utilizado, até hoje, por estas comunidades. Tal constatação nos remete ao reconhecimento de que existem e podem existir muitos conflitos pela terra e que, possivelmente, irão permear muitas gerações, enquanto a reforma agrária na Amazônia, especificamente, e no Brasil, de modo geral, não for levada a cabo.

Gráfico 7 - Natureza jurídica das terras onde vivem as comunidades.



Organização: COSTA NOVO, C. B. M. (2011).

Em torno dessa discussão, Miguez (2007, p. 120) afirma que há também conflitos nas comunidades pela conquista de territórios.

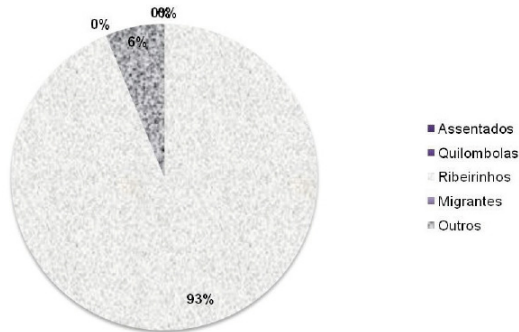
Um número significativo de conflitos nas comunidades amazônicas está relacionado à conquista ou à manutenção de territórios. Em alguns casos, esses conflitos são gerados dentro das próprias famílias, em outros casos são ocasionados pela chegada de novos grupos na localidade. Um dos fatores que intensificam essa luta pela terra é a relação íntima e necessária que estes grupos estabelecem com a natureza, de onde retiram sua renda e sustento e quando a necessidade individual e familiar corre risco, toda a organização social baseada no uso comunal está posta em jogo (LOUREIRO, 1992:276).

A iminência de conflitos de diversas naturezas explica, em parte, o fato de 100% das comunidades pesquisadas possuírem uma Associação comunitária que as represente e que, em apenas um caso, a Associação não estava legalmente constituída⁶³.

Em relação à sua composição, as comunidades pesquisadas são compostas, em sua maioria, por ribeirinhos, tendo em algumas delas comunidades indígenas que as integram, conforme apresentado no gráfico 8.

.....
⁶³ Não foi pesquisado se essas associações estão em dias com as suas obrigações tributárias.

Gráfico 8 - Composição socioterritorial da comunidade.

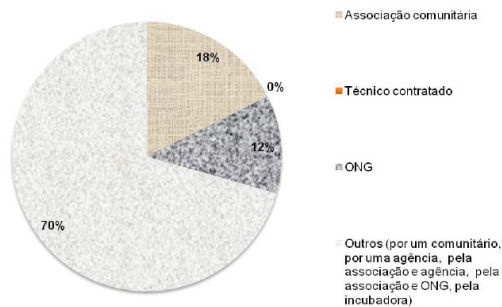


Organização: COSTA NOVO, C. B. M. (2011).

Os ribeirinhos integrantes das comunidades pesquisadas são oriundos não apenas do próprio município, mas de outros municípios amazonenses, e convém evidenciar que “o termo ‘ribeirinho’ refere-se àquele que anda pelos rios. O rio constitui a base de sobrevivência dos ribeirinhos, fonte de alimento e via de transporte, graças, sobretudo às terras mais férteis de suas margens. [...]” (MENDONÇA *et al*, 2007, p. 94).

No que tange à gestão do turismo nas comunidades ribeirinhas, fica evidente que esta acontece de fora para dentro, ou seja, na maior parte delas a lógica é imposta por agências de turismo e por hotéis de selva, fato observado no gráfico 9.

Gráfico 9 - Formas de gestão do turismo na comunidade.



Organização: COSTA NOVO, C. B. M. (2011).

Irving (2009) diz não ser possível imaginar uma iniciativa de turismo de base comunitária resultante de uma decisão externa e complementa dizendo:

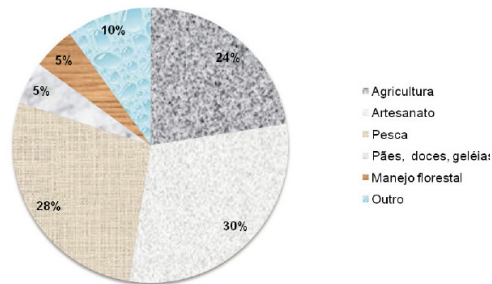
Embora frequentemente atores externos funcionem como “indutores” do turismo de base comunitária, se a iniciativa não tiver motivação endógena e expressar o desejo de grupos sociais locais,

ela certamente não atenderá às demandas de desenvolvimento local e nem contribuirá para o protagonismo social, condição essencial para este tipo de turismo (2009, p. 112).

Concordamos com a autora, embora alguns desses “indutores”, no caso da Amazônia, contribuam para estruturação das experiências de turismo de base comunitária, a exemplo das organizações do terceiro setor.

Esta pesquisa evidenciou, também, que outras atividades, às quais o turismo se apresenta como complementar, estão presentes na comunidade. Em primeiro lugar, destaca-se o artesanato, seguido da pesca e da agricultura, conforme gráfico 10, sendo as duas últimas atividades típicas dos ribeirinhos amazônicos, muita vezes servindo apenas para subsistência.

Gráfico 10 - Atividades econômicas da comunidade.

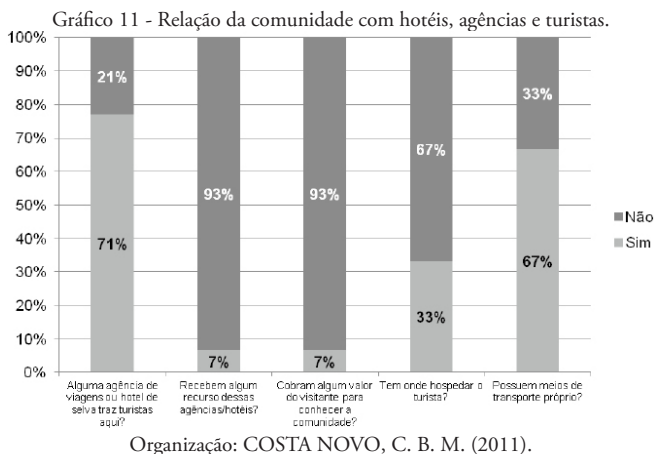


Organização: COSTA NOVO, C. B. M. (2011).

Esse resultado pode ser reforçado conforme o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), em projeto de turismo de base comunitária realizado no baixo rio Negro. O artesão foi o segundo atrativo mais ofertado pelas comunidades daquela região, já que representa a expressão cultural dos povos do rio Negro. Esse tipo de artesanato se divide basicamente em: artesanato de fibras e sementes vegetais, o artesanato em madeira reaproveitada e artesanato em argila (IPÊ, 2011).

O gráfico 11 retrata a relação das comunidades com os agentes que compõem a cadeia do turismo, bem como a própria estrutura da comunidade para receber turistas. Por exemplo, ao serem questionados sobre quem são os responsáveis em trazer turistas para a comunidade, ficou evidente que a maior parte das comunidades pesquisadas recebe turistas por meio das agências de viagem e dos hotéis de selva. Esse fato nos leva a refletir sobre a capacidade de organização de algumas dessas comunidades que dependem há mais de 40 anos desses agentes hegemônicos.

Outro aspecto constatado está nos 93% que afirmaram não receberem nenhum recurso (taxa) por parte das agências ou hotéis quando da ida de grupos de turistas que visitam a comunidade; nesse caso, o recurso auferido viria apenas da venda de artesanato e de eventuais passeios realizados com turistas; na ausência dessas atividades, nenhuma renda é gerada na comunidade. Na maioria das comunidades pesquisadas, o turista não paga nenhuma taxa de visita, seja vindo por agência, hotel de selva ou por conta própria.



Dentre as quinze comunidades pesquisadas, dez delas têm meios para hospedar o turista. Algumas delas hospedam o turista na casa dos próprios comunitários e, em outras situações, os grupos ficam alojados no próprio barco, sendo que apenas uma possui uma pousada comunitária.

Em relação aos meios de transporte, ficou evidente que, embora a maioria das comunidades (67%) possua uma voadeira⁶⁴, “esse serviço ainda é pouco explorado pelas comunidades que ofertam turismo na região, mas apresenta-se como grande potencial para o desenvolvimento desta atividade” (IPÊ, 2011, p. 30). Ainda segundo o IPÊ, essa lacuna vem sendo preenchida principalmente pelas operadoras e empresas de turismo que exploram o “ecoturismo” como sendo uma das mais promissoras potencialidades econômicas para a região, ainda que não existam pesquisas que apresentem os reais benefícios econômicos para as comunidades.

Estas comunidades recebem grupos de turistas ocasionalmente, com exceção de uma que recebe grupos semanalmente. Ao serem questionadas sobre como é feita a distribuição da renda auferida com o turismo, responderam da seguinte forma, tal como exposto no gráfico 12.

Gráfico 12 - Distribuição da renda ganha com o turismo.



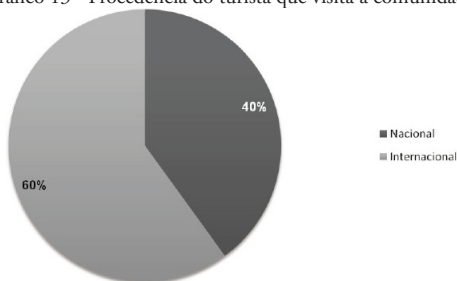
Organização: COSTA NOVO, C. B. M. (2011).

⁶⁴ Embarcação de pequeno porte com motor de popa.

Notamos aqui que a ideia de turismo comunitário como organização empresarial, apresentada por Maldonado (2009), e baseada nas práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos, não é vivenciada na maioria dessas comunidades, pois os recursos auferidos têm ficado nas mãos apenas do comunitário que presta o serviço ou vende o produto, não se revertendo parte para a Associação e para melhorias na comunidade.

A última questão do formulário evidencia que a maior parte dos turistas que visita a comunidade tem origem internacional. Em pesquisa realizada pela Amazonastur no ano de 2010, o número de turistas nacionais superou o número de turistas internacionais, contradizendo a percepção apontada pelas comunidades, conforme pode ser observado no gráfico 13.

Gráfico 13 - Procedência do turista que visita a comunidade.



Organização: COSTA NOVO, C. B. M. (2011).

Com vistas a construir uma caracterização das quinze comunidades pesquisadas, as quais na sua maioria o turismo não se desenvolve amparado na proposta do turismo de base comunitária, podemos dizer, sinteticamente, que:

- do ponto de vista territorial: a maior parte está em área rural, no interior de uma unidade de conservação e em terra firme, tendo a conquista da terra se dado por meio da posse;
- do ponto de vista social: é composta, sobretudo, por ribeirinhos do próprio município ou de outros municípios amazonenses, existindo em algumas delas a presença de indígenas;
- do ponto de vista do desenvolvimento do turismo: na maioria delas, a organização do turismo se dá por agentes externos e pela própria Associação, sendo o artesanato uma das principais atividades econômicas desenvolvidas na comunidade, seguida da pesca e da agricultura; a maioria recebe turistas trazidos pelas agências de viagens e hotéis de selva e não recebe nenhuma taxa pela visita dos grupos de turistas, assim como não cobra nenhum valor do turista para conhecer a comunidade; a maioria dispõe de meios para hospedar o turista; a maioria possui meio de transporte da própria comunidade; a maior parte do recurso que entra na comunidade fica com o comunitário que realizou o serviço ou vendeu um produto. Além disso, ressaltamos o fato de que o público que mais visita essas comunidades é originário de outros países.

De maneira geral, percebemos que o turismo se instalou nas comunidades pesquisadas como uma verticalidade comandada por agentes hegemônicos, atuantes no setor. Com o passar do tempo, algumas comunidades se apropriaram dessa prática e vêm se apropriando, reconstruindo suas bases e ressignificando-a atrelada a outras propostas, sendo uma delas o turismo de base comunitária.

Fica evidente também que esse processo de autonomia por parte das comunidades vem sendo construído ao longo de anos, porém ainda que tenhamos experiências de turismo de base comunitária no estado desde os anos 1980, foi aproximadamente nos últimos 5 anos que essa discussão começou a ganhar força, incentivada tanto pelo poder público como pelas organizações do terceiro setor e pelas universidades, principalmente no que diz respeito as comunidades integrantes da região metropolitana.

3.3 A visão de comunidade pelas comunidades pesquisadas e sua relação com o turismo

Retratamos, nesta etapa do presente estudo, os resultados obtidos por meio da aplicação de entrevistas junto aos líderes comunitários das quinze comunidades pesquisadas. Optamos por apresentar os resultados não de maneira individualizada, embora alguns trechos das entrevistas sejam transcritos, mas valorizamos a visão geral que prevaleceu durante as falas dos sujeitos envolvidos.

No intuito de compreender melhor as comunidades na sua relação com o turismo, elaboramos as perguntas a seguir, as quais fizeram parte do roteiro de entrevista:

1. Vocês se reconhecem como comunidade? Por quê?
2. Como surgiu a comunidade? (ano, fundador, motivos...)
3. Há quanto tempo a comunidade vive neste lugar?
4. Como você caracteriza o turismo realizado na comunidade?
5. Desde quando vocês recebem turistas? Como se deu o início dessa atividade na comunidade?
6. Como era a vida da comunidade antes do turismo?
7. Como está a vida da comunidade com o turismo?
8. Quais os principais impactos (positivos e/ou negativos) causados pelo turismo na comunidade?
9. A comunidade tem recebido algum apoio do poder público municipal ou estadual em relação ao turismo? (com oficinas, palestras dentre outros...)

Quanto ao seu reconhecimento enquanto comunidade, a resposta unânime é positiva, ou seja, todas as comunidades se reconhecem como tal. Os motivos pelos quais afirmam isso são vários: “morar numa mesma localidade”, “depender um do outro”, “tentar atender um ao outro”, “fica mais fácil construir alguma coisa”, “é uma grande união com o povo”, “povo em comunhão”, “pensar no coletivo”, “formada por um grupo de pessoas que convivem com o mesmo objetivo”, “porque tem união” enfim, as características apresentadas variam conforme a quantidade de famílias, o nível de organização e as atividades que unem os comunitários.

Abaixo, destacamos fragmentos da fala de alguns comunitários quando questionados sobre essa questão, ou seja, o autorreconhecimento enquanto comunidade:

Por que nós vivemos próximo um do outro, porque a gente se ajuda, sabe o que o outro necessita, sabe da vida de cada um, e quais são os meios que cada um pode ajudar o outro. Fica melhor viver em comunidade, porque tudo se torna melhor, é o trabalho, é os benefícios, é pouquinho, mas a gente reparte e fica um pouquinho pra cada um (Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 2011).

Sim, nos reconhecemos por comunidade, pois nós vivemos num mesmo ambiente, num mesmo chão, num ambiente de floresta, com toda essa natureza ao nosso redor e a gente entende que hoje a gente tem que preservar, tem que conservar e a gente tem objetivos em comum também. A gente precisa desenvolver economicamente, mesmo morando dentro desse lugar. (Comunidade Bela Vista do Jaraqui, 2011).

Algumas dessas comunidades localizam-se, aproximadamente, a trinta minutos de Manaus, sendo o contato com a cidade muito forte; outras localizam-se a mais de duas horas de distância da capital (dependendo da capacidade do motor utilizado para o deslocamento). Em relação ao tempo de permanência no lugar, algumas comunidades relataram viver no respectivo sítio geográfico há mais de cem anos; outras, entre quarenta e cinquenta anos; e algumas com trinta anos ou menos.

Ao questionarmos os sujeitos a respeito de como se caracteriza o turismo realizado em sua comunidade, obtivemos respostas como: “turismo de passagem”, ou seja, o turista só passa pela comunidade, vê de longe, tira foto ou caminha na comunidade; “turismo de massa”, chegam grandes grupos semanalmente ou nos fins de semana, degradam o meio ambiente, descartam o lixo; “turismo de visita”, pois o turista vem, passa o dia e vai embora; e o “turismo de intercâmbio”, em que o turista fica mais tempo, convive com as famílias e seus modos de vida, sendo esse último uma proposta que está iniciando em algumas comunidades.

Quanto ao recebimento dos turistas, ficou evidente que existe um grupo de comunidades que recebe turistas há pouco tempo, no mínimo um ano a um ano e meio, caso da comunidade da foto 4, e outro, que recebe há mais de quarenta anos. Na maioria delas, o turismo se deu por intermédio de um agente externo (guias de turismo, agências de turismo e hotéis de selva), ou seja, o processo de desenvolvimento do turismo não se deu de maneira endógena.

Foto 4 - Comunidade Nossa Sra. do Perpétuo Socorro do Tumbira no Iranduba/AM.



Autor: COSTA NOVO, C. B. M. (2011).

Há uma proposta de roteiro turístico integrado envolvendo as comunidades Tumbira e Saracá no rio Negro (fotos 4 e foto 5), respectivamente.⁶⁵

Foto 5 - Centro comunitário na Comunidade São Sebastião do Saracá no Iranduba/AM.



Autor: COSTA NOVO, C. B. M. (2011).

O processo exógeno do turismo nas comunidades pode ser percebido no relato de um dos entrevistados:

Essas empresas de turismo grande elas levavam turismo para essas comunidades, mas só que por exemplo, a simulação da borracha, eles cobram, a agência de turismo ela cobra por pessoa uma média de R\$ 20,00, e eles passavam para a comunidade R\$ 1,00, 2,00 por cada pessoa. Então era uma exploração enorme. O que a gente tá conseguindo, ainda não

⁶⁵ Disponível em: <http://turismoconsciente.com.br/> Acesso em: 25 fev 2011.

conseguiu, estamos conseguindo, tirar esse atravessador, esse intermediário que tinha, porque na verdade essas grandes agências não tem nenhum atrativo, o atrativo é a comunidade, e é a que menos ganha né. Eles tem um bom site, eles vendem esse pacote direto, a gente ainda não tem essa estrutura. [...] a gente tá criando um site, por isso que a gente só tá trabalhando com o turista local, porque a gente ainda não tem essa estrutura, ainda não tem o domínio da língua, mas já tem pessoas das comunidades (Catalão e Xiborena) que já tão se formando, que é pra gente ter os nossos próprios guias, então a gente vai ser totalmente independente a partir do momento que a gente tiver esses mecanismos (Comunidade Vila da Felicidade, 2011).

O depoimento acima ilustra nosso entendimento de que é pouco provável o estabelecimento de uma relação “ganha-ganha” entre a iniciativa privada e as comunidades, quando tal relação se apresenta como socialmente assimétrica, ou seja, baseada em relações de poder diferenciado.

Buscando apreender características das comunidades antes do aparecimento do turismo, obtivemos respostas como “a comunidade vivia da pesca e da agricultura”, “uma vida bem simples”, “a vida era bem mais difícil, uma outra realidade”, “não mudou nada”, “tinha menos poluição das águas”, “não tinha risco de biopirataria”, “o povo vivia pra limpar terreno, mas ainda faz”.

Com base nos depoimentos colhidos, concluímos que as comunidades viviam uma vida simples e até certo ponto “pacata”; a pesca e a agricultura eram atividades econômicas mais presentes no cotidiano, hoje servem apenas como subsistência. Destacamos, neste caso, a existência de percepções contraditórias, ou seja, enquanto uma comunidade acha que “nada mudou”, outra aponta para mudanças indesejadas, tais como o risco de pirataria e de poluição das águas; outra, ainda, indica que a vida teria, em alguma medida, melhorado.

A partir da presença da atividade turística, a produção do espaço ganhou outros significados, porém o turismo não teve a mesma importância e organização para cada uma das comunidades. O que se evidencia pelas respostas obtidas é que o turismo alterou a rotina da maioria das comunidades e, mais do que isso, provocou mudanças nas atividades tradicionais dos ribeirinhos por verem, no turismo, uma oportunidade de obter renda. A venda de “churrasquinho” em barracas localizadas na praia, conforme pode ser visto na foto 6, é também uma outra atividade realizada.

Foto 6 - Comunidade de Paricatuba no Iranduba/AM.



Autor: COSTA NOVO, C. B. M. (2011).

Foto 7 - Comunidade do Lago Catalão no Iranduba/AM.



Autor: COSTA NOVO, C. B. M. (2011).

Para algumas comunidades, essas transformações foram significativas, tal como pode ser observado na fala de um dos comunitários:

[...] mudou a qualidade de vida, antes pra conseguir suas coisinhas na agricultura era muito difícil, você conseguir um dinheirozinho para sustento da família era complicado, porque você plantava e tinha que esperar 2 a 3 meses pra colher, e o preço também não ajudava. Hoje não, todo dia você tem um dinheiro para manter sua família, comprar as suas coisas (Comunidade Janaurilândia, 2011).

Essa situação não é vivenciada pela maior parte das comunidades, principalmente por aquelas que estão iniciando a atividade turística.

Outro aspecto a ser destacado aparece na fala de outro comunitário, quando se refere à mudança de visão sobre o meio ambiente e à visibilidade que a comunidade começou a ter.

O conhecimento sobre meio ambiente mudou muito, essa questão de queimadas, lixo, mudou muito. Antes, a gente não ligava muito pra essas coisas não, então foi uma coisa que pode até não ter um dado, mas tem que ter a consciência de que começa por aí, pelo meio ambiente, então essa questão aí mudou muito. E questão também de um pouco mais de renda. A sociedade mudou um pouco, nós somos mais bem visto. Quer dizer, uma coisa é uma pessoa de fora e a gente deve se preparar para essa pessoa de fora, outra coisa é simplesmente nós viver numa localidade que não dá importância nenhuma pro mundo. Então essa questão da visibilidade da nossa comunidade mudou muito (Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira, 2011).

Dentre os “impactos positivos” deixados pelo turismo na comunidade, os entrevistados destacaram:

- a venda de artesanato;
- a divulgação da comunidade, pelos turistas;
- a necessidade de zelo pelo lugar;
- o aumento na renda da comunidade;
- a implementação de um consultório odontológico por intermédio de um turista que conheceu a comunidade;
- a realização de mutirão de limpeza, estimulando as crianças a não jogar mais lixo no chão e no rio;
- a melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas.

A transcrição abaixo, um excerto de uma das entrevistas realizadas com um dos líderes comunitários, exemplifica o que está colocado acima:

Ele trouxe benefícios sim. A questão social melhorou muito. Antigamente não sabíamos se expressar com o turista, nem abordar o turista, com os estudos na questão ambiental melhorou muito. A comunidade tá mais limpa, a gente já se preocupa com o meio ambiente, porque a gente sabe se acabar o Encontro das Águas, acabou o turismo, se acabar com os lagos, acaba o turismo. Essa visão veio a partir do turismo (Comunidade Vila da Felicidade, 2011).

Por outro lado, as comunidades destacaram, entre “impactos negativos” do turismo:

- a dependência de uma única empresa que traz o turista;
- o tratamento, dado por alguns turistas, à comunidade, como se fossem “atrativos turísticos”;

- a falta de organização da comunidade para o turismo;
- o assédio e a prostituição;
- a falta de um espaço / uma sede para trabalhar o turismo;
- a falta de controle sobre o ir e vir de turistas;
- o aumento na produção de lixo;
- o abandono relativo da atividade tradicional da pesca.

Como revela um dos líderes comunitários entrevistados: “famílias que viviam da pesca e de outras atividades, hoje, só sai pra pescar para o consumo” (Comunidade Vila da Felicidade, 2011).

Há que se levar em consideração que, em algumas comunidades, o acesso, durante parte do ano, fica muito difícil, o que é um fator complicador; primeiro, para a mobilidade da própria comunidade; segundo, para aquelas que desejam receber turistas. As fotos 8 e 9 são típicas de períodos de cheia dos rios.

Foto 8 - Comunidade São Thomé no Iranduba/AM.



Autor: COSTA NOVO, C. B. M. (2011).

Foto 9 - Comunidade Nossa Sra. do Perpétuo Socorro no Iranduba/AM.



Autor: COSTA NOVO, C. B. M. (2011).

Por outro lado, um fator que, na visão de muitas comunidades, pode ser visto como um facilitador (a energia elétrica), pode produzir efeitos indesejados sobre as mesmas, cujas transformações decorrentes podem ocasionar vários conflitos, como festas com som alto, atrapalhando o sossego dos comunitários.

Questionados sobre a existência e o formato dos roteiros turísticos existentes na comunidade, apenas em dois casos, há o envolvimento de outras comunidades, ou seja, os roteiros restringem-se, em geral, a uma comunidade visitada pelo turista.

Quando questionados sobre “A comunidade tem recebido algum apoio do poder público municipal ou estadual em relação ao turismo? (com oficinas, palestras dentre outros...)”, apenas dois líderes comunitários afirmaram não estarem recebendo apoio. Todavia, tal como revelam outras informações auferidas, essas comunidades que vêm sendo assistidas pelos órgãos de turismo municipal e estadual mostram-se bastante “desarticuladas” e frágeis em relação ao desenvolvimento do turismo, o que, dessa forma, retrata a fragilidade das ações governamentais levadas a cabo até o presente momento.

Destacamos, também, a presença de outras instituições parceiras de algumas dessas comunidades, como o Sistema S (Senac e Sebrae) e algumas organizações dos terceiros setores locais e internacionais.

Vale enfatizar, nessa perspectiva de apoio às comunidades, que o poder público estadual, por meio da Amazonastur, desenvolve o projeto de turismo com base comunitária, conforme pode ser visto:

Na busca de ampliar a oferta turística, a Amazonastur vem valorizando as comunidades que têm apelo turístico e tem buscado prepará-las para o mercado do setor, por meio do Projeto Turismo com Base Comunitária. Assim, essas comunidades estão sendo dotadas de infraestrutura e capacitação para prestar serviços com padrão de qualidade.

As Comunidades Acajatuba, January e Paricatuba, no Município de Iranduba, são pilotos do programa e têm recebido desde 2003 ações de inventariação, estruturação do produto e infraestrutura. Essas Comunidades receberão terminais fluviais turísticos, além de pousadas comunitárias (Acajatuba e Paricatuba) e uma Central de Artesanato destinada à Comunidade de January, que além de receber turistas, já trabalha com esta atividade há décadas. Além das mencionadas, as comunidades de Ubim e Piranha, em Manacapuru, também estão sendo contempladas com cursos destinados à qualificação de pessoas para atuarem na atividade turística (AMAZONAS, 2011a, p. 205).

Em relação à estrutura de pousadas comunitárias, que estão em fase de construção, as mesmas terão 177m² divididos em cinco alojamentos, cada um com quatro leitos, totalizando vinte hóspedes. Nesse espaço haverá uma área para refeições, banheiro comum masculino e feminino, cozinha e recepção administrativa, segundo informações obtidas junto ao Departamento de Infraestrutura da Amazonastur.

Diante do panorama atual apresentado, entendemos que, na Região Metropolitana de Manaus, ainda não há experiências de turismo de base comunitária comparadas às experiências apresentadas no capítulo 1, embora algumas dessas experiências pareçam caminhar nessa direção.

Como podemos perceber, há diversas contradições presentes nas práticas existentes, o que remete à necessidade de novas reflexões no âmbito acadêmico, na busca por um conceito que dê conta do que se tem passado na realidade concreta.

Das quinze experiências analisadas na Região Metropolitana de Manaus, poucas mostram-se minimamente articuladas para possibilitarem uma experiência de turismo de base comunitária, pois são muitas as dificuldades a serem superadas. Conforme destaca Sousa (1998, p. 239), há que se atentar para “[...] as necessidades básicas das comunidades não resolvidas, a ausência de visão crítica da realidade, a falta de organização comunitária e um processo de gestão concentrador”. Algumas delas caminham para uma proposta de turismo de base comunitária, por força de um agente externo, como as organizações do terceiro setor, que se mostram parceiras dessas experiências, ajudando-as na estruturação de serviços e produtos oferecidos pela comunidade.

Ainda que o estado esteja proporcionando qualificação a essas comunidades, os reflexos de melhoria se mostram pouco significativos, o que nos parece a não apropriação por parte das comunidades do turismo, havendo forte dependência das mesmas em relação aos hotéis de selva e das agências de turismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSITIVAS

A Amazônia brasileira, embora apresente povos e natureza singulares, ingressa no terceiro milênio sem um projeto de desenvolvimento compatível com a riqueza natural da região. É preciso superar o atual modelo de desenvolvimento, que aumenta ainda mais a exclusão, a violência e os conflitos sociais, sendo fundamental encontrar vias alternativas nesse sentido (LOUREIRO, 2009).

Percebemos que o modelo Zona Franca não é suficiente para atender às demandas desses povos e comunidades aqui existentes, pois a maior parte dos benefícios gerados ficam nas mãos, prioritamente, dos “donos do capital”. Embora as cifras apresentadas sejam vultuosas, os benefícios sociais são insuficientes.

Entendemos que, nesse contexto, o estado do Amazonas pode encontrar outras alternativas de desenvolvimento econômico e social. Acreditamos que em cada um dos seus 62 municípios a sociobiodiversidade se apresenta de forma singular, nos permitindo visualizar as peculiaridades que marcam um estado com 98% de suas florestas primárias preservadas e mais de 50% de área protegida, mas é preciso que essas práticas sejam realizadas de maneira sustentável, pensadas também a partir do olhar das comunidades tradicionais. A superação de problemas estruturais se faz necessária para que as mesmas possam definir que caminhos desejam trilhar, bem como possam usufruir os benefícios das alternativas possíveis, dentre elas o turismo de base comunitária, tornando-as não apenas receptoras de turistas, mas protetoras dos seus bens e saberes tradicionais.

O turismo de base comunitária está em processo de construção e os estudos a seu respeito datam de cerca de 20 anos. Na Amazônia e, em especial, no Amazonas, essa prática aconteceu a partir de duas experiências: a Pousada Comunitária Aldeia dos Lagos, em Silves, e a Pousada Uacari, em Tefé, municípios localizados fora da Região Metropolitana de Manaus. No intuito de contribuir para outras reflexões a respeito desse conceito e com base nos vários autores lidos, compreendemos ser esta uma forma de gestão do turismo na qual prevalece o protagonismo das comunidades no oferecimento de atividades realizadas nos territórios que ocupam, obedecendo a princípios ambientais e culturais autoestabelecidos, promovendo, sobretudo, a valorização da participação e da organização comunitária, do associativismo e da ética, com vistas ao desenvolvimento local e à preservação de sua cultura.

Mais do que conceituar e debater o turismo de base comunitária, nos propomos a entender como ele está organizado territorialmente na Região Metropolitana de Manaus e como se dá o consumo do espaço por ele.

No âmbito da mais recente região metropolitana criada no Brasil, a Região Metropolitana de Manaus, observamos uma nova configuração do território, mas ainda com poucas características que permeiam a maioria das regiões metropolitanas brasileiras.

Em relação aos objetivos propostos na pesquisa, entendemos que foram alcançados. No tocante à análise das experiências de turismo de base comunitária existentes na RMM, a partir dos aspectos socioespaciais, evidenciamos que uma minoria está apoiando suas

práticas nos pilares do turismo de base comunitária, enquanto a maioria realiza uma forma de turismo convencional. Todas ainda estão à mercê dos agentes externos (guias de turismo, agências de viagem e hotéis de selva); as que caminham para uma proposta verdadeiramente alternativa ao que chamamos aqui de turismo convencional (baseado na exploração maciça de lugares e em grandes fluxos de visitantes) têm a parceria frequente de organizações do terceiro setor.

Os resultados da pesquisa se mostraram importantes, sobretudo, por não existirem pesquisas científicas relacionadas ao turismo de base comunitária na RMM. Este momento é relevante, também, pelo fato de o governo estadual do Amazonas ter elaborado um Plano de Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Região Metropolitana de Manaus, no qual o turismo de base comunitária foi contemplado em um de seus capítulos, embora com poucas ações para a estruturação do mesmo.

A maioria das comunidades tradicionais pesquisadas acredita que o turismo pode ser uma alternativa econômica complementar, porém notamos haver um entendimento incipiente sobre o turismo de base comunitária na maioria delas.

As comunidades que atenderam aos requisitos estabelecidos na pesquisa e, portanto, foram investigadas dentro da Região Metropolitana de Manaus, estão localizadas nos municípios do Careiro da Várzea (Comunidade São José); de Iranduba (Comunidade do Lago do Catalão, Comunidade do Paraná do Xiborena, Comunidade de Paricatuba, Comunidade São Thomé, Comunidade Nossa Sra. do Perpétuo Socorro, Comunidade Nossa Sra. do Perpétuo Socorro do Tumbira, Comunidade São Sebastião do Saracá, Comunidade São Pedro - Lago do Janauari, Comunidade Janauarilândia - Lago do Janauari); e de Manaus (Comunidade Vila da Felicidade, Comunidade Nossa Sra. do Livramento - RDS Tupé, Comunidade São João - RDS Tupé, Comunidade Costa do Arara, Comunidade Bela Vista do Jaraqui).

O entusiasmo que existe nessas comunidades decorre das transformações que elas mesmas podem estabelecer para si. Como enfatiza Santos, “os lugares também se podem refortalecer horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo” (2009, p. 287).

Não queremos aqui isentar o Estado de seus deveres, pois sabemos que são muitos, sendo um deles a elaboração de políticas públicas que atendam a várias necessidades da população, podendo ser uma delas a de turismo. Segundo Cruz (2009, p. 9) “à política pública de turismo cabe o estabelecimento de metas e diretrizes que orientem o desenvolvimento socioespacial da atividade, tanto no que tange à esfera pública como no que se refere à iniciativa privada”. Caso contrário, segundo a autora, “o turismo se dá à revelia, ou seja, ao sabor de iniciativas e interesses particulares”.

E é neste sentido que nos propomos a sugerir alguns mecanismos para ajudar na implementação de políticas públicas em torno do desenvolvimento do turismo de base comunitária como uma alternativa econômica para as comunidades tradicionais na Região Metropolitana de Manaus, a saber:

- Mapeamento no estado do Amazonas, inicialmente na Região Metropolitana de Manaus, da infraestrutura existente nas comunidades tradicionais que recebem turistas, verificando os seguintes serviços: água encanada/potável, luz elétrica, meios de comunicação, posto de saúde, saneamento básico e segurança, meios de acesso e todos os serviços relacionados ao turismo, bem como a infraestrutura turística. Esse levantamento pode ser feito em parceria com as universidades e outras instituições públicas.
 - Elaboração de um programa atrelado à proposta do Programa Nacional de Turismo de Base Comunitária (Anexo A), apresentado por Ivan Bursztyn, em parceria com as comunidades tradicionais, pensando a realidade e as especificidades do Amazonas.
 - Apoio, por meio de qualificações na área gerencial e do turismo, às comunidades tradicionais que integram o grupo de trabalho de turismo de base comunitária (GT-TBC) coordenado pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas, bem como às comunidade que participam do Fórum Permanente em Defesa das Comunidades Ribeirinhas do município de Manaus - rio Negro, rio Amazonas, BR-174 e AM-010 (FOPEC). Esses dois espaços acabam por agregar e incentivar a participação das comunidades no planejamento do turismo que desejam ter em seus territórios, bem como as ações que devem ser empregadas para alcançá-lo.
 - Fortalecimento das comunidades tradicionais que já fazem a gestão do turismo em seus territórios, com qualificação por meio das instituições do estado e em parceria com o terceiro setor.
 - Criação de uma Rede de Turismo de Base Comunitária do Amazonas, de maneira a agregar experiências dos municípios que integram a Região Metropolitana de Manaus, podendo ser extensiva a outros municípios, a exemplo: Barcelos e Parintins.
 - Realização de uma pesquisa dos impactos econômicos e sociais do turismo sobre as comunidades que têm no turismo uma fonte alternativa de renda.
- Como diretrizes para permear a construção de políticas públicas do turismo de base comunitária, sugerimos:
- O respeito à diversidade cultural das comunidades tradicionais;
 - O estabelecimento de parcerias com as comunidades tradicionais e outras instituições, fomentando-se um processo participativo como mecanismo ao fortalecimento das ações propostas e com vistas à transparência do processo;
 - Ampliação da visão sobre turismo de base comunitária por todos os sujeitos envolvidos.

As ações expostas, se implementadas, devem obedecer a um cronograma coerente, que culmine com o fortalecimento das comunidades enquanto protagonistas no desenvolvimento do turismo em seus territórios.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO FILHO, H. N. *O turismo de base comunitária como estratégia de desenvolvimento sustentável da área ribeirinha de Parintins*. 2010. 122p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Faculdade de Estudos Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

ALLAN, G. Comunidade. In: SCOTT, J. (org.). *Sociologia Conceitos-Chave*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. p. 47-50.

ALMEIDA, A. W. B. *et al* (orgs). Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processos de capacitação de povo e comunidades tradicionais. In: ALMEIDA, A. W. B. *et al*. (orgs). *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia*. Manaus: UEA Edições, 2010.

ALMEIDA, A. W. B. *et al*. (org). *Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas*. vol. 1. Manaus: Programa de Pós-Graduação da Universidade do Amazonas – UEA / Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia / Fundação Ford / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2. ed. Manaus: PSSCA-UFAM, 2008.

AMAZONAS (Estado). Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur). *Síntese dos indicadores de turismo do Amazonas*. Manaus, 2009a. Disponível em: <http://www.visitamazonas.am.gov.br/adm/imgeditor/file/20090511114810sintese_indicadores_2003_2008.pdf>. Acesso em: 25 out 2009.

_____. Lei Complementar No 52 de 30 de maio de 2007. Institui a Região Metropolitana de Manaus e dá outras providências. *Diário Oficial do Amazonas*, Manaus, AM, 30 maio. 2007.

_____. Lei Complementar No 59 de 27 de dezembro de 2007. Modifica os artigos 1º, caput, e 4º, I, alínea b, da Lei Complementar no 52, de 30 de maio de 2007, e dá outras providências. *Diário Oficial do Amazonas*, Manaus, AM, 27 dez. 2007.

_____. Lei Complementar No 60 de 29 de fevereiro de 2008. Cria a Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Manaus – SRMM e institui o Fundo Especial da Região Metropolitana de Manaus, e dá outras providências. *Diário Oficial do Amazonas*, Manaus, AM, 29 fev. 2008.

_____. Lei No 3.525 de 15 de julho de 2010. Dispõe sobre a criação do Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Amazonas – CDSPCT/AM. *Diário Oficial do Amazonas*, Manaus, AM, 15 jul. 2010.

_____. Secretaria da Região Metropolitana de Manaus (SRMM). *Plano de Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Região Metropolitana de Manaus 2010-2020*. Manaus, 2010. Disponível em: <<http://www.srmm.am.gov.br>> Acesso em: 05 abr 2011.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN). *Plano de Desenvolvimento Preliminar – APL de Turismo Ecológico e Rural*. Cidade Polo: Manaus. Manaus, 2009b. Disponível em: <http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/projetos/pdp_apl/pdp_apl_%20turismo_ecologico_e_rural%20v_4_0.pdf> Acesso em: 17 set 2010.

_____. *Relatório de Ação Governamental 2010*. Manaus, 2011a. Disponível em: <http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/relatorio_acao_gov_2010.pdf> Acesso em: 18 fev 2011.

_____. *Perfil da Região Metropolitana de Manaus - 2010*. Manaus, 2010a. Disponível em: <http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/perfil_da_rmm_2011.pdf> Acesso em: 01 mar. 2011.

_____. *Produto Interno Bruto da Região Metropolitana de Manaus*. Manaus, 2010b. Disponível em: <http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/depi/PIB%20RMM/PIB_DA_RMM_2002_2007.pdf> Acesso em: 05 ago. 2010.

AMORIM, R.; POCHMANN, M. (Org.). *Mapa da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

ARAÚJO, G. P.; GELBCKE, D. L. *Turismo comunitário: uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento*. Revista Turismo Visão e Ação - Eletrônica, v. 10, no 03, p. 357-378, set/dez. 2008.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2003.

BALLESTEROS, E. R.; CARRIÓN, D. S. *Turismo comunitario en Ecuador: desarrollo y sostenibilidad social*. Quito: Abya-Yala, 2007.

BASA. Banco da Amazônia. *Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia 2010*. Belém: Basa, 2010.

BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BECKER, B. K. *Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BECKER, B. K. STENNER, C. *Um futuro para a Amazônia*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

BEETON, S. *Community Development Through Tourism*. Australia: Land Links, 2006.

BELLEBAUM, A. *Ferdinand Tönnies*. In: MIRANDA, O. (org). Para ler Ferdinand Tönnies. São Paulo: EDUSP, 1995.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 08 fev. 2007.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diagnóstico da Oferta Turística Potencial e Efetiva na Amazônia Legal. Brasília: MMA, 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira*. Brasília: MMA, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Chamada Pública MTur n. 001/2008 – Apoio às iniciativas de turismo de base comunitária*. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/convenios_contratos/selecao_projetos/Edital_Chamada_Pxblica_de_Projetos_0012008.pdf> Acesso em: 01 jun. 2009.

BUBER, M. *Sobre comunidade*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BURSZTYN, I. *Políticas públicas de turismo visando à inclusão social*. 2005. 110p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. *Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil*. In: BARTHOLO, R., SANSOLO, D. G. e BURSZTYN, I. (Orgs). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CARRIÓN, D. S. *De la Resistencia a la Sostenibilidad*. El proceso histórico del Turismo Comunitario en Ecuador y sus retos actuales. In: BALLESTEROS, E. R.; CARRIÓN, D. S. Turismo comunitario en Ecuador: desarrollo y sostenibilidad social. Quito: Abya-Yala, 2007.

CARVALHO, M. B. S. A. *O empresário local e Zona Franca de Manaus*: reprodução social e globalização econômica. 2008. 218f. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CORIOLOANO, L. N. M. T. *O turismo comunitário no Nordeste brasileiro*. In: BARTHOLO, R., SAN SOLO, D. G. e BURSZTYN, I. (Orgs). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CORIOLOANO, L. N. M. T., LIMA, L. C. (orgs.). *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza: EDUCE, 2003.

COSTA, R. *On a new community concept*: social networks, personal communities, collective intelligence. Interface-Comunic., Saúde, Educ., v. 9, n.17, p. 235-48, mar/ago 2005.

CRUZ, J. C. *et al. Turismo de base comunitária*: a experiência vivenciada na comunidade Indígena Beija-Flor I no município de Rio Preto da Eva-AM. FIBEA- Empreendedorismo e Sustentabilidade Indígena nas Américas, Manaus, 2010.

CRUZ, R. C. A. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2001.

CRUZ, R. C. A. *Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual*. In: BARTHOLO, R., SAN SOLO, D. G. e BURSZTYN, I. (Orgs). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CUNHA, M. C. *Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica*. (1999) Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n36/v13n36a08.pdf>> Acesso em: 20 jul 2010.

DEMO, P. *Metodologia da pesquisa científica*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. (6.ed. ampliada). São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP/CEC, 2008.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (orgs.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

FALCONI, F. PONCE, J. *Los emprendimientos populares como alternativa a un desarrollo excluyente*. 2006. Disponível em: <<http://www.flacso.org.ec/docs/DT06-304.pdf>> Acesso em: 13 out 2011.

FARIA, I. F. (Coord.). *Turismo: Sustentabilidade e novas territorialidades*. Manaus: EDUA, 2001.

FRAXE, T. J. P. *Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade*. São Paulo: Annablume, 2004.

FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA. *Planejamento do turismo de base comunitária da Reserva Extrativista do rio Unini e entorno*. Manaus, FVA, 2011.

GARSON, S.; RIBEIRO, L. C. Q.; RIBEIRO, M. G. Panorama atual das metrópoles brasileiras. In: *Regiões metropolitanas no Brasil: um paradoxo de desafios e oportunidades*. Washington, D.C: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2010.

GONÇALVES, C. W. P. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2008.

GUZMÁN, T. J. L-G.; CAÑIZARES, S. M. S. *Turismo comunitario y generación de riqueza en países en vías de desarrollo*. Un estudio de caso en El Salvador. REVESCO Nº 99, p. 85-103, Tercer Cuatrimestre 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Dados do Censo 2010* publicados no Diário Oficial da União do dia 04 de nov de 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=13> Acesso em: 10 ago. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS (IPÊ). *Proposta de ações estratégicas para o desenvolvimento sustentável do turismo de base comunitária no entorno sul do Parque Nacional de Anavilhanas*. Manaus: IPÊ, 2011. 46p

IRVING, M. A. *Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária*. In: BARTHOLO, R., SANZOLO, D. G. e BURSZTYN, I. (Orgs). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

LEMONS, J. J. S. *Mapa da exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre*. 3.ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

LENCIONI, S. *Observações sobre o conceito de cidade e urbano*. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 24, p. 109 - 123, 2008.

LIMA, M. C. *Amazônia Ocidental e Geografia: Região Metropolitana de Manaus e BR-319 – Território e Meio Ambiente*. Revista GEONORTE, Vol.01, N.01, Ano 01, p. 47-70, 2010.

LOUREIRO, V. R. *A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento*. São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009.

MACLEOD, D. Turismo alternativo: uma análise comparativa do seu significado e do impacto por ele causado. In: THEOBALD, W. F. (org). *Turismo global*. 2. ed. São Paulo: Editora Senac SP, 2002.

MALDONADO, C. *O turismo rural comunitário na América Latina*. In: BARTHOLO, R., SANSOLO, D. G. e BURSZTYN, I. (Orgs). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MENDONÇA, C. *et al. Una experiencia de turismo de base comunitaria en El Valle Sagrado, Perú*. Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 2010.

MENDONÇA, M. S. *et al.* Etnobotânica e saber tradicional. In: FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. *Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais*. Manaus: EDUA, 2007.

MIGUEZ, F. S. *et al.* Caracterização sociocultural das comunidades da área focal do PIATAM. In: FRAXE, T. J. P.; WITKOSKI, A. C.; PEREIRA, H. S. *Comunidades ribeirinhas amazônicas: memórias, ethos e identidade*. Manaus: EDUA, 2007.

MITRAUD, S. (org.) *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília: WWF Brasil, 2003. 470p.

MOURA, R. *et al.* *Institucionalização de regiões metropolitanas: qual o sentido?* Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.111, p. 129-143, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/download/64/68> Acesso em: 20 nov 2010.

MURPHY, P. *Tourism: a community approach*. London: Methuen/Routledge, 1985, 200p.

_____. *Turismo e desenvolvimento sustentado*. In: THEOBALD, W. F. *Turismo global*. São Paulo: Editora Senac SP, 2002.

OBSERVATÓRIO das Metrôpoles. *As metrôpoles no Censo 2010: novas tendências*. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrosoles.net/download/texto_MetropolesDez2010.pdf Acesso em: 20 fev 2011.

OLIVEIRA, F. T. *Ecoturismo no rio Puraquequara: alternativa para a inclusão social e proteção ambiental*. 2009. 180. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais) – Faculdade de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

OLIVEIRA, F. T. *et al.* *O turismo rural no município de Rio Preto da Eva (AM): reflexões e perspectivas*. Caderno Virtual de Turismo, vol. 10, núm. 2, 2010, p. 13-21.

OLIVEIRA, J. A. *Cidades na Selva*. Manaus: Editora Valer, 2000.

OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T. *Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional*. In: CASTRO, E. (org). *Cidades na Floresta*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 59-98.

PERUZZO, C. M. K.; VOLPATO, M. O. *Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferenças*. II Colóquio Binacional Brasil-México de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.espm.br/ConhecaAESPM/Mestrado/Documents/COLOQUIO%20BXM/S1/cecilia%20krohling%20e%20marcelo%20volpato.pdf>> Acesso em: 13 mar 2010.

PINHEIRO, L. L. *Turismo comunitário: alguns apontamentos conceituais*. In: X Encontro Nacional de Turismo de Base Local - ENTBL. Anais, João Pessoa, 2007.

PIRES, P. S. *Dimensões do ecoturismo*. São Paulo: SENAC, 2002.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. (Orgs.). *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. v. 1. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

PROJETO SAÚDE E ALEGRIA (PSA) - 2010. *Uma proposta de desenvolvimento comunitário na Amazônia*. Disponível em: <http://www.iamericas.org/presentations/Cepal_2010/Projeto_Sa%FAdade_alegria.pdf> Acesso em: 13 ago 2011.

RODRIGUES, G. S. (coord.). *Experiências de Sucesso em Desenvolvimento Municipal – o que tem sido feito e qual o apoio recebido*. Rio de Janeiro: IBAM/DES/NEL, 2002.

RODRIGUES, A. M. *Gestão da Região Metropolitana e da Metrópole: possibilidades e limites de gestão compartilhada*. In: OLIVEIRA, A. U.; CARLOS, A. F. A. (orgs.). *Geografia das metrópoles*. São Paulo: Contexto, 2006.

RUIZ, E. *et al.* *Turismo comunitario em Ecuador*. Comprediendo el community-based tourism desde la comunidad. Vol. 6. No 3 – págs. 399-418 2008. Disponível em: http://www.pasosonline.org/Publicados/6308/PS0308_2.pdf Acesso em: 13 set 2011.

SAMPAIO, C. A. C. *Pensando o conceito de turismo comunitário*. In: V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo - ANPTUR. Anais, Belo Horizonte, 2008.

SAMPAIO, C. A. C. *Turismo como fenômeno humano: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação turismo comunitário*. Santa Cruz do Sul: UDUNISC, 2005.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4.ed. 5.reimpr. São Paulo: EDUSP, 2009.

SCHMITZ, K. L. *Comunidade: a unidade ilusória*. In: MIRANDA, O. (org). Para ler Ferdinand Tönnies. São Paulo: EDUSP, 1995.

SERÁFICO, J.; SERÁFICO, M. *A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil*. Estudos Avançados 19 (54), 2005.

SOUSA, C. A. A. *Ecoturismo e envolvimento comunitário*. In: VASCONCELOS, F. P. Turismo e Meio Ambiente. Fortaleza: UECE, 1998.

SPINK, P. K.; TEIXEIRA, M. A. C.; CLEMENTE, R. *Governança, governo ou gestão: o caminho das ações metropolitanas*. Cadernos MetrÓpole, São Paulo, v. 11, n. 22, jul/dez. p. 453-476, 2009.

TAVARES, M. G. C. *Turismo e desenvolvimento na Amazônia Brasileira*. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area08/8117_MARIA_GORETTI_DA_COSTA_TAVARES.pdf Acesso em: 20 set 2010.

TREJOS, B. *Redes de Apoyo al Turismo Comunitario en Costa Rica*. II Encuentro Nuevas Voces en las Ciencias Sociales Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad de Costa Rica, 2007. Disponível em: <http://www.costarricense.cr/pagina/btrejos/TRC.htm> Acesso em: 26 jan 2010.

WWF-Internacional. July 2001. *Guidelines for community-based ecotourism development*.

ANEXO A – Programa Nacional de Turismo de Base Comunitária (PNTBC)

Tópicos	Descrição
1. Objetivos gerais	<ul style="list-style-type: none"> - Promover o desenvolvimento integrado e sustentável de localidades com potencial turístico; - Beneficiar diretamente as comunidades locais através do aumento do fluxo de visitantes.
2. Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificar a oferta turística com a consolidação da modalidade “Turismo de Base Comunitária”; - Prover infraestrutura básica e específica para o turismo; - Criar uma base de informações; - Qualificar o mercado de trabalho; fomentar o empreendedorismo; - Incentivar a criação de cooperativas e associações; - Estabelecer espaços coletivos de debates; - divulgação e comercialização.
3. Diretrizes	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização da diversidade cultural e dos modos de vida tradicionais; - Envolvimento comunitário aliado à promoção da cidadania; - Articulação e parcerias entre os diversos atores sociais, entre eles as diferentes instâncias governamentais, sociedade civil organizada, instituições de ensino, empresários e trabalhadores, comunidades e turistas.
4. Estratégias	<p>O PNTBC seria constituído por duas esferas de gestão: uma responsável pela coordenação geral do programa e outra responsável pelas ações locais. Dessa forma, cada destino onde o programa atuará terá um núcleo gestor local independente, diretamente conectado à coordenação geral.</p>
5. Ações operacionais	<p>Para cada esfera de gestão do PNTBC serão oferecidos um conjunto de subprogramas que visam viabilizar os objetivos propostos. Para a Gestão Institucional Coordenada, todos os subprogramas oferecidos serão fundamentais para o funcionamento do Programa, no entanto, a Gestão Local terá a opção de escolher os subprogramas que melhor atendem às necessidades de cada localidade.</p> <p>- Gestão institucional coordenada: Subprograma de Gestão e Articulação Interinstitucional Subprograma de Fomento ao Turismo de Base Comunitária Subprograma de Intercâmbio de Experiências Subprograma de Divulgação e Marketing Subprograma de Monitoramento e Avaliação</p> <p>- Gestão local: Subprograma de Gestão e Articulação Interinstitucional Subprograma de Infraestrutura Básica Subprograma de Infraestrutura e Logística para o Turismo Subprograma de Inventário Participativo dos Atrativos Turísticos Subprograma de Fortalecimento Institucional Subprograma de Capacitação e Qualificação Profissional Subprograma de Financiamento Comunitário e Microcrédito Subprograma de Comunicação e Educação Ambiental Subprograma de Ordenamento Territorial Subprograma de Monitoramento e Avaliação de Impacto do Turismo</p>

Dezembro de dois mil e vinte, vinte e um anos desde a criação do
Código Mundial de Ética do Turismo, elaborado pela OMT.



para conhecer mais a *editora*UEA e suas publicações
acesse o site e nos siga nas redes sociais:

editora.uea.edu.br

ueaeditora



Este livro analisa as experiências de turismo de base comunitária existentes na Região Metropolitana de Manaus, considerando aspectos socioespaciais intrínsecos. O estudo que deu origem a esta obra buscou caracterizar, a partir das experiências do Brasil e da América Latina, as experiências de turismo de base comunitária do Amazonas, em especial da Região Metropolitana de Manaus. Além disso, a autora sugere mecanismos que colaborem para a implementação de políticas públicas em torno do turismo de base comunitária como uma alternativa para o desenvolvimento econômico e social da Região Amazônica.



UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



editora
UEA